

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado em Arquitectura Paisagista

**ESPAÇOS DE RECREIO INFANTIL. CASO DE ESTUDO
DA CIDADE DE CASTELO BRANCO**



Relatório de estágio
Raquel Duarte Moreira Duque

Orientador: Professora Doutora Maria Conceição Freire
Co- Orientador: Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo

Setembro 2012

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado em Arquitectura Paisagista

**ESPAÇOS DE RECREIO INFANTIL. CASO DE ESTUDO
DA CIDADE DE CASTELO BRANCO**

Relatório de estágio
Raquel Duarte Moreira Duque

Orientador: Professora Doutora Maria Conceição Freire
Co- Orientador: Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo

Setembro 2012

Índice geral

Agradecimentos	9
Resumo/ Abstract	10
1. Introdução	11
1.1. Objectivos do estágio	11
2. Considerações teóricas	15
2.1. A importância do brincar na educação infantil	15
2.1.1. A importância da natureza no mundo infantil	20
2.2. O mundo infantil nas áreas urbanas	25
2.2.1. A aversão ao risco	28
2.2.2. A importância dos espaços abertos públicos no tecido urbano	30
2.2.3. O espaço da criança	32
3. Os parques infantis	35
3.1. Os equipamentos e a sua segurança	37
3.2. Um olhar crítico sobre a concepção dos parques infantis	45
3.3. A natureza dentro dos parques infantis	48
3.4. A lei reflectida no mundo da criança	50
4. Caso de estudo dos parques infantis na cidade de Castelo Branco	55
4.1. Breve descrição da cidade de Castelo Branco	55
4.2. Os parques infantis na cidade de Castelo Branco, situação actual	61
4.3. Metodologia de trabalho	63
4.4. Descrição detalhada dos parques infantis e propostas de requalificação	65
5. Outros trabalhos	105
5.1. Projecto de intervenção de um espaço de recreio infantil	105
5.2. Proposta de legalização de um parque infantil	113
5.3. Proposta de requalificação do cemitério de Castelo Branco	114
5.4. Elaboração do Plano de Plantação para a zona exterior da Escola José Sanches, em Alcains	116
5.5. Proposta de intervenção e projecto de execução para uma praça na Urbanização de Entrecaminhos, Castelo Branco	119
6. Conclusão	126
Referências bibliográficas	129
Anexos	133
Por decisão da autora, o presente relatório não obedece às regras do novo acordo ortográfico.	

Índice de Figuras

Figura 1 – Cronograma do estágio realizado	14
Figura 2 – Pintura rupestre de uma dança há 10 000 a.C.	15
Figura 3 – A multifuncionalidade do jogo infantil	19
Figura 4 – Criança em contacto com a natureza	22
Figura 5 – Casa da árvore	23
Figura 6 – Crianças a brincar no rio	25
Figura 7 – Sinalização que adverte à criança o perigo de um estranho	28
Figura 8 – Brincadeiras de crianças na inclinação natural	30
Figura 9 – Dois parques recreativos em Lisboa	34
Figura 10 – Equipamentos de um ponto de suporte	39
Figura 11 – Escorregas sem qualquer protecção da zona de impacte	40
Figura 12 – Carrossel com suporte para as crianças	40
Figura 13 – Baloços que não seguem as normas europeias	41
Figura 14 – Exemplo de uma má protecção do baloiço	42
Figura 15 – Balancé sem protecção de impacte	42
Figura 16 – Equipamento de trepar de ferro	43
Figura 17 – Rede espacial	43
Figura 18 – Parque infantil de Asterix, em França	44
Figura 19 – Esculturas nos espaços abertos. Exemplo em Portugal e em Espanha	44
Figura 20 – Parque infantil resultado de um espaço sobrance, Castelo Branco	46
Figura 21 – Parque infantil no qual a vegetação serve de limite e protecção	48
Figura 22 – Parques infantis com uma componente naturalista	49
Figura 23 – Parques infantis da Arquitecta Paisagista Helle Nebelong	50
Figura 24 – Cartaz de proibições de um jardim	51
Figura 25 – Criança feliz a empurrar um adulto num baloiço	53
Figura 26 – Evolução urbana da cidade de Castelo Branco	55
Figura 27 – Ruas do centro histórico	56
Figura 28 – Vista da zona plana para o Castelo	56
Figura 29 – Mapa do grande zonamento da cidade	57
Figura 30 – Vista do Castelo para a zona industrial	57
Figura 31 – Variação do número de habitantes na cidade	58
Figura 32 – “Docas” em Castelo Branco	58

Figura 33 – Esquema da discrepância do litoral para o interior de Portugal	59
Figura 34 – Rua para o castelo, vista do castelo, entrada para as docas	60
Figura 35 – Mapa dos parques infantis e bairros ausentes desses espaços	62
Figura 36 – Parques infantis requalificados em 2012	63
Figura 37 – Planta de localização do Parque Infantil da Rua António Sérgio	65
Figura 38 – Vista geral do parque infantil	66
Figura 39 – Acessibilidades	67
Figura 40 – Imagens dos equipamentos existentes	69
Figura 41 – Planta do Parque Infantil da Rua António Sérgio	71
Figura 42 – Imagens gerais da evolução da obra de requalificação	72
Figura 43 – Planta de localização do Parque Infantil do Parque da Cidade	73
Figura 44 – Vista geral do parque infantil	73
Figura 45 – Pormenores de anomalias do equipamento multifuncional	75
Figura 46 – Imagens de cada equipamento existente no parque infantil	77
Figura 47 – Planta do espaço do Parque da Cidade	79
Figura 48 – Planta do parque infantil do Parque da Cidade	79
Figura 49 – Imagens gerais da evolução da obra de requalificação	80
Figura 50 – Planta de localização do Parque Infantil da Quinta das Laranjeiras	81
Figura 51 – Vista geral para o parque infantil em análise	81
Figura 52 – Acessibilidades	82
Figura 53 – Imagens de cada equipamento existente no parque infantil	85
Figura 54 – Planta do Parque Infantil da Quinta das Laranjeiras	86
Figura 55 – Imagens gerais da evolução da obra de requalificação	87
Figura 56 – Planta de localização do Parque Infantil da Rua Manuel Lopes Louro	88
Figura 57 – Vista geral para a zona onde existiu o Parque Infantil	88
Figura 58 – Acessibilidades	91
Figura 59 – Estado do equipamento do Parque Infantil	91
Figura 60 – Planta do Parque Infantil da Rua Manuel Lopes Louro	93
Figura 61 – Vista geral do Parque Infantil	93
Figura 62 – Mapa com as distâncias entre os Parques Infantis	94
Figura 63 – Imagem da requalificação do Parque Infantil	95
Figura 64 – Imagem com as melhorias do campo de basquetebol	96
Figura 65 – Planta de localização do Parque Infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro	96
Figura 66 – Vista geral para o parque infantil em análise	97

Figura 67 – Acessibilidades	98
Figura 68 – Equipamentos existentes no espaço de jogo e recreio	100
Figura 69 – Planta do parque infantil da Rua Dr. Francisco Palmeiro	102
Figura 70 – Vista para os equipamentos existentes	102
Figura 71 – Ficha elaborada com a informação disponível sobre os equipamentos	103
Figura 72 – Fotografia aérea da zona Noroeste de Castelo Branco	106
Figura 73 – Fotografias do espaço de recreio	107
Figura 74 – Planta geral da proposta do espaço de recreio	108
Figura 75 – Equipamentos escolhidos para o espaço de recreio	109
Figura 76 – Planta geral final da proposta de intervenção do espaço de recreio	111
Figura 77 – Imagem do equipamento implementado	111
Figura 78 – Evolução da obra de um espaço de recreio para uma creche	112
Figura 79 – Imagem geral do Parque Infantil do Superalcains	113
Figura 80 – Imagens do cemitério	114
Figura 81 – Planta geral da proposta para o cemitério	115
Figura 82 – Imagens do exterior da Escola José Sanches	117
Figura 83 – Horta Pedagógica	118
Figura 84 – Vista aérea para o espaço de intervenção	119
Figura 85 – Imagens do espaço	120
Figura 86 – Estudo prévio para uma praceta	122

Índice de Anexos

Anexo 1 – Check-list para os parques infantis	134
Anexo 2 – Parques infantis existentes na cidade de Castelo Branco	139
Anexo 3 – Planta de localização dos parques infantis	141
Anexo 4 – Livro de Manutenção dos parques infantis	143
Anexo 5 – Planta geral da proposta de requalificação do parque infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro	165
Anexo 6 – Pormenores da proposta de requalificação do parque infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro	167
Anexo 7 – Legalização do parque infantil da Supercalçins, Alcains	169
Anexo 8 – Plano de plantação da proposta de requalificação do cemitério	175
Anexo 9 – Plano da vegetação existente da Escola José Sanches	177
Anexo 10 – Plano de vegetação proposta para a Escola José Sanches	179
Anexo 11 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Trabalhos preparatórios	181
Anexo 12 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Modelação de terreno	183
Anexo 13 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Modelação de terreno	185
Anexo 14 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Implantação planimetria – distâncias	187
Anexo 15 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Implantação planimetria – ângulos	189
Anexo 16 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Implantação altimetria	191
Anexo 17 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Drenagem	193
Anexo 18 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Pavimentos – plano e remates	195
Anexo 19 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Pavimentos – pormenorização	197
Anexo 20 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de vegetação – plano das árvores propostas e existentes	199

Anexo 21 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de vegetação – plano dos arbustos, herbáceas e revestimento vegetal proposto	201
Anexo 22 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de rega – geometria de rega	203
Anexo 23 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de rega – tubagem e equipamentos de rega	205
Anexo 24 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Iluminação	207
Anexo 25 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Mobiliário urbano	209
Anexo 26 – Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Orçamento	211

Agradecimentos

Com a realização do presente relatório de estágio encerra-se uma etapa fundamental ao meu crescimento pessoal e profissional – o tempo de Universidade. Foram seis anos marcados pela aprendizagem, partilhas, sufocos e convivências, finalizados pela realização deste trabalho.

Assim dedico o presente relatório de estágio a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua concretização bem como para a realização do meu percurso académico.

À minha família, em especial à minha mãe, por terem acreditado em mim, pelo curso e pela experiência académica e por terem tornado possível a realização do presente trabalho.

A todos os meus amigos, os que tiveram presente e os que não tiveram presentes nesta etapa, mas que sempre me apoiaram e torceram pelo meu sucesso.

A nível académico, agradeço à minha orientadora de estágio, Professora Conceição Freire, pela total disponibilidade, apoio e sábia orientação que possibilitou traçar um caminho certo a este trabalho.

À Câmara Municipal de Castelo Branco pela oportunidade que me deu para concretizar o presente relatório.

À minha co-orientadora de estágio, a Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo, pelo apoio, pelo conhecimento transmitido e pela confiança depositada em mim.

A todos os colegas e chefia da Divisão de Equipamentos e Vias Municipais pelo apoio transmitido no decorrer do estágio.

À Engenheira Maria Otília Caetano, pela disponibilidade e preocupação que demonstrou durante a minha presença na Câmara.

Por fim, e não menos importante, agradeço a todas as pessoas que fui conhecendo durante a minha estadia em Castelo Branco e que, directa ou indirectamente, contribuíram para o resultado do presente relatório.

Resumo/ Abstract

ESPAÇOS DE RECREIO INFANTIL. CASO DE ESTUDO DA CIDADE DE CASTELO BRANCO

O presente relatório decorre de um trabalho realizado durante o período de estágio na Câmara Municipal de Castelo Branco, sendo sustentado por uma pesquisa dentro da temática envolvida.

Inicia-se com a pesquisa da importância dos espaços infantis para o desenvolvimento da criança e para a qualidade de vivência, tratando as condicionantes legais (técnicas e sociais) que este tipo de espaços vive actualmente.

De seguida há uma descrição dos parques infantis existentes na cidade de Castelo Branco, uma exposição de algumas ideias para a sua melhoria bem como propostas de requalificação nos casos mais necessitados.

RECREATION AREAS FOR CHILDREN. CASE STUDY OF THE CITY OF CASTELO BRANCO

This report is a survey done during the probationary period in the Municipality of Castelo Branco, sustained by the description and justification inherent of the work that was developed.

It begins with the importance of children's spaces for the development and quality life of the child considering simultaneously the legal constraints (technical and social) that this kind of space experiences nowadays.

Afterwards there is a description of the existing playgrounds in the city of Castelo Branco, presenting some ideas for improvement and redevelopment proposals for the most needy.

1. Introdução

1.1. Objectivos do estágio

No seguimento do fim da parte académica da formação em Arquitectura Paisagista, onde apenas houve a resposta à simulação dos trabalhos práticos solicitados, considerou-se ser importante, para a conclusão do Mestrado em Arquitectura Paisagista, a experiência prática ligada ao mundo profissional.

Com a realização do estágio haveria a oportunidade de complementar ideias, tomar conhecimento do mundo profissional e colocar em prática a sabedoria adquirida ao longo dos 4 anos de licenciatura.

Ainda antes de dar início ao estágio, foram traçados objectivos, com o intuito de alargar e solidificar o conhecimento pessoal adquirido no percurso académico, onde naturalmente se incluem ainda os relacionados com a temática que suportou a sua realização:

- Obter experiência na elaboração de projectos de Arquitectura Paisagista;
- Colaborar numa equipa multidisciplinar, de forma a compreender a ligação e a relação que existe com os demais profissionais, bem como compreender o papel específico do Arquitecto Paisagista no desenvolvimento de um projecto;
- Compreender a organização de uma Câmara Municipal bem como a ligação entre os diversos órgãos que a constituem e a sua hierarquia;
- Obter experiência fora do contexto preferencialmente distinto daquele que mais conhecia a nível académico (Alentejo), de forma a poder trabalhar noutra tipo de situações biofísicas, sociais e culturais;
- Adquirir conhecimentos e tomar consciência da realidade sobre os parques infantis – a sua importância, as exigências (não só a nível de projecto mas também a nível da manutenção) e perceber qual o papel do Arquitecto Paisagista no equilíbrio espacial e funcional, na manutenção e na sua concepção.

Hoje em dia a criança é um alvo muito frágil na sociedade para o que contribui a vivência urbana que lhe é proporcionada. A rede viária, aos poucos, tornou-se mais densa e mais extensa nas áreas urbanas. Os bairros ficaram mais compactados e inerentes devido ao surgimento de uma maior densidade de ocupação, resultando em unidades habitacionais mais altas. A criança, com esta realidade, está cada vez mais rodeada pelos blocos de betão mais lucrativos e mais exposta a situações de menor segurança e conforto.

Aliada a esta realidade que, em nosso entender, obstrui os movimentos da criança, acresce a vida quotidiana das famílias, onde as crianças são as mais expostas. Ao contrário dos hábitos dominantes do século XIX, as mães têm que trabalhar e, muitas vezes longe da sua área de residência. Este contexto determina as relações e vivências muito aceleradas com a criança. A

criança vive a grande parte do dia fora de casa, em contacto com outras crianças, na escola, e escasseia o tempo para conversar, responder aos “porquês”, para dar explicações, para tomar o pequeno-almoço em família... gestos simples e tão importantes para um crescimento equilibrado.

Hoje em dia o conceito de vizinhança está em vias de extinção. Já não se brinca com o vizinho, o contacto com as pessoas que vivem ao nosso lado é quase nulo. Desta forma as crianças apenas convivem com pessoas da mesma idade quando estão na escola.

Perante este breve enquadramento da realidade colocam-se algumas questões:

- Será este o melhor caminho que a sociedade deve tomar?
- Será que, ao promover uma sociedade cada vez mais acelerada e mecanizada, estaremos a promover um futuro melhor para as nossas crianças?
- Será a criança de hoje considerada um elemento importante na sociedade?
- Será assim tão importante um espaço de jogo e recreio (EJR) na proximidade da habitação?

Ora é nas cidades que incide o maior número de crianças nos dias que correm. Perante esta situação, a cidade tem que estar apta a oferecer-lhes condições dignas para que elas possam libertar toda a sua energia, possam explorar, possam correr e conviver, não só com os seus familiares mas também com os amigos, conhecer novas crianças, novas realidades e novas formas de brincar.

Segundo o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, o que se observa é um encerrar a criança nos parques infantis, o limitar a relação pais e filhos, o criar limites à liberdade dos mais pequenos e o procurar impossibilitar-lhes de poderem vir a correr alguns riscos, que apenas as fazem crescer e conhecerem-se melhor a si mesmas.

Se as crianças não explorarem o espaço, se desde pequenas estivermos a retirar-lhes a hipótese de conhecerem os seus limites, o seu corpo, o espaço onde vivem, essa vivência será então só sentida na adolescência ou na fase adulta. Será isso que a sociedade pretende? Estará a sociedade preparada para olhar para a criança como mais um elemento da sociedade? Estará a sociedade a ir no caminho certo para ajudar a criança no seu desenvolvimento?

Como Arquitecta Paisagista, acredito que é fundamental para a vivência urbana conhecer e compreender a necessidade de nestas áreas existirem espaços de jogo e recreio que respondam de forma eficaz às necessidades das crianças. Promover não só em número mas também em qualidade os espaços de jogo e recreio dentro das áreas urbanas é alimentar de forma saudável a sociedade. Se alimentarmos uma criança de forma saudável, a probabilidade de ela vir a crescer de forma sadia e forte é maior e mais segura. Assim acontece com as cidades. Se a cidade crescer de forma equilibrada terá mais possibilidades de respeitar não só o mundo da criança mas também os adolescentes, os adultos e os seniores. Só assim conseguiremos ter uma cidade com menos criminalidade, mais segurança e um maior respeito, não só pelo meio mas também pelo próximo, e essencialmente uma sociedade feliz!

O presente trabalho foi realizado no âmbito do estágio curricular na Câmara Municipal de Castelo Branco, com o fim de avaliar os parques infantis existentes no tecido urbano da cidade,

e fazer uma requalificação de um dos espaços de jogo e recreio respondendo às condições regulamentares em vigor.

O estágio iniciou-se com a acção de levantamento dos parques infantis existentes na cidade, bem como a sua avaliação global. Caracterizou-se desta forma a sua localização, composição, estado de conservação, potencialidades e debilidades, bem como outros aspectos que se revelaram pertinentes.

De forma a perceber a importância dos espaços infantis para a sociedade bem como para a estrutura da cidade, foi feito um enquadramento teórico sobre o significado e importância de brincar na criança, o conhecimento e vantagens que há na presença da vegetação perto da vivência da mesma, bem como a influência que a evolução da cidade teve, e continua a ter, no mundo da criança.

Terminada a fase de análise, passou-se à fase de proposta de requalificação de dois parques infantis existentes. Esta acção teve como principais objectivos, melhorar as condições de segurança, a articulação com o espaço envolvente bem como responder de forma mais adequada às necessidades do público-alvo. No primeiro caso procedeu-se à mudança de tipologia do espaço, passando de parque infantil para zona de estadia e, no segundo caso, procedeu-se à proposta de requalificação de um parque destinado aos mais jovens.

No decorrer do estágio tivemos ainda a oportunidade de elaborar o projecto de um parque de recreio privado localizado no Parque das Violetas, uma proposta para a legalização do Parque Infantil de Alcains, uma proposta de requalificação para o cemitério da cidade, o plano de plantação para a Escola José Sanches (Alcains), e um projecto ao nível do estudo prévio e o respectivo projecto de execução, de uma praça localizada perto da Rua Dr. Francisco Robalo Guedes, na Urbanização de Entrecaminhos (Castelo Branco).

Assim, e esquematizando os trabalhos desenvolvidos no âmbito do estágio realizado na Câmara Municipal de Castelo Branco, elaborou-se um cronograma com os serviços prestados desde Janeiro até Setembro de 2012, altura da entrega do relatório de estágio na Universidade de Évora:

Actividades desenvolvidas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Preparação para as competências exigidas pelo trabalho a desenvolver.									
Recolha e organização da legislação, significados e documentação própria da área de actuação.									
Levantamento e análise dos parques infantis existentes.									
Conferência: Módulo I: "Avaliação do risco no projecto: Conceitos, metodologias e relevância no uso dos espaços".									
Primeiro contacto com as Normas Europeias 1176 bem como a continuação e aprofundamento da análise dos parques infantis.									
Conferência: Módulo III: "Avaliação do risco no projecto: Espaços de Jogo e Recreio".									
Desenvolvimento da proposta de requalificação do parque infantil da Rua Manuel Lopes Louro.									
Desenvolvimento da proposta de requalificação do parque juvenil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro.									
Desenvolvimento do projecto de intervenção do espaço de recreio inserido numa creche, no Parque das Violetas.									
Elaboração da proposta de legalização de um parque infantil em Alcains.									
Desenvolvimento da proposta de requalificação do cemitério da cidade de Castelo Branco.									
Desenvolvimento do projecto de intervenção para a praça da Urbanização de Entrecaminhos, na cidade de Castelo Branco.									
Elaboração do Plano de Plantação para a zona exterior da Escola José Sanches, em Alcains.									
Conclusão do projecto de execução da proposta para a praça da Urbanização de Entrecaminhos, na cidade de Castelo Branco.									
Conclusão do estágio.									
Estruturação do relatório de estágio.									
Reflexões sobre o trabalho desenvolvido ao longo do estágio na Câmara Municipal de Castelo Branco.									
Entrega do relatório de estágio.									

Figura 1 - Cronograma do estágio realizado.

2. Considerações teóricas

2.1. A importância do brincar na educação infantil

“O brincar é uma necessidade básica e um direito de todos. O brincar é uma experiência humana, rica e complexa.” (ALMEIDA, 2000, p. 75)



Figura 2 – Pintura rupestre de uma dança ritual há 10 000 a.C. (Fonte: JANSON; 1989)

A componente lúdica associada à ideia de experimentação e de criação é um factor essencial à vida do homem estando esta componente ligada às suas actividades (JORGE, 2009). Apesar das guerras, da procura incessável de mantimentos e da preocupação em sempre perpetuar a espécie humana, o homem necessitou de encontrar na componente lúdica uma fonte fundamental ao bem-estar e equilíbrio para a convivência e harmonia da sociedade que estava no início da sua existência. Perante o testemunho deixado pelos homens rupestres (figura 2) pode-se dizer que o jogo é uma das funções primárias da vida humana. Esta actividade lúdica sempre acompanhou o homem na sua evolução como indivíduo, mas também como pertencente a uma sociedade sempre em eterna mudança. O brincar trata-se por isso de um fenómeno cultural que possui um grau importante na formação do ser humano. Assim, tal como pensar/raciocionar (*Homo sapiens*) ou fabricar objectos (*Homo faber*), fazem parte das características intrínsecas da espécie humana, podemos também considerar que o jogo, como elemento cultural (*Homo ludens*) merece um lugar de destaque na nomenclatura humana uma vez que também a actividade lúdica faz parte da vida e constituição humana (JORGE, 2009).

Tal como os animais irracionais, o homem tem a necessidade de brincar, não só nos primeiros anos de vida, mas também, ao longo de toda a sua existência.

Até à Idade Média, o brincar estava interligado com o quotidiano do homem, este vivia trabalhando e brincando estando estas duas componentes intercaladas, fazendo com que houvesse uma relação directa e íntima com as diversas gerações que existiam na comunidade.

Brincava-se e trabalhava-se durante todo o dia, toda a vida (ATIÉ, 2012). Com a Revolução Industrial, com a entrada da máquina e com a mecanização dos sistemas de produção houve, obrigatoriamente, uma separação entre o lazer e o trabalho, entre o mundo adulto e o mundo da criança. Enquanto os adultos durante um determinado período do dia iam para o mundo do trabalho, as crianças, durante o mesmo período do dia, eram mandadas para o mundo infantil, para a escola, cortando desta forma aos laços e a cumplicidade entre gerações (ATIÉ, 2012).

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa, o significado da palavra brincar está ligado à acção de divertimento, entretenimento ao jogo... A origem da palavra *brincar* advém do latim que significa *vinculum* que designa laço, criação de vínculos ou ligação em si mesmo com o outro (ATIÉ, 2012). Brincar sugere assim a ligação com o outro, com o mundo e consigo mesmo. Como vimos, com a evolução da sociedade, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida do homem, o verdadeiro sentido da palavra *brincar*, no que diz respeito apenas à espécie humana, é uma palavra que faz especialmente sentido no mundo da criança, remetendo para os primeiros anos de vida do homem, sendo que é uma actividade que é praticada pelos mais jovens. Perante o afastamento de mundos, dentro da espécie humana, nota-se um isolamento de actividades entre os mais novos e os mais velhos, o que origina um afastamento entre os indivíduos de gerações distintas. Se de um lado temos as actividades lúdicas que caracterizam o mundo infantil, do outro temos o trabalho e as preocupações características do mundo adulto. É esta a realidade que o homem vive fruto da sua evolução. No entanto o desenvolvimento nem sempre é sinónimo de um maior bem-estar porque se o homem adulto se esquece de brincar, bane essa actividade do seu quotidiano, esquece-se de viver com qualidade de vida na medida em que apenas vive rodeado da sua rotina cheia de preocupações e “stresses” colocando de lado a harmonia, a inocência, o interagir com o outro e a espontaneidade que se gera nos momentos lúdicos.

“O máximo de maturidade que um homem pode atingir é quando tem a seriedade que têm as crianças quando brincam.” (NIETZSCHE, citado em ALVES, 2002, p. 119)

Na perspectiva de Friedrich Nietzsche há a consciência da importância do brincar de que, as crianças ao brincar são mais sérias, mais verdadeiras e sinceras que os homens enquanto adultos. É através da brincadeira que a criança se liberta, sai do seu mundo e encara outra realidade, uma realidade imaginária e inocente.

Se por um lado o brincar é um catalisador na interacção e junção entre gerações, por outro temos a importância que esta tem no desenvolvimento psíquico, mental, social e físico da criança nos seus primeiros anos de vida.

No decorrer do século XX, o psicólogo Jean Piaget desenvolveu a teoria dos estágios de desenvolvimento humano de forma a compreender o seu progresso desde o nascimento até ao pleno grau de maturidade e estabilidade. A composição e desenvolvimento dos estádios baseiam-se na organização mental que caracteriza as diferentes maneiras do indivíduo se relacionar com a realidade que o rodeia. De maneira geral, todos os indivíduos passam por estas fases e o seu desenvolvimento está directamente relacionado com a estrutura biológica e com o contexto sociocultural de cada indivíduo. Para melhor compreensão do

desenvolvimento inicial da vida humana, vejamos os 4 estádios defendidos pelo psicólogo (TERRA, 2012):

- O primeiro estádio, denominado por sensório-motor que decorre entre os 0 e os 2 anos caracteriza-se pela passagem de um universo caótico dentro da cabeça da criança que aos poucos vai sendo conquistado mediante a percepção e os movimentos. Assim, a noção de espaço e tempo são construídos e desenvolvidos em resultado das acções da criança ao longo deste estádio;
- O estádio seguinte, designa-se por pré-operatório ou inteligência simbólica, desenvolve-se entre os 2 e os 7 anos. Esta fase da vida da criança caracteriza-se pela recusa da ideia do acaso e tudo para a criança tem que ter uma explicação (fase dos “porquês”). Apesar da curiosidade permanente, nota-se que a criança centra-se em si mesma não conseguindo colocar-se no lugar do outro estando a passar uma fase de ser-se egocêntrica;
- O estádio denominado por operações-concretas realiza-se entre os 7 e os 11/12 anos. Aqui a criança desenvolve a noção de tempo, de espaço, de velocidade, de ordem, de casualidade, etc. A criança começa a interiorizar acções, ou seja, começa a ter um raciocínio mental sobre as coisas sabendo construir comparações e dar opinião sobre a realidade que a envolve;
- O último estádio é o das operações formais, que se desenvolve a partir dos 12 anos. Nesta fase o indivíduo já consegue formular hipóteses pois tem a capacidade de construir esquemas abstratos ligando diversas situações utilizando a sua própria opinião, criticando, discutindo valores enraizando e desenvolvendo a sua personalidade. Segundo a tese piagetiana o indivíduo ao atingir esta fase já tem a sua forma final de equilíbrio, o seu carácter até à sua fase adulta. Poderá ter na fase da adolescência algumas irregularidades ao nível cognitivo tendo como resultado um maior aprofundamento e extensão das suas vivências e conhecimentos.

O acto de brincar é uma característica primordial na vida das crianças, porque as satisfaz, é saudável e trás felicidade além disso, ser feliz é estar mais pré-disposto a ser benévolo, a amar o próximo e a partilhar (CUNHA, 1994). É a partir da brincadeira que a criança experimenta, testa limites, conhece-se a ela própria e dá-se a conhecer aos outros. É através da brincadeira que a criança cresce e desenvolve o seu conhecimento quanto aos seus limites físicos mas também desenvolve a componente social, ambiental e psíquica.

Por outro lado, é através do jogo que a criança se prepara para o futuro, indivíduo inserido numa sociedade com regras onde existem vencedores e vencidos. Maria Ramos, especialista em Psicopedagogia, faz a analogia entre o sentimento que a criança cria ao perder um jogo e o sentimento que o adulto gera enfrentando as situações de perda ou de derrota no seu dia-a-dia ao longo da sua vida dizendo ainda que “a vida por si é um jogo, e precisamos ensinar as nossas crianças e os nossos jovens a ganhar ou perder, ou ensinar nem a ganhar nem a perder: ensinar que o mais importante é participar (...)”¹.

¹ RAMOS, Maria da Conceição (s.d.); *Jogar e brincar – Representando papéis, a criança constrói o próprio conhecimento e, conseqüentemente, a sua própria personalidade*; Curso de Especialização em Psicopedagogia; Instituto Catarinense de Pós-Graduação; p. 8

Dada a importância que o jogo tem no crescimento da criança, e estando esta actividade lúdica directamente relacionada com os estádios que defende Piaget, torna-se importante analisar as influências que os vários tipos de jogo transmitem/compõem na evolução e formação a nível mental e a nível físico da criança ao longo do seu crescimento.

“Educação por meio do movimento e do jogo entende-se a formação da personalidade através de processos de aprendizagem motora e de actividades lúdicas. O jogo infantil pode ser entendido como assimilação da realidade, como comunicação social, como solução de conflitos, como sensação de fluidez e como acção intrinsecamente motivada”.

(SAMULSKI, citado em NETO, 2003, p. 226)

Segundo Kiphard (1979)² é através do jogo que a criança desenvolve a auto-competência, ou seja, conhece o seu corpo e a sua própria pessoa. Desenvolve também a competência, para que a criança tome consciência do meio em que se insere, através dos seus movimentos e interactividade para com este. E, por fim, desenvolve também a competência social, ou seja, aprende a adaptar-se a outras pessoas, havendo uma maior facilidade em comunicar com outros indivíduos.

Após analisar a importância do jogo no desenvolvimento da criança é importante abordar o significado dos diferentes jogos no desenvolvimento psico-social da criança. Tendo como base a análise dos estádios do desenvolvimento de Piaget, Dietmar Samulski (2003) elaborou a seguinte categorização dos jogos no desenvolvimento da criança:

- Os jogos exploratórios que se realizam nos primeiros 3 anos de vida, que têm como objectivo estimularem a inteligência sensorial-motora da criança. Aqui predominam os jogos que a própria criança faz com o seu corpo;
- Os jogos simbólicos e de papéis, realizados entre os 3 e os 7 anos, são caracterizados por uma associação de simbolismos e assimilação de modelos comportamentais do meio ambiente. Se há temores ou angústias são nestas brincadeiras que a criança as expressa pois neste tipo de jogos há primeiro uma apreensão da realidade e depois a sua imitação. Tais jogos estão relacionados com o brincar “aos pais e às mães” ou “às profissões”;
- Por fim temos os jogos com regras, aparecendo aos 7 anos de vida onde se exige à criança a capacidade de adaptação e integração social. Neste tipo de jogo a criança apreende três formas básicas de conduta: a entrada em acção no momento certo; o desistir de acções irregulares; e o perder. Segundo o autor mencionado “nos jogos de movimento desta idade produz-se uma mudança na importância do jogo: a alegria pelo movimento transforma-se numa alegria pelo rendimento”. (SAMULSKI, 2003)³

² Citado em NETO, Carlos (ed.); *Jogo e desenvolvimento da criança*; FMH edições; Lisboa; Dezembro; 2003; p. 227

³ SAMULSKI, Dietmar; *Educação por meio do movimento e do jogo* in: NETO, Carlos (ed.); *Jogo e desenvolvimento da criança*; FMH edições; Lisboa; Dezembro; 2003; p. 234

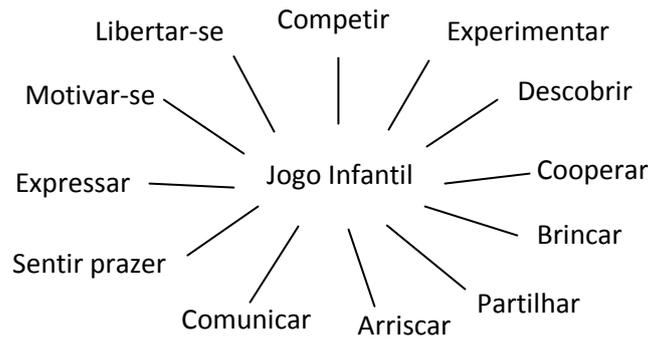


Figura 3 - A multifuncionalidade do jogo infantil. (baseado em SAMULSKI (2003) e modificado pela autora)⁴

Em suma, pode-se tomar consciência do quanto é importante, para o desenvolvimento da criança brincar, jogar e interagir com crianças da sua idade. É nas brincadeiras que a criança liberta a energia acumulada, forma a sua personalidade, comunica, transmite a sua apreensão e conhecimento do mundo que capta e movimenta-se livremente sem preocupações. Desta feita, é importante reconhecer que *brincar* no desenvolvimento da criança é uma peça fundamental no seu crescimento, a solidificar/fortalecer a sua personalidade, e que é através dos diferentes jogos e brincadeiras que a criança vai captando e definindo o seu papel na sociedade. Desta forma torna-se relevante analisar e compreender a importância e a influência que o espaço, onde é desenvolvido o jogo, tem na percepção e carácter nas brincadeiras e na própria criança.

“ (...) Uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo. Para tanto, utiliza objectos substitutos aos quais confere significados diferentes daqueles que normalmente possuem. O brinquedo simbólico e o pensamento estão separados dos objectos e a acção surge das ideias e não das coisas (...)” (VIGOTSKY; citado em NETO (2003), 1997, p. 28)

Toda a brincadeira acontece num determinado espaço ou numa determinada ambiência que influencia de forma significativa o sentido e o tipo de jogo que a criança pratica. Quando a brincadeira ocorre ao ar livre, a criança tem maior liberdade para correr, gritar, movimentar-se e até comunicar com outras crianças. Num ambiente naturalizado a criança consegue interagir e manipular o ambiente em si transformando-o de acordo com as suas brincadeiras ou gostos. Quando a brincadeira é desenvolvida em ambientes fechados estas são mais limitadas, mais controladas, não há tanta imaginação, estando por sua vez, o “faz de conta” cercado pelas barreiras do próprio espaço contido. Por vezes acontecem certas brincadeiras serem reprovadas em ambientes interiores e as mesmas actividades serem seguramente toleradas em ambientes ao ar livre (WHITE & VICKI, 1998).

Observando o tempo livre que as crianças de hoje têm durante o seu quotidiano, nota-se que, entre a escola e as actividades extracurriculares, apresentam horários sobrelotados,

⁴ SAMULSKI, Dietmat; *Educação por meio do movimento e do jogo* in: NETO, Carlos (ed.); *Jogo e desenvolvimento da criança*; FMH edições; Lisboa; Dezembro; 2003; p. 228

acabando por ter pouco tempo para se distraírem com actividades livres que sejam orientadas com as regras e liberdades que elas próprias impõem. Com esta “falta de tempo” para as suas brincadeiras ao ar livre, e com o desleixo por parte das autarquias, os espaços com esse propósito, acabam por se deteriorar transformando-se num alvo muito apetecível para os actos de vandalismo. Perante esta realidade, gera-se nos pais maior insegurança e maior tendência ao supervisionamento e controlo nas crianças fazendo com que estas se retraíam e não realizem com tanta naturalidade as suas brincadeiras, comparativamente à oportunidade de estarem apenas com outras crianças da sua idade.⁵

Segundo Randy White e Stoecklin Vicki (1998) “brincadeiras infantis” e “ar livre” deixaram de ser sinónimos, estando as crianças cada vez mais limitadas ao entretenimento proporcionado pela televisão e pelos jogos virtuais.

Acredita-se que com a fobia que se gera ao redor dos espaços em que a presença da natureza se afirma e com o tempo, cada vez mais reduzido, em que a criança está em contacto com os elementos naturais, estejamos a criar uma futura **geração biofóbica**, ou seja, uma geração que terá aversão ao que é vivo e natural. Por ter medo e não conhecer, será uma geração que não terá interesse em preservar a natureza e a sua diversidade (WHITE & VICKI, 1998). Sem se conhecer não poderá haver uma opinião formada, se não houver exploração sobre determinados ambientes, sentir os seus limites e potencialidades, nunca poderá reconhecer o seu valor. Ora, se a criança desconhece as características, a diversidade e a liberdade do mundo natural e o quanto ela se poderá fascinar por este ambiente, jamais poderá ter algum sentimento e reconhecimento para com este mundo onde a própria criança vive e da qual depende.

2.1.1. A importância da natureza no mundo infantil

“ (...) Marta olhava lá para fora pela janela. Não havia ninguém no pátio, nem na rua: toda a gente continuava absorvida no almoço dominical. A ramagem do castanheiro-da-índia chegava logo ali abaixo. Marta saudou a árvore com a mão aberta como costumava fazer ao avô (...). Ao chegar junto do castanheiro-da-índia, Marta apertou-o com força, encostando a cara ao tronco.

- Obrigada por tudo, Castanheiro. (...)” (TAMARO, 1998, p. 41-46)

Em diversos estudos realizados conclui-se que a criança quando escolhe uma ambiência para as suas brincadeiras, ela prefere os ambientes ao ar livre, preferencialmente situações em que existe vegetação. As características são mais tentadoras, há uma diversidade infinita de oportunidades que decorrem de não serem criados por adultos, mas também devido ao seu factor de intemporalidade (as paisagens, as árvores, os rios descritos nos contos de fadas e que a transportam para um mundo recreado por ela) (WHITE & VICKI, 1998).

Assim nota-se que os espaços que as crianças preferem, ou eventualmente criam para as suas brincadeiras, são áreas onde a presença da natureza se afirma. Árvores, flores, água, terra, areia, lama, animais e insectos são matérias em ambientes mais ricos, que oferecem

⁵ Tema abordado mais adiante.

uma grande variedade de oportunidades de jogo, de exploração e elementos que proporcionem a criação de realidades imaginárias.

Dada a importância que a exploração da natureza tem para a criança, é um elemento que aparece com frequência descrito, e a interagir com a criança, em vários contos infantis. Sophia de Mello Breyner Andresen é um desses exemplos bem sucedidos que em muitos dos seus contos vê a natureza como um cenário perfeito para o desenrolar das suas histórias recheadas de fantasia:

“Isabel não tinha irmãos e por isso sabia brincar sozinha e conversar com as árvores, com as pedras e com as flores.

Todos os dias ela percorria a quinta. No Outono apanhava castanhas esmagando com o pé os ouriços verdes. No Inverno colhia violetas e camélias. Na Primavera trepava às cerejeiras para comer as primeiras cerejas doces, escuras e vermelhas. E também subia às árvores onde todos os anos havia ninhos, ninhos redondos feitos de ervas, folhas secas e penas e que tinham lá dentro quatro ovos verdes sarapintados de castanho”(ANDERSEN, 2001, p.5).

Até há relativamente pouco tempo as crianças brincavam de forma espontânea e livre nas ruas do seu bairro sem haver um olhar controlador ou de vigia sobre as suas brincadeiras. Eram crianças que brincavam e interagiam com os elementos naturais, moldando-os e transformando-os ao seu gosto, entendendo os seus limites e conhecendo as suas características. O espaço rural estava próximo das áreas urbanas e a presença de áreas livres (públicas ou privadas) que assinalavam a presença da natureza era significativa. Essas áreas urbanas assinalavam uma distância vivencial extraordinária, havia movimento, segurança e a presença constante do significado da palavra “vizinhança”.

A partir da segunda metade do século XX, quando a urbanização se desenvolveu em populações esmagadoras, a liberdade das crianças diminuiu de forma significativa. Aumenta a área edificada mas as áreas públicas que assinalam a presença da natureza não acompanham essa evolução. O espaço rural torna-se mais distante e as tipologias de jardins, quintas e parques são substituídas por espaços sem escala, sem vegetação, sem possibilidades de apropriação, são então dominados por meros enquadramentos ao espaço edificado e de circulação. A insegurança na vivência urbana instala-se e os pais impedem os seus filhos de brincar nas ruas e nos espaços vazios dentro do seu próprio bairro habitacional. Desta forma, a criança deixou de estar rodeada pelos elementos naturais, como por toda a versatilidade e mudança que os caracteriza, para estar rodeada por elementos inertes, enormes, estáticos e cinzentos.

Perante esta mudança de hábitos de vida, que levaram à diminuição do tempo nos espaços exteriores, surgem alterações em vários domínios, que há que assinalar: aumento da violência e da criminalidade; diminuição das capacidades cognitivas e conceptuais da criança, bem como da atenção, da concentração e dificuldades de aprendizagem; diminuição dos estímulos de desenvolvimento social e individual; aumento da obesidade infantil bem como aumento do stress citadino e das doenças; diminuição da sensibilidade e responsabilidade ecológica, etc.

Como resultado da transformação da sociedade, à medida que a vegetação está menos presente no tecido urbano, chegou-se à conclusão que a **natureza é condição fundamental ao nosso crescimento e ao nosso desenvolvimento**. Vários estudos demonstram que o ambiente natural influencia directamente no bem-estar do homem, no que se refere ao foro psicológico,

ao funcionamento cognitivo, ao menor número de doenças e à facilidade de recuperação das doenças tidas. Proveniente das experiências na natureza, a criança beneficia em vários aspectos muito devido à plasticidade e vulnerabilidade que o ambiente natural oferece. Os resultados deste contacto são (WHITE, 2004):

- A diminuição do défice de atenção e hiperatividade;
- Aumento da concentração e autodisciplina;
- Maior e mais avançada aptidão motora, incluindo coordenação, equilíbrio e agilidade;
- Estão doentes com menos frequência;
- As brincadeiras são mais diversificadas nomeadamente mais imaginativas e criativas que promovem com maior eficácia as competências linguísticas;
- Maior capacidade em lidar com as adversidades e pressões da vida;
- A criança ao brincar em ambientes naturais reduz ou elimina o bullying;
- Ajuda a desenvolver a sensação de paz e harmonia tanto interior, como com o mundo;
- Desenvolve os sentimentos positivos sobre si mesma;
- Os ambientes naturais estimulam a interacção social entre crianças;
- Os ambientes ao ar livre são importantes para o desenvolvimento das crianças de independência e autonomia;
- Sem o contacto com o mundo natural poderá desenvolver uma futura geração biofóbica (abordado na alínea 2.1.).



Figura 4 - A criança ao brincar e ao estar em contacto com a natureza conhece o meio natural e os seus elementos e, por isso, protege-os. (Fonte: www.fotosearch.com)

Para a criança o elemento vegetal é importante devido ao seu valor lúdico, à sua versatilidade e à sua diversidade de formas e feitios. Tais elementos despertam os vários sentidos na criança provocando-lhe diversas sensações que, por sua vez, os elementos inertes não despertam. O cheiro, a cor, o movimento, a textura e a diversidade com que estes elementos existem no mundo, activam na criança o sentido da descoberta, da curiosidade e do fascínio, em querer saber mais destes elementos que pouco fazem parte do seu quotidiano.

A criança vê, vive e sente de maneira diferente que o adulto o ambiente natural. Os adultos, de maneira geral, vêm a paisagem como o “pano de fundo”, espaço cenário das suas acções, ao passo que as crianças experimentam a natureza, sendo esta o estimulador e componente experimental das suas actividades. Aos olhos da criança o ambiente natural não se julga pela sua componente estética, mais imediata, mas sim pelas possibilidades de interacção que ela pode ter com o ambiente (COSTA, 2012). Se para um adulto uma planta é

dominantemente observada como um elemento vivo, que adorna e alegra os lugares onde se encontra, para uma criança a planta é muito mais que isso, é a descoberta, o elemento a explorar, o objecto de estudo e a peça fundamental à sua construção e base das suas brincadeiras.

Para além disso, a vegetação que existe num espaço livre poderá servir para testar os limites da criança, como o subir a uma árvore ou escalar um monte de pedras, serve como suporte às aventuras e imaginação, pois a partir da sua versatilidade podem construir as suas cabanas, labirintos e esconderijos.



Figura 5 – A casa da árvore pertence inevitavelmente à imaginação da criança. O ter que trepar para poder chegar à sua estrutura, o poder-se esconder e até poder ser um espaço onde poderia estar à vontade com as outras crianças, é uma construção desejada e imaginada por muitas crianças. (Fonte: www.mundodastribos.com)

Esse fascínio aumenta com a percepção das alterações da vegetação ao longo do ano, como o aparecimento das flores, dos frutos e das folhas, que vão e vêm consoante as estações do ano, juntamente com a componente animal, como a presença dos pássaros atraídos pelos aromas e odor das flores. Todas estas experiências são a base da compreensão da natureza que a criança do meio urbano deveria possuir no seu dia-a-dia de forma a ter conhecimento dos diferentes elementos, animais e vegetais, que compõem o mundo em que vive. Só contactando directamente com eles a criança consegue entendê-lo, compreendê-los para quando um dia mais tarde, quando se tornar um adulto, ter consciência da sua importância não só numa perspectiva das gerações vindouras como para a sua qualidade de vida. Um conhecimento e vivência, em que é determinante respeitá-los.

“Também é importante criar áreas que utilizam vegetação nativa e as configurações dos espaços naturais para que as crianças possam experimentar, aprender e desenvolver uma apreciação do seu ambiente local” (WHITE & VICKI, 1998, p. 6)⁶

Para além da componente ambiental, a presença da vegetação nos espaços abertos destinados à criança, é também importante a nível ecológico. Como assinalado pelo autor antes citado, interessa promover um ambiente naturalizado dentro dos espaços urbanos para que as crianças o possam conhecer e interagir com ele e, conseqüentemente, no futuro, o valorizarem. Neste sentido é importante ter em atenção dois factores. Por um lado, como o próprio nome indica, para o desenvolvimento físico, cognitivo e conceptual da criança é fundamental que haja espaços que tenham uma área considerável de vegetação variada para que assim ocorra um leque diversificado de ofertas. Por outro lado, é importante que essa vegetação seja nativa, ou seja, a vegetação característica de uma determinada região, uma atitude que vai ao encontro da preservação e consolidação da identidade do lugar. Este tipo de medidas faz com que a criança se aperceba que, consoantes as diversas características da paisagem, assim esta se altera (esta opção é ainda em termos económicos uma mais-valia, uma vez que as plantas autóctones requerem menos manutenção, nomeadamente com os nutrientes e disponibilidade de água).

É preocupante o afastamento que hoje se regista do mundo natural, principalmente quando se fala das brincadeiras infantis. Factores como a distância da habitação, o tempo livre cada vez mais reduzido que os pais têm com os seus filhos, o medo de deixar as crianças brincarem sozinhas nos espaços adjacentes à habitação, as condições e programas cada vez mais distantes do ambiente natural que os estabelecimentos de ensino oferecem, todos estes factores condicionam o contacto directo que a criança tem com a natureza.

Perante esta realidade as escolas têm um papel fundamental em favorecer e facilitar o contacto da criança com o ambiente natural já que passam em média 40 a 50 horas semanais nestes estabelecimentos de ensino.⁷ Sensibilizar os pais da importância que o contacto com o ambiente natural tem para o desenvolvimento da criança é um papel fundamental que a escola deve ter uma vez que os pais estão cercados e dominados pelo “medo do desconhecido”, ou seja, estão cada vez com mais receio dos ambientes que oferecem à criança mais riscos de ela cair, de ter mais arranhões, de escorregar, de se molhar, fazendo com que os pais prefiram ambientes onde nada disso venha a ocorrer, sendo assim, as escolas tendem a oferecer programas mais monótonos, com menor variedade de escolhas e onde apenas têm em vista a satisfação dos pais esquecendo o que realmente as crianças gostam e da componente didáctica que a natureza oferece ao mundo infantil. Só alterando as pequenas coisas que compõem o dia-a-dia da criança, poderemos educar a futura geração para que não seja indiferente ao mundo natural, que valorize e preserve a natureza.

⁶ Tradução da autora.

⁷ A oferta no pré-escolar e na escola é muito reduzidas dadas as dificuldades financeiras que a acompanha. Muito excepcionalmente são proporcionadas visitas de estudo a locais em que o principal objectivo é o contacto com a natureza.



Figura 6 – Várias crianças testam as suas capacidades em colocar um barco construído a flutuar nas margens de um rio. (Fonte: ROUARD & SIMON, 1977)

2.2. O mundo infantil nas áreas urbanas

“A cidade não pode ser vista meramente como um mecanismo físico e uma construção artificial. Esta é envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana.” (PARK, citado em LOBADA & ANGELIS (2005), 1973, p.126)

As cidades, como hoje as conhecemos, são um resultado de várias épocas históricas que marcaram o desenvolvimento da humanidade. Se no passado as cidades ocorriam em número muito reduzido e de forma significativamente dispersa no território, ostentando uma relação muito estreita com o suporte biofísico bem como com a sua envolvente, hoje em dia as áreas urbanas são uma mancha em muitos casos significativamente contínua, muito vincada na paisagem, onde a ligação à natureza é cada vez mais reduzida e mais contrastante.

Na Europa, ao longo dos dois últimos séculos, observou-se um aumento vertiginoso da migração da população do rural para as cidades. Entre 1800 e 1914 a população europeia residente triplicou o seu número. Com este aumento populacional assistiu-se à explosão de recém-chegados nos aglomerados urbanos, bem como perto das áreas industriais (locais onde poderia haver maior número de postos de trabalho). Esta movimentação em massa da população no território fez surgir duas situações: por um lado a ampliação e transformação das cidades já existentes, por outro, o surgimento de outras metrópoles. É a partir desta deslocação em massa da população do rural para o urbano, resultado da Revolução Industrial, que as cidades começaram a expandir-se desordenadamente, sem regras, sem querência e sem respeitar as condições ecológicas e territoriais onde o próprio tecido urbano se inseria originando assim, cidades desproporcionadas da imagem do homem, ausentes de uma identidade. Como referido, a população dirigiu-se em massa para os locais onde existia oferta de trabalho, como tal, houve a necessidade de as receber originando uma rentabilização do espaço disponível para esse fim construindo-se habitações em altura aumentando o número de casas por metro quadrado de território, deixando toda a componente ecológica para segundo plano. Nesta fase de crescimento urbanístico a principal preocupação era de receber

os migrantes. A edificação é assim cega, sem consideração aos factores ligados à saúde social, física e mental. Os espaços abertos públicos são menosprezados, tanto no tamanho como no número dentro do tecido urbano. Esta medida veio quebrar o sentido de comunidade e pertença do espaço bem como apurar o sentido do desconhecido pois, não havendo espaços de convívio deixa-se de conhecer as pessoas que vivem perto.

Como assinalámos, com o aumento do número de habitantes, a cidade teve que crescer, adaptar-se e expandir-se. Um dos elementos que mais veio contribuir para a mudança, não só dos hábitos de vida mas também da própria estrutura da cidade, foi o carro. A circulação pedonal deixou de ser prioritária para dar lugar à circulação rodoviária. As pequenas ruas encheram-se de carros (trânsito sob a forma de estacionamento), cresce a poluição (do ar e sonora) dá-se a explosão da escala do perfil da rua (várias faixas de rodagem, estacionamentos longitudinais...). Mudanças que desvalorizam as componentes históricas/culturais, ecológicas e estéticas das cidades. Se antes do carro as pessoas andavam a pé, encontravam-se nos caminhos rotineiros, nos largos e nas praças, havia actividade física e social, com o seu aparecimento todas essas actividades e interacções são substancialmente reduzidas (se não mesmo eliminadas). O homem vive agora isolado, em casa, no trabalho e nos meios de transportes.

Neste contexto há que assinalar o manifesto urbanístico do início da década de 30 que surgiu em Atenas. Este resultante do IV Congresso Internacional da Arquitectura Moderna, tendo dado origem à **Carta de Atenas** (1931). Neste documento defende-se que a cidade deve possuir quatro funções fundamentais: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito, tendo como objectivos a ocupação do solo, a organização da circulação e o respeito da legislação. Para além disso, este documento foi mais longe em realçar a importância da adopção do conceito de Urbanismo Racionalista ou Funcionalista no qual obriga a que haja o planeamento regional e intra urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses colectivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a edificação concentrada, embora adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. A carta de Atenas aprova ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zonamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedonais, uma estética geométrica, a eliminação da rua corredor, dando assim mais valor às ruas de estadia e de encontros (ABIKO, 1995).

A cidade moderna deixou-se levar pela importância do tráfego, uma prioridade e soluções que orientam todas as outras soluções urbanas.

Com o surgimento da Carta de Atenas começou então a reconhecer-se que as cidades estavam a desenvolver-se sem respeitar, não só o ser humano como a natureza. Desta forma, e tomando a consciência de que este crescimento colocaria em risco a própria sanidade mental e física do homem e que, inclusive colocaria em causa o futuro do mesmo bem como da natureza, houve a necessidade de repensar o desenho urbanístico nomeadamente com as zonas urbanas bem definidas e separadas, com grandes espaços entre os edificados, e uma circulação bem definida e eficiente (ABIKO, 1995).

No século XIX, a sociedade depara-se então com mais de metade da sua população mundial a viver em cidades, sendo que um terço dessa população são crianças (COSTA, 2012).

Na sequência do desenvolvimento das cidades, os espaços de recreio ou de encontro e os jardins ficaram ao longo dos tempos reduzidos (quantidade e qualidade). A juntar a essa diminuição acresce o facto das ruas se encherem de tráfego e dos perigos a ele inerentes fazendo com que a criança visse o seu espaço ser-lhe retirado pelas decisões políticas e urbanísticas. Assim, e perante a facilidade que é acabar com estes espaços tão importantes para a criança, este torna-se um dos elementos da sociedade mais frágeis e aquele que mais tem vindo a sofrer com as alterações do tecido urbano.

Se no passado elas iam a pé, com os amigos, para a escola, iam à rua fazer as pequenas tarefas que os pais lhes pediam, brincavam e estavam na rua livremente sem a vigilância obcecada dos pais; hoje as crianças são obrigadas a ir de carro para a escola, estão apenas com os seus colegas durante as horas de recreio na escola, brincam sob o olhar controlador dos pais e não podem sair à rua sem a presença de um familiar. Perante esta realidade a imagem que a criança tem da cidade onde vive é captada cada vez mais através da janela da sua casa ou do carro sem que haja (con) vivência, contacto ou partilha de conhecimentos da realidade feita por elas mesmas. As distâncias tornaram-se maiores o que foi acompanhado pela ausência de ligação entre o meio urbano e a própria criança. Assim hoje em dia muitas crianças não conhecem o local onde moram nem sequer sabem fazer a ligação entre escola/casa. Esta realidade é fruto da não convivência e ausência de ligação da criança com o seu meio, estando esta aprisionada ao olhar e às regras, por vezes descontroladas, dos seus progenitores. Como consequência deste excesso de protecção e cuidados, a criança não cresce por si, por tentativa e erro, não conhece as ruas, os espaços e as outras crianças por ela mesma.

Para além disso, e muito devido à ausência de contacto, a criança não consegue desenvolver a sua própria imagem do bairro para que se possa orientar e assim a própria criança se sinta mais segura. Como o denuncia Kevin Lynch (1982) os “elementos marcantes” são referências fruto da captação da criança e da sua convivência com o meio, ou seja, são elementos que ela reconhece, fazendo com que, ao serem reconhecidos e assimilados, esta consiga criar memórias ou orientações de lugar.

Outra das vantagens da vivência das crianças nos espaços exteriores é que ao serem vividos por esta ela “desenvolve sentimentos de pertença” (BAPTISTA, 1989), isto é, ao viver o espaço que a rodeia, a criança consegue organizar simbolicamente a paisagem em que vive. Desta forma a criança tem menos medo e sente-se mais segura quando está sozinha.



Figura 7 – Este tipo de sinalização adverte à criança dos perigos provenientes de um estranho. Por outro lado aumenta a insegurança e a desconfiança da população. (Fonte: GILL, 2010)

Em Portugal, nos anos 60, apresentava uma percentagem de população rural de aproximadamente 70%; nos anos 90 a situação inverte-se por completo. Há mais de 75% de pessoas a viver em cidades com mais de 10.000 habitantes (NETO, 2003). O que hoje em dias observamos é que, apesar desta expressão dentro das cidades, as pessoas vivem cada vez mais afastadas umas das outras, cada vez mais afastadas do conceito de “vizinho” não convivendo, ou mesmo conhecendo, aqueles que moram no mesmo bairro. As crianças adquirem então medo de ir para a rua sozinhas vendo na rua e nos adultos que a rodeiam uma espécie de “inimigo” tendendo com isso a afastar-se desses indivíduos intitulados “desconhecidos” ou “perigosos”.

2.2.1. A aversão ao risco

“No passado, considerava-se que as crianças tinham capacidades que hoje raramente pensamos que tenham (...). Estamos tão obcecados com a necessidade de darmos às nossas crianças uma infância longa e feliz que menosprezamos as suas capacidades e a sua resiliência” (GILL, 2010, p. 17)

Na sociedade de hoje é muito frequente alegar que as crianças crescem depressa demais. Muito deste pensamento é reflexo da interação da criança no mundo adulto, na facilidade que a criança tem em adaptar-se aos comportamentos e atitudes dos mesmos e à facilidade que a criança tem em interagir com a cultura virtual. Apesar destes comportamentos avançados, no que diz respeito à autonomia, confiança e liberdade declarada à criança, nada poderia estar tão longe da verdade. Nos últimos 30 anos a criança tem sofrido uma redução da sua própria liberdade e a um aumento do controlo e da supervisão dos adultos, conseqüente das mudanças sociais, culturais e económicas (GILL, 2010).

O crescimento do tráfego rodoviário e dos estilos de vida cada vez mais dependentes do automóvel, as horas de trabalho dos pais mais prolongadas, o declínio na quantidade e na

qualidade dos espaços públicos e o crescimento das actividades de lazer dentro da própria casa, todas estas acções reforçam a aversão ao risco da sociedade em relação ao meio onde vivem. Este sentimento de repulsa vai ao encontro do conceito que o sociólogo Frank Furedi defende de “cultura do medo” (GILL, 2010)⁸, entendido como “uma ansiedade generalizada e insidiosa com a segurança, que encontrou expressão nos recreios pelas crianças, muito embora estas estejam hoje estatisticamente muito mais seguras do que em qualquer outro momento da história da humanidade” .

A verdadeira noção do risco que hoje as crianças correm e o medo que os pais têm sobre elas é cada vez mais desproporcional levando ao enclausuramento das crianças sem, no entanto, ter-se noção de que as suas vidas são geradas num contexto sócio-cultural onde existe estruturação, moral, controlo e segurança.

O medo que hoje em dia existe gera um ciclo vicioso negativo dentro dos centros urbanos. De um lado há a convivência e a permanência cada vez mais reduzidas nos espaços públicos porque as pessoas se sentem inseguras e desconfiadas. Dessa diminuição advém as ruas desabitadas, os jardins e os parques sem vida fazendo com que haja menos pessoas que assegurem o movimento, o olhar protector e o convívio. Por sua vez, esse abandono gradual origina a propagação do crime e do vandalismo nas zonas que deveriam, à partida, assegurar a alegria e o lazer. Por outro lado, há o medo dos estranhos, pelo desconhecido. A grande maioria dos estranhos é, ao contrário do que se pensa, uma fonte de ajuda amplamente fiável quando alguma coisa corre mal aos mais pequenos. Hoje em dia é urgente tomar consciência que as crianças não correm, estatisticamente, mais riscos de serem raptadas ou mortas por estranhos do que há 30 anos atrás. O que ainda continua a acontecer, e isso é inaceitável, é a vulnerabilidade a que as crianças estão expostas a abusos sexuais e exploração por parte de pessoas em quem deveriam poder confiar sem hesitação (GILL, 2010).

“As pessoas têm de assumir um mínimo de responsabilidade umas pelas outras, mesmo quando não têm qualquer laço que as una (...) essa é uma lição que ninguém aprende por lhe ter sido ensinada. É aprendida pela experiência de ver outras pessoas sem relações familiares, ou de amizade próxima, ou de responsabilidade formal para connosco a assumirem alguma responsabilidade por nós.” (GILL, 2010, p. 68)

O risco a que uma criança está sujeita nos tempos de hoje é um fenómeno muito subjectivo que está directamente relacionado com factores sociais e culturais. No entanto, muitos são os autores que defendem que o facto de a criança estar perante determinados tipos de riscos tem um papel fundamental no seu crescimento e formação, como pessoas inseridas numa sociedade. São quatro os principais tipos de argumentos propostos (GILL, 2010):

- Em primeiro lugar, uma criança ao estar em contacto com um determinado tipo de risco apreende-o e aprende a geri-lo da maneira que achar melhor. Este tipo de situações encontram-se no simples facto da criança começar a aprender a nadar, a andar de bicicleta ou até conhecer as regras de segurança rodoviária;
- Em segundo lugar alega-se que, se a criança não estiver exposta a determinados riscos, esta tende a procurá-los em ambientes e situações mais arriscadas e perigosas;

⁸ GILL, Tim; *Sem medo: crescer numa sociedade com aversão ao risco*; Lisboa; Principia; 2010; p. 20

- Em terceiro lugar, a criança obtém outros benefícios ao ter a oportunidade de participar em actividades com algum grau de risco. No caso de a criança brincar fora de casa implica sempre alguns riscos, mas esses riscos são amplamente ultrapassados pelos benefícios que deles crescem para a saúde e o desenvolvimento das crianças;
- Em quarto lugar, foca-se nos benefícios a longo prazo de lidar com o risco. Vários autores defendem que as crianças constroem o seu carácter e a sua personalidade através do enfrentar de circunstâncias adversas em que sabem que há a possibilidade de danos, perdas ou vitórias.

No seguimento destes benefícios acrescentaríamos mais um:

- A criança tem mais consciência e mais responsabilidade dos seus actos, estando mais atenta e ciente, não só aos seus limites físicos mas também aos limites que o próprio meio lhe incute e transmite.



Figura 8 – Aproveitando a inclinação natural do terreno, os diversos grupos etários testam as suas capacidades e a sua coragem (Bristol). (Fonte: www.williehenrietta.blogspot.pt)

Na sequência desta reflexão nota-se que é fundamental existir um equilíbrio entre o risco e a protecção da criança não havendo a anulação total do primeiro uma vez que, pelo que foi observado, é fundamental para o desenvolvimento e conhecimento da criança que exista a componente de risco nas aventuras e descobertas da mesma.

2.2.2. A importância dos espaços abertos públicos no tecido urbano

A consideração e valorização do mundo da criança é uma temática que tem sido pouco estudada e ponderada no desenvolvimento dos espaços urbanos.

A construção das áreas urbanas visou durante décadas, a responder meramente à componente económica, sendo que as funções habitacionais e de circulação constituíram as únicas preocupações.

Os espaços abertos que hoje predominantemente observamos são espaços sobrantes provenientes do crescimento da urbanização. Nalguns tal crescimento urbano, em unidades isoladas, gerou terrenos sobrantes, ou expectantes por tempo indeterminado. Lá se constrói um espaço para crianças ou jovens, sem haver, no entanto, uma ideia do que realmente a sociedade infantil e juvenil necessita, quer e deseja. Esta incompreensão ou até mesmo a falta de contacto entre as autarquias e o público infantil e juvenil origina espaços vazios, abandonados e indesejados. Sem pessoas estas áreas urbanas ficam desertas expostas ao vandalismo e a actos socialmente indesejados e perigosos. Na perspectiva de evitar o contacto das crianças com a rua, de certa forma ausente de leis e regras, os pais optam por impor aos filhos um sem número de actividades extra curriculares para que estes estejam o mais tempo possível ocupados, controlados, sujeito a regras e em ambientes que crêem mais seguros. Na sequência destes factores começa-se a observar que, nos grandes centros urbanos 30 a 50% das crianças fazem mais de três actividades (artísticas ou desportivas) organizadas semanalmente dando asas a situações de “stress provocado” (RODRIGUES, 1999). Outra das soluções que os pais vêm para ocupar os seus filhos é coloca-los intelectualmente activas e corporalmente passivas dando-lhes computadores e jogos electrónicos. Este tipo de atitudes aumenta o sentido de segurança dos pais mas, em contrapartida, priva a criança da descoberta, tanto do seu corpo como do meio onde está inserida, de conhecer outras crianças, de correr e de brincar ao ar livre. Para além destes factores, ao incentivar a criança a brincar com determinados aparelhos que não estimulam a componente física promovem o aumento da obesidade infantil.

Perante esta abordagem deparamo-nos com dois mundos bem distintos: o dos pais e o da criança. A criança quer brincar, os pais querem protegê-la. A criança quer ir para a rua, os pais querem que ela fique em casa, sem risco de se sujar ou de se magoar mas protegida. A criança quer liberdade para sonhar, os pais querem manter sempre o olhar controlador sobre os seus actos. A distância entre o mundo dos adultos e o mundo da criança tem vindo a aumentar e a estar mais vincado, e isso deve-se em muito ao mau planeamento urbano, à “cultura do medo” acima mencionado e à qualidade do tempo que os pais têm com os seus filhos. Vários estudos feitos até então revelam que devido à evolução da cidade e à perda de autonomia da criança para brincar livremente em grupo, as ruas das áreas urbanas encontram-se com cada vez menos crianças. Os perigos característicos da cidade (o medo do desconhecido e da presença do automóvel perto das brincadeiras da criança) a juntar à distância em que se encontram os espaços de jogo e recreio entre si e das próprias habitações ditam este resultado cada vez mais acentuado e com tendência a agravar-se.

Segundo Manuela Raposo Magalhães os espaços de jogo e recreio infantil e juvenil devem possuir uma distância máxima de 400 m dos seus utentes ao passo que os espaços de recreio destinados a crianças entre os 0 e os 5 anos devem localizar-se a uma distância máxima de 100 m da sua habitação (MAGALHÃES, 1992).

Como já foi referido anteriormente, na generalidade, os espaços abertos públicos são locais que estão a ficar vazios de pessoas, de movimento e que por sua vez, leva a um clima de insegurança. Este declínio, cada vez mais preocupante, poderá ter diversas razões, nomeadamente, relacionados com o estado de conservação dos espaços muitas vezes reprovador, a pouca diversidade de oferta, o reduzido estado de conservação dos

equipamentos e do mobiliário urbano, as reduzidas condições de segurança, o aumento da distância cada vez mais vincada entre a habitação e este tipo de espaços, as condições de higiene que afastam os seus utilizadores, entre outras. Todos estes factores aumentam a insegurança da população, o controlo dos pais sobre as crianças e o vandalismo.

Se o pensamento segue esta orientação, qual a importância que o homem tem nas decisões urbanísticas? Qual a verdadeira importância do factor “bem-estar humano” nas áreas urbanas?

2.2.3. O espaço da criança

“É inquestionável a necessidade de jogar da criança, assim como o é a necessidade de pelo menos parte deste jogo se realizar no exterior, ao ar livre e em contacto com os diversos sistemas biológicos e sociais.” (RODRIGUES, 1999, p. 25)

Na sociedade actual as crianças são um grupo que possui uma grande expressão. No entanto essa percentagem não se reflecte nas decisões tomadas em relação ao seu planeamento urbano.

Tendo em conta que, a criança é o agente da sociedade de amanhã, e que, tendencialmente, as cidades continuarão a ter muito mais crianças no futuro (no sentido em que haverá mais famílias a viver no meio urbano), há um dever e uma responsabilidade em cuidar e respeitar tanto do seu direito como do seu espaço. A cidade, devido à sua história e desenvolvimento, não tem tido presente essa orientação na sua estrutura. A cidade tem crescido ausente da importância que é o bairro, a rua, o espaço aberto público. A falta de hierarquia das vias, dos espaços abertos e até da localização dos serviços nas áreas urbanas contribui, por exemplo, para que haja, hoje em dia, um número muito reduzido de crianças a fazer o percurso escola/casa, casa/áreas comerciais ou até casa/parque infantil.

O planeamento urbano tendo em vista as necessidades da criança cidadina deve ser pensado para elas e com elas, como o defendem alguns autores. Deve ser orientado por escalas e importâncias diferentes e isso é vincar e fazer salientar a ideia de bairro, onde nele existe a habitação, a escola, o espaço de jogo e recreio, a casa do amigo, o mercado, as áreas comerciais, alguns serviços, etc.

Ao promover-se a ideia de bairro estão-se a criar pequenos núcleos, com dinâmica própria, que se interligam com o movimento dos núcleos envolventes dentro de uma hierarquia crescente. No bairro o tráfego automóvel é menor (só lá entra quem pertencer ou o visita), as crianças têm mais liberdade para poder andar na rua tendo assim maior segurança, as crianças poderão ir para a escola sem necessitar de serem guiadas por um adulto sendo os espaços públicos abertos facilitando um maior contacto com a natureza. Por sua vez, na periferia desse bairro é feito o tráfego mais fluente, o mais directo para os outros núcleos tendo o circuito pedonal uma menor importância. Desta forma, cria-se um zonamento da cidade de forma a distinguir o local de habitação ou vivência mais urbana do local de passagem, onde os fluxos de tráfego são maiores.

Acresce que é importante oferecer à criança ambientes diversificados, onde ela passe o seu quotidiano, onde a presença da natureza seja uma componente estrutural do ambiente criado.

Assim, investir na qualidade, ludicidade e na segurança dos espaços de jogo de recreio dentro da cidade é apostar no desenvolvimento saudável, equilibrado e feliz da criança.

As áreas urbanas de hoje são genericamente incapazes de juntar e reunir pessoas nos espaços abertos comuns (como as ruas, os largos, as praças, os jardins, os parques, etc.). Sendo que o automóvel domina todo o traçado e vivência urbana esta realidade passa em muito pela incompreensão das necessidades da sociedade, pelo desrespeito do espaço dos seus diferentes cidadãos. A cidade não é constituída por apenas alguns grupos sociais. A cidade é feita por crianças, jovens, adultos e seniores. Isso significa que deve haver espaços para todos eles, promovendo a sua interação, e onde estes se sintam bem, ou seja, que sintam que dentro do local onde vivem existe um espaço pensado neles e nas suas necessidades.

Como vimos, hoje em dia o que se pode observar na maioria dos espaços destinados ao recreio dentro da cidade são áreas que, com o avançar da construção, ficaram a sobrar na malha urbana. Por serem espaços que não têm qualquer utilidade são projectados como **espaços de enquadramento ou pequenos espaços de lazer** sem que no entanto haja uma reflexão prévia sobre o tipo de espaço a oferecer à população, as suas necessidades, a sua escala em comparação à escala do edificado que o envolve e o tipo de população com que se está a trabalhar. Daí decorre, como já afirmámos, o abandono e vandalismo. Por um lado, as funções e equipamentos instalados nesses espaços, não respondem às precisões da população – encontram-se em zonas pouco visíveis ou não têm dimensões suficientes para que as pessoas se sintam confortáveis. Por outro lado, há a questão da falta de diversidade e originalidade dos **espaços de jogo e recreio** construídos, a mesma imagem espacial e vivencial e replicada (formas, matérias e equipamentos) vinculam a mesma oferta de jogo. A questão de não haver um leque variado de oferta de espaços de lazer numa determinada cidade pode estar relacionada com a sensibilização dos políticos locais em não perceber que este tipo de espaços são importantes para a saúde física e mental dos seus cidadãos. Uma situação onde estará também relacionado com a componente económica, está quando se opta de forma contínua por colocar sempre os mesmos elementos inertes, vegetais e equipamentos (aqueles que a cultura global mais veicula) eliminando, com esta atitude, a identidade dos locais bem como as suas potencialidades. Por fim, ainda a não participação no processo do público-alvo, aquele que vai usar e disfrutar do espaço projectado, que deve estar incluído na orientação da tipologia do espaço bem como na sua concepção e manutenção.

Uma das tipologias de espaço que atrai todas as gerações é o do **Parque Recreativo**. A função social dominante visa proporcionar entretenimento com equipamentos sociais que permitam atividades variadas onde se incluem as contemplativas e culturais. A inscrição destas actividades numa área de maior dimensão, permite a valorização da componente da natureza, fomentando-se a presença da vegetação na cidade. Esta tipologia assegura assim um espaço público onde, a componente lúdica e a componente ecológica se interligam e se complementam.

A título de exemplo vejamos o caso concreto de Lisboa onde existem quatro parques recreativos (o parque recreativo do Alto da Serafina, o parque recreativo do Alvito tendo este um dos parques infantis mais emblemáticos de Monsanto, o parque recreativo do Calhau e o parque recreativo dos Moinhos de Santana). Em todos se regista a componente de inclusão

estando aptos a receber qualquer faixa etária. Para além disso é notória a presença da vegetação contrastando com a envolvente de cada parque recreativo.

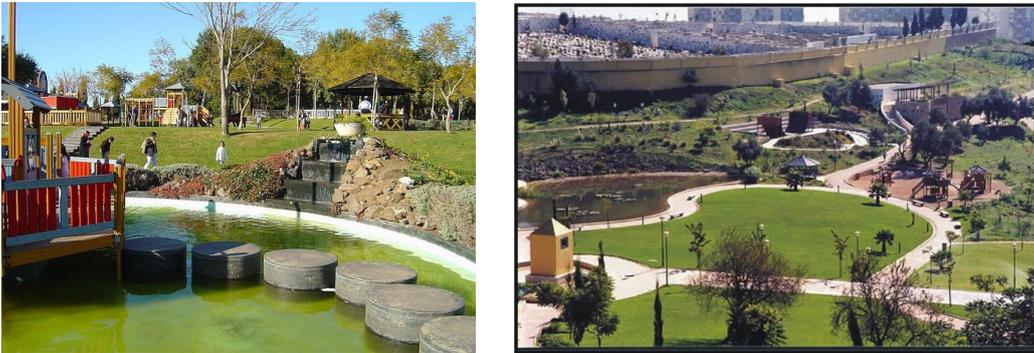


Figura 9 – Da esquerda para a direita: o parque recreativo do Alto da Serafina (Fonte: www.flickr.com) e o parque recreativo do Moinho de Santana. (Fonte: www.newsletters.cm-lisboa.pt)

Uma situação mais específica de entretenimento destinado às crianças são os **parques infantis** que desenvolveremos no capítulo seguinte. Neste caso, a vegetação não é uma prioridade nem um elemento fundamental ao seu funcionamento. São espaços direccionados à faixa etária mais nova. Devido à legislação a eles inerente, são espaços limitados, monótonos, bastante artificiais e que, apesar de serem desenhados e de existirem para as crianças, são aos adultos que estes espaços têm de agradar.

3. Os parques infantis

“Os parques infantis são locais familiares, quer nas recordações de infância dos adultos, quer nas aldeias, vilas e cidades dos nossos dias” (GILL, 2010, p. 33)

Ao longos dos últimos anos a criança tem visto os seus espaços de brincadeira tornarem-se cada vez mais formais e mais idênticos entre si. Os materiais que os compõem, as solicitações a que respondem e a sua concepção, foram ao encontro de espaços semelhantes entre si. Como já mencionado, se há uns anos atrás todo o espaço público era alvo de brincadeiras, hoje os espaços são direccionados, confinados, desligados do contexto envolvente. São exemplos os parques infantis, os pátios escolares ou até o próprio quarto, onde a criança está autorizada a brincar, a desenvolver e criar as suas próprias experiências.

Esta realidade, e pensando em particular nos espaços de recreio infantil, decorre de inúmeros factores: os ligados ao crescimento da cidade, às orientações científico-sociais, à determinante primazia do automóvel no tecido urbano, ao crescimento urbano cada vez com menos espaços abertos, à desconfiança da sociedade em relação ao outro, aos horários laborais dos pais cada vez mais intensivos e à intensificação das actividades extra-curriculares das crianças.

A crescente especialização do homem nas diversas áreas do conhecimento, conduziu à necessidade de encontrar respostas aceitáveis e tecnicamente eficazes nas mais variadas situações da sua vida. No caso dos espaços de jogo e recreio, esta especialização levou à formalização e codificação daqueles sendo esta a forma mais rápida e fácil de garantir a segurança das crianças na cidade sem, no entanto, lhes ser retirado o direito de brincar. A partir deste pensamento moderno surgem os espaços de jogo e recreio como hoje os conhecemos que, segundo o artigo 3º do Decreto-Lei nº 119/2009, de 19 de Maio, são “áreas destinadas à actividade lúdica das crianças, delimitadas física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância”. Estão incluídos nesta definição os parques infantis, recreios escolares, parques aventura, equipamentos de interior, insufláveis, parques de skate, e quaisquer espaços com características particulares e cuja função seja promover o recreio infantil.

Perante esta análise podemos admitir que os parques infantis, são um tipo de espaço de jogo e recreio que, apesar de se assistir à sua propagação por todo o território nacional, a sua qualidade está cada vez mais longe das necessidades da criança e do respeito que este deveria ter em relação ao local onde é implementado. Este tipo de situações gera espaços repetidos, homogêneos, desinteressantes e alheios ao *genius loci* do local.

O aparecimento dos espaços dirigidos ao recreio infantil surgem aliados à Revolução Industrial quando se regista um abandono do solo de uso agrícola para dar lugar a uma sociedade industrializada em plena ascensão, isto é, é nesta altura que se assiste a uma mudança tanto na paisagem como na mentalidade da sociedade (JORGE, 2009). Com o aumento dos habitantes na cidade e a diminuição dos espaços abertos polivalentes e de forte interacção social, dá-se o aparecimento dos espaços destinados às crianças. Esta preocupação é o reconhecimento de que a cidade não é um lugar seguro para acolher as brincadeiras dos mais pequenos e que necessita de lugares próprios, especialmente pensados para as suas

necessidades. Desta forma, tenta-se restabelecer a socialização, a saúde e a boa forma física das crianças cidadinas.

Quando os espaços de recreio infantil surgiram eram locais que acolhiam, não só actividades que apelavam ao movimento físico, mas também espaços que continham uma componente pedagógica, factores determinantes ao desenvolvimento saudável da criança. Eram espaços supervisionados por um adulto que permitia a interacção geracional e a aprendizagem informal mas, por motivos económicos, com o aumento em número destes espaços o número de vigilantes foi diminuindo (GILL, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, os parques infantis fixaram-se e difundiram-se um pouco por todo o lado como a solução para os problemas sociais de urbanização, emigração e saúde pública (GILL, 2010). Os equipamentos mais frequentes eram o baloiço, as gangorras, as rodas giratórias, as estruturas para trepar e os escorregas fabricados em aço. Estes equipamentos estavam instalados, normalmente, em cima de um pavimento em asfalto, por ser uma solução com baixo custo e de fácil manutenção.

Até aos anos 60 o desenho e concepção dos parques infantis pouco mudaram não tendo a questão da segurança particular relevância. É na década de 70, na sequência dos vários acidentes registados até então, que a British Standards Institute (BSI) lançou uma série de normas de segurança que, apesar de não serem de nível legal, estavam apoiadas pelo Governo; estas serviam como linhas orientadoras sobre a concepção, a instalação e a manutenção dos parques infantis (GILL, 2010). Uma das medidas implementadas consistia na introdução de superfícies amortecedoras de impactes debaixo dos equipamentos de modo a reduzir lesões graves (JORGE, 2009). Depois desta preocupação, e da ênfase social que aos poucos se fez sentir em relação aos acidentes graves que aos parques infantis estavam inerentes, houve grande realce em controlar de forma exaustiva a segurança nestes espaços lúdicos. Apesar de todo o controlo de segurança que se tem vindo a fazer nos parques infantis, são espaços onde se aceitam quedas e ferimentos porque, para além de serem locais lúdicos onde existe movimento e contacto físico, são lugares de aprendizagem. Segundo Till Gill (2010), a probabilidade de uma criança se ferir num parque infantil é de, aproximadamente $\frac{1}{16}$ por ano, ao passo que a probabilidade de uma queda originar uma visita ao hospital é de $\frac{1}{200}$, sendo que estes valores são pouco significativos e pouco alterados ao longo dos anos.

No que diz respeito às superfícies amortecedoras, segundo vários autores a sua eficácia na redução de acidentes é uma realidade duvidosa. Estas foram criadas tendo como finalidade prevenir acidentes graves na cabeça originando por sua vez risco para a própria vida da criança. Dado o seu elevado custo torna-se, por vezes, uma reposta altamente desproporcionada ao risco mínimo que se verifica.

Como consequência do elevado custo na segurança dos parques infantis, o que se observa é um encerramento de uma série deles por falta de pavimento ou equipamentos adequados.

Com o uso abusivo da superfície amortecedora de borracha um número de especialistas observou e manifestou que este tipo de soluções é causadora de mais braços partidos em comparação a qualquer outra superfície. Este tipo de situações é originado pelo comportamento que os ossos têm quando embatem numa superfície sem qualquer comportamento derrapante onde possa dissipar a energia originada pela queda. Desta forma nota-se o que os especialistas denominam por “compensação do risco”, e com isso assume-se

um risco maior (GILL, 2010). Assim, com a introdução e obsessão das superfícies amortecedoras de borracha veio diminuir a quantidade e qualidade dos parques infantis.

“Não se considera problemática a repetição de uma fórmula. Considera-se problemática a repetição de uma fórmula limitada onde se encontram falhas de concepção.” (JORGE, 2009, p. 17)

Em consequência da legislação, que estimula normas de segurança exageradas criou-se uma homogeneidade de todos os equipamentos provocando limites nas escolhas e originalidade dos projectistas e a falta de escolha por parte do público-alvo, as crianças.

Os parques infantis tornaram-se desta forma espaços que encantam aos pais por serem fechados e desligados dos perigos da cidade, contentam à sociedade em geral porque limita as brincadeiras da criança impedindo conflitualidades com a normalidade do movimento citadino, e agradam a alguns projectistas menos informados porque de forma simples e eficaz conseguem inserir a criança num desenho de projecto (COSTA, 2012). Desta forma os espaços destinados às crianças são cada vez mais estereotipados, estáticos, monótonos, previsíveis, excessivamente organizados e assépticos não estimulando a imaginação da criança citadina. Com isso nota-se que são espaços que não respondem de forma eficaz às necessidades das crianças e não obstante disso, insiste-se na sua repetição, de um modelo limitado, com graves falhas de concepção ficando, no entanto, aquém do que a criança espera de um espaço que é feito para si e que deveria ser concedido de forma a responder às suas necessidades.

3.1. Os equipamentos e a sua segurança

Segundo o artigo 3º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio – que veio alterar o Decreto-Lei nº379/97, de 27 de Dezembro – entende-se como equipamento de espaço de jogo e recreio os “materiais e estruturas, incluindo componentes e elementos construtivos, destinados a espaços de jogo e recreio, com os quais ou nos quais as crianças possam brincar ao ar livre ou em espaços fechados, individualmente ou em grupo”.

Tais equipamentos têm um uso variado e onde a sua apropriação pode estar longe dos olhos vigilantes do acompanhante da criança. O seu material deve ser resistente não só às altas temperaturas sentidas em Portugal como às baixas temperaturas sentidas nos países nórdicos.

O artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, especifica a informação que cada equipamento deve ter na sua embalagem:

- A menção “Conforme com os requisitos de segurança”;
- O nome, denominação social ou marca, o endereço, a identificação do modelo e o ano de fabrico;
- A idade mínima e máxima dos utilizadores a quem se destina;
- O número e data da norma técnica aplicável;
- O número máximo de utentes em simultâneo;

- A altura mínima e máxima dos utilizadores;
- Os avisos necessários à prevenção dos riscos inerentes à sua utilização.

Qualquer equipamento para obter a menção “conforme os requisitos de segurança” deve respeitar as normas europeias EN 1176 e 1177 ou ter um certificado de conformidade com os requisitos de segurança elaborado com base em avaliações feitas por organismos de certificação acreditados no âmbito do Sistema Português da Qualidade.

Tanto num caso como no outro, o equipamento deve possuir um *dossier* técnico, disponível para consulta, que contenha uma descrição pormenorizada do equipamento, da superfície de impacte, conforme a alínea 4 do artigo 16º de Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

No fornecimento e implantação da superfície de impacte a entidade deve fornecer um manual de instruções, redigido em português, onde descreva de forma clara (se possível ilustrado) onde visa o respeito pelas normas europeias.

No que diz respeito à segurança dos materiais, aquando o fabrico e instalação do equipamento devem ser duráveis e de fácil manutenção. Por outro lado, não podem ser empregues materiais facilmente inflamáveis, tóxicos ou susceptíveis de provocar alergias. A componente tóxica poderá englobar a nível ambiental tanto na sua construção como na eliminação do equipamento acautelando o mínimo possível a contaminação ambiental. Por outro lado, o material deverá ser alvo de tratamentos de forma a evitar apodrecimento precoce da madeira.

Qualquer equipamento quando implementado, um dos aspectos que se deve ter em atenção é a sua estabilidade e resistência nas suas fundações, bem como a necessidade de estas não se encontrar à vista (para evitar serem um obstáculo às brincadeiras e um ponto que fomenta acidentes graves). Assinala-se ainda que os equipamentos que apresentem apenas um ponto de suporte, quando estão inseridos em superfícies contínuas (como é o caso das superfícies sintéticas de borracha *in situ*) devem possuir uma pequena caixa de visita em volta do seu suporte de forma a facilitar o controlo da resistência e qualidade do suporte do equipamento com o objectivo de salvaguardar a segurança das crianças (figura 10). O equipamento não deve possuir arestas vivas, rebarbas, ou superfícies rugosas susceptíveis de provocar ferimentos; lascas pregos parafusos ou qualquer outro material pontiagudo e cabos ou cordas pouco resistentes.



Figura 10 – Os equipamentos que apresentem um ponto de suporte de toda a estrutura, quando implementados em superfícies de difícil acesso às suas fundações, deveriam possuir (neste caso não possui) uma caixa de visita de forma a assegurar a sua estabilidade, segurança e o seu bom funcionamento. (Fotografia da autora)

No artigo 19º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, sublinha-se ainda a necessidade de ter em conta que as dimensões, o grau de dificuldade, a atractividade e a resistência dos materiais utilizados, sejam adequados à idade dos utilizadores; que os movimentos e riscos inerentes a cada actividade sejam apreendidos pelos utilizadores do espaço; que os adultos possam aceder a todo o corpo do equipamento; e as juntas e partes móveis dos equipamentos não permitam prender partes do vestuário, ou do corpo podendo causar entalões, membros partidos ou até estrangulamento.

No que diz respeito às áreas de utilização, descritas no artigo 20º do mesmo Decreto-Lei, para cada equipamento e respectiva superfície de impacte deve ser admitida uma área de utilização constituída pela:

- Área ocupada pelo equipamento e superfície de impacte;
- Área livre de obstáculos que impeça quer as colisões entre os utilizadores, quer as destes com o próprio equipamento;
- Área de transição entre cada um dos equipamentos.

Deve ainda ser feita uma marcação que delimite as áreas de jogo activo associadas aos vários equipamentos.

Quanto aos requisitos de segurança para equipamentos específicos são descritos nas normas europeias EN 1176 (entre as partes 2 e 6, inclusive) e, em parte, na secção II do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

Escorrega

Segundo dados do Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer (EHLASS) 31% dos acidentes registados em espaços de jogo e recreio são originados pela utilização do escorrega. Os acidentes mais frequentes incidem na zona terminal deste equipamento com o impacte da criança no solo sendo a cabeça e os membros inferiores as zonas do corpo mais afectadas.



Figura 11 – Escorrega com zona superior muito exposta a possíveis quedas bem como a zona inferior sem qualquer protecção na zona de impacte. (Fonte: RODRIGUES, 1999)

Para uma maior protecção da criança na utilização deste equipamento foram tidas várias medidas em consideração, nomeadamente com a protecção da zona mais elevada de forma a evitar quedas dessa superfície; a zona de entrada da superfície deslizante deve ser concebida de forma a desencorajar o utilizador a descer na posição de pé; a zona mais elevada deve ser de fácil acesso; a superfície deslizante deve ser contínua evitando ferimentos ou o prender da roupa; no caso ainda da superfície deslizante, esta deve ser construída de forma a que a zona final da trajectória reduza eficazmente a velocidade do corpo da criança de forma a evitar a sua projecção.

Elementos rotativos:

Carrosséis

Segundos dados do sistema EHLASS cerca de 7% dos acidentes registados em espaços de jogo e recreio são derivados do uso deste tipo de equipamentos. Estes podem ser concebidos para serem utilizados em pé ou sentados e o seu acesso e saída pode ser feito estando a plataforma em movimento.



Figura 12 – Carrossel que limita o número de crianças e que ao ser usado de forma sentada, aumenta a sua segurança. (Fotografia da autora)

Um dos aspectos a ter em consideração neste tipo de equipamentos é o seu acesso e saída, podendo estes serem efectuados ainda com a plataforma em movimento. Esta deve ser circular, não deve ter elementos, nomeadamente de apoio, fora do perímetro da plataforma e

não deve ter elementos que permitam a introdução de partes do corpo bem como elementos que prendam o vestuário da criança. Quanto à velocidade, esta deve ser controlada por meio técnicos de concepção e não deve apresentar movimentos oscilatórios.

Baloiços e outros elementos de balanço

De acordo com o sistema EHLASS, cerca de 59% dos acidentes registados em espaços de jogo e recreio têm origem na utilização dos baloiços. A queda regista maior número seguindo-se as pancadas quando a criança sai do baloiço ou quando está junto ao mesmo. São acidentes que normalmente acontecem entre os 5 e os 14 anos e a cabeça é a zona do corpo a mais afectada.



Figura 13 – Baloiço que segundo as normas europeias já não é permitido. Para além de ter três assentos na mesma estrutura, apresenta-se feito em ferro e com a barra lateral que possibilitada a criança a colocar-se de pé em cima da mesma. (Fonte: RODRIGUES, 1999)

Por se registarem alguns acidentes devido a pancadas, os elementos dos baloiços, deverão ser constituídos por materiais amortecedores. A disposição deste tipo de equipamentos deve permitir a apreensão do movimento pendular e devem ser implementadas medidas técnicas eficazes que permitam isolar este equipamento, a toda a sua volta, de modo a que o livre acesso aos mesmos fique condicionado. Quanto aos baloiços destinados às crianças mais pequenas, deve ser feito em zonas devidamente distanciadas dos baloiços destinados à faixa etária mais velha. De forma a evitar a colisão entre os bancos não deverão existir mais que dois assentos numa mesma estrutura (figura 13). Quanto aos pórticos, não deverão possuir elementos que provoquem na criança a acção de trepar.

No que diz respeito à barreira física utilizada *à posteriori* para a protecção da área activa de jogo do baloiço deve haver um cuidado redobrado quanto à sua colocação. Muitas das vezes acontece o chamado “compensação do risco” (abordado anteriormente) pois há uma barreira que avisa que é uma zona destinada ao movimento do baloiço mas que esse mesmo objecto pode ser alvo de quedas e acidentes (figura 14).



Figura 14 – Nesta imagem observa-se a colocação de três troncos pequenos inseridos na areia de forma a sinalizar a área de jogo activo do baloiço. No entanto essa mesma construção poderá ser alvo de tropeções e quedas por parte das crianças (Alemanha). (Fonte: Inga Brockstedt, conhecida da autora)

Balancé

Para a utilização deste tipo de equipamento é necessário que haja duas pessoas de forma a haver uma combinação entre a força de ambas. Como tal, a sua utilização por crianças mais pequenas é mais difícil sem que haja a ajuda por parte de um adulto.

Neste tipo de equipamento deve haver um sistema de molas de forma a evitar um impacte bruto com o solo quando uma criança sai de repente. Caso não haja a presença das molas, deverão ser outras peças a ter esse efeito de redutor de impacte.



Figura 15 – Balancé em madeira utilizado por crianças já com alguma estatura para conseguirem usar sozinhas. No entanto nota-se que o equipamento não contém um sistema que reduza o impacte contra a superfície. (Fonte: www.sendmetoys.com)

Equipamentos de trepar

Por necessitarem de equilíbrio e força dos membros este tipo de equipamentos é mais frequentado por crianças entre os 6 e os 12 anos. Muitas das estruturas existentes nos dias de hoje estão a infringir as normas europeias uma vez que são propícias ao aprisionamento do corpo dentro das suas estruturas demasiado concentradas.



Figura 16 – Equipamento de trepar constituído por um conjunto de ferros, muito condensados que pode causar alguma aflição por parte da criança que não consiga sair do centro da estrutura. (Fonte: www.thesimplemag.com)

Redes espaciais

São estruturas de escalada ou geométricos tridimensionais compostos por elementos flexíveis, tais como cordas, correntes, etc.

A sua malha deve ser de tal forma grande que entre a mesma deve possuir espaço para que um corpo caia através das suas aberturas.

Este tipo de estruturas (figura 17), devido ao seu desenho são muito seguras pois um corpo quando cai tem sempre obstáculos flexíveis que reduzem a sua velocidade antes de embater na superfície. Por outro lado é muito inclusiva, na medida em que a sua forma e a sua versatilidade é muito apetecível a várias idades.



Figura 17 – A rede espacial, Quinta das Conchas em Lisboa. (Fotografia da autora)

Hoje em dia a oferta de equipamentos é assegurada por diversas marcas a nível mundial. São assim muitos e muito variados os equipamentos que respondem às normas de segurança em vigor. Essa diversidade é no entanto muito limitada pelo orçamento da implementação do espaço de jogo e recreio, pois são estruturas que exigem um orçamento muito elevado. Por outro lado, quanto mais complexo é o equipamento mais exigente é a sua manutenção logo, mais cara fica a sua durabilidade.

Hoje em dia, as Câmaras optam por equipamentos que exijam pouco dinheiro e pouca manutenção, daí a diversidade de oferta ser muito reduzida e se repetirem os mesmos equipamentos de parque infantil para parque infantil.

No entanto observa-se que ainda assim são muitas as soluções construídas ao longo destes anos de forma a escapar aos equipamentos tradicionais promovendo a originalidade dos espaços e estimular o sentido de curiosidade da criança. Soluções como juntar a diversidade de ambiência e materiais não convencionais não impõem a existência de um grande equipamento (figura 18) para satisfazer as brincadeiras das crianças.



Figura 18 – O parque infantil de Asterix, em França, oferece uma grande variedade de estímulos sensoriais promovendo uma atmosfera entre a realidade e a fantasia, com elementos não convencionais dispersos por todo o espaço. (Fonte: ROJALS, 2006)

Outra das soluções que podem escapar à formalidade dos equipamentos tradicionais são as intervenções que, por mais simples que sejam podem servir não só como referência à criança dentro da área urbana, como ser alvo das suas brincadeiras (figura 19). Pequenas estruturas projectadas em lugares estratégicos podem reavivar esse lugar, dando um novo rumo e um novo uso, sem no entanto necessitar de equipamentos tradicionais com o seu elevado custo, e formalidades, para chamar a atenção da criança.



Figura 19 – Da esquerda para a direita: Diversas esculturas de animais espalhadas pelo jardim da cidade de Évora; as formigas projectadas para uma praça em Espanha, é tido como um elemento simbólico mas também como estrutura lúdica para as crianças. (Fonte: www.panoramio.com; ALAMO, 2004)

3.2. Um olhar crítico sobre a concepção dos parques infantis

Quando se projecta um espaço dirigido à criança muitos são os factores a ter em conta, nomeadamente, no que se refere à diversidade de situações e materiais, segurança, ludicidade, localização (física e social), atractividade, qualidade da oferta, entre outros.

As crianças não são todas iguais e quanto mais restrições existem na concepção dos seus espaços, mais afectada fica a originalidade, diversidade de escolhas e a liberdade de um projectista influenciar directamente na qualidade das brincadeiras dos mais novos.

Um parque infantil por si só nunca responde na sua totalidade às necessidades da criança. No centro urbano, principalmente, para satisfazer as necessidades cognitivas e físicas das mesmas, é preciso que haja várias situações, desafios, para que as crianças tenham diversidade de escolha, não remetendo a oferta apenas aos parques infantis, mas também a outro tipo de espaços ligados ao recreio e lazer, como é o caso dos parques recreativos falados anteriormente.

A criança necessita de explorar os espaços, as diferentes situações que a rodeia, conhecer o meio onde vive para que desenvolva as suas defesas, a sua personalidade, criando-se oportunidades de socializar e fazer amigos por si própria.

Com as preocupações, nalguns casos excessivos, que a sociedade criou à volta da criança, o seu mundo fica reduzido aos espaços fechados e limitados. Quer os parques infantis quer os pátios escolares são locais preponderantes na vida da criança pois são locais onde esta está diariamente em contacto com pessoas da sua idade, interagindo e desenvolvendo brincadeiras mais ou menos livres. Ora, tanto uns como outros são espaços pobres ao nível da sua concepção, materiais e qualidade espacial global. É nestes dois locais que a criança passa a maior parte do seu dia, pelo que deveriam conter ambiências e estímulos com maior qualidade e diversidade. Seria ainda vantajoso para a criança que as áreas urbanas oferecessem outros espaços, com função e estímulos variados, diferentes dos espaços que a criança encontra dentro do seu recinto escolar.

A lei, com todas as suas regras e normas, é muito limitadora, incidindo não só sobre os parques infantis como nos espaços de recreio escolar. Sendo assim, ambos ficam com soluções semelhantes a nível da sua ludicidade e oferta, deixando esmorecer outras soluções mais ou menos arrojadas num local que faria total sentido existirem, já que, tanto o parque infantil como o pátio escolar, são espaços onde a criança contacta, interage, aprende e brinca. Para ir ao encontro da lei, os espaços criados destinados à criança são monótonos, normalmente apenas com o equipamento standarizado, estáticos, sem oportunidades de estimular a imaginação da criança. Tais espaços são pavimentados com a superfície amortecedora (preferencialmente em borracha) e limitados com vedações restringindo o espaço que se destina à brincadeira espontânea e livre da criança. Este tipo de soluções que tentam minimizar o risco aumentando a segurança, trazem por sua vez outros perigos, pois a criança ao não encontrar estímulos no meio, ela tende em encontrar outros, que por sua vez, poderão ser mais perigosos do que aqueles que encontraria caso o espaço não estivesse tão simplificado. Por outro lado, a criança ao deparar-se com formas e desafios semelhantes, a sua perspicácia em superá-los e a atenção exigida em algumas actividades diminui devido à repetição de movimentos neste tipo de espaços. Esta realidade verifica-se não só porque a lei é muito fechada mas também devido ao olhar que a sociedade tem vindo a desenvolver em

relação aos acidentes. Reafirmamos assim que a aversão ao risco é um problema grave dos tempos modernos, uma atitude que faz com que os parques infantis sejam apáticos, repetitivos, sem graça e sem estímulo para a criança.

Como já vimos, a presença da natureza, e particularmente da vegetação, é um elemento fundamental não só ao nível do desenvolvimento da criança, mas também em termos ecológicos, culturais e estéticos. Apesar dessa importância a sua presença é uma realidade pouco frequente e sem significado nos espaços lúdicos das crianças em Portugal. A escassez de elementos naturais nos espaços infantis promove a aridez nestes espaços originando a ausência de sombras e desconforto nos seus utilizadores. Por outro lado, a sua presença torna-se importante, principalmente os que se localizam em cidades, na medida em que possibilitam que a criança contacte, interaja e conheça os elementos naturais já que se considera que, para que os parques infantis sejam completos deveriam ter aliado à componente lúdica a componente pedagógica.

Em resultado da monotonia e repetição dos parques infantis que se regista um pouco por todo o país, as características inerentes ao contexto, localização, e caracterização do lugar em que se inscrevem estes espaços não é tido em conta na sua concepção. É frequente a ocorrência de espaços que se destacam e contrastam com a envolvente, dada a imposição com que se afirmam. São normalmente espaços planos, com forma regular, uma simplificação no desenho, para não criar pontos que suscitem acidentes, e sem valorização da topografia existente.



Figura 20 – Parque infantil em Castelo Branco, constituído num espaço sobrance. Salienta-se a localização, a pobreza em desafios, as formas monótonas e a sua aridez (anexo a um estacionamento e a uma via de circulação automóvel, num local desagradável e perigoso para receber as brincadeiras da criança). (Fotografia da autora)

Para além do factor contextual, há o problema do seu dimensionamento. Espaços reduzidos albergam pouca diversidade de situações o que limita a resposta a dar à satisfação das necessidades dos grupos etários mais inferiores.

Ora esta realidade dos espaços pequenos decorre não só do factor financeiro associado ao seu apetrechamento como do facto de esta oferta ocorrer normalmente em terrenos sobrance de forma a encher o espaço que ficou livre. Perante esta realidade, surgem parques

infantis como se observa na figura 20 do parque inscrito numa área de estacionamento, com um equipamento, rodeado por uma vedação (para que não haja contacto entre a circulação e a criança), sem qualquer atractividade para a mesma e pouco espaço para que esta possa correr e se libertar. Tal solução transmite as preocupações associadas à concepção do espaço infantil com que é projectado, sem qualquer componente criativa e que por sua vez, transmite a falta de sensibilidade por parte dos órgãos de decisão e reflecte o olhar das autoridades sobre a lei em vigor. O mesmo parque infantil sublinha ainda que, para além do desrespeito que há pela dinâmica e pedagogia que a criança deveria encontrar (e ter) nos seus espaços lúdicos, o desrespeito pelos acompanhantes das crianças veja-se que o mobiliário de apoio (bancos) encontra-se no exterior do parque infantil, estando assim em perfeita separação física com as crianças.

Hoje em dia em Portugal, ao contrário de muitos países da Europa, sobressai uma grande preocupação com a segurança dos parques infantis sendo esta feita a qualquer custo, sem no entanto olhar-se à componente lúdica e no quanto esta fica penalizada com o excesso de zelo. Neste tipo de situação as entidades gestoras deviam encontrar um equilíbrio entre os riscos e os benefícios. É impossível, num meio onde a actividade física exerce a maior importância, controlar e evitar os acidentes e ferimentos sendo estes factores intrínsecos do universo da criança e possuindo, inclusive, um papel fundamental no desenvolvimento da própria criança. Segundo a instituição Play Safety Forum (PSF) a criança, através das várias capacidades que lhes são intrínsecas, consegue por si própria avaliar e gerir o risco, no entanto, essa agilidade de avaliação e muitas dessas aptidões são adquiridas em brincadeiras tidas em espaços como os parques infantis⁹.

Um espaço infantil que seja construído e mantido orientado para uma elevada segurança, é um espaço pouco estimulante e até pouco pedagógico.

Se nos anos 70 e 80 começou a tomar-se consciência dos cuidados a ter com a concepção, não só do espaço lúdico mas também do próprio equipamento infantil, hoje há um abuso e desnecessária protecção direccionada ao mundo da criança. Hoje há uma excessiva aversão ao risco dentro destes espaços.

A sociedade não deve olhar para estes espaços de recreio infantil como sendo espaços ausentes de acidentes ou ferimentos, muito menos olhar para estes acontecimentos como sinal de falhanço. Muito desta visão tida pela sociedade e pela autarquia passa pelas campanhas e alertas que se centraram nas tragédias como algo a combater e eliminar nos parques infantis. Desta forma as entidades gestoras optam pela maneira mais fácil, aumentar a segurança dos parques infantis através das normas e lei em vigor em território nacional. No que diz respeito a esta matéria não se está a afirmar que este tipo de orientações de segurança não sejam úteis, ou que, por exemplo, as superfícies amortecedoras de borracha não tenham benefícios, não é essa questão que está em causa, mas sim como a conformidade rígida dos padrões técnicos foram sobrevalorizadas, deixando-se de examinar devidamente todos os aspectos adversos existentes de num parque infantil.

⁹ www.playengland.org.uk

Com todas estas restrições passámos a olhar para a criança como uma pessoa limitada, sem defesas, que não se consegue desvincular das circunstâncias necessitando que o adulto a proteja constantemente e que previna todas as ameaças com que estejam em contacto directo.

Condicionar a brincadeira da criança em resposta ao conforto do adulto será a forma mais indicada de contribuir para o desenvolvimento físico e cognitivo da criança?

Serão as crianças um elemento da sociedade tão indefeso como os adultos pensam que elas são?

3.3. A Natureza dentro dos parques infantis



Figura 21 – Parque infantil que, apesar de ser constituído por equipamentos tradicionais, a componente vegetal está bem vincada no espaço onde se insere, Suécia. (Fotografia da autora)

Como defendemos, a presença da vegetação é fundamental a nível ambiental, de saúde, de conforto e de educação, portanto aos níveis ecológicos, culturais, estéticos e pedagógicos. Obviamente que deverá haver algum cuidado na selecção das espécies, designadamente as potencialmente perigosas (venenosas, com espinhos...).

Para as crianças que vivem e que presenciam o avançar das áreas urbanizadas, edificadas e construídas com preponderante afirmação do betão nos meios urbanos, torna-se essencial para o seu crescimento e desenvolvimento a presença dos elementos naturais, tanto nos espaços infantis, como no seu quotidiano. Como já mencionámos a presença da vegetação na vida da criança cidadina alia-se em muito a um crescimento saudável, pedagógico e completo da mesma, uma vez que, quando a criança está em contacto com a natureza conhece-a, sensibiliza-se e propende em respeitá-la. Por outro lado, um espaço lúdico que aproveite as vantagens da presença dos elementos vegetais é sempre muito mais enriquecedor para a criança do que aquele feito com elementos inertes, estáticos, que não sofrem modificações ao longo do ano e que se tornam impossíveis de se moldarem à imagem das crianças.



Figura 22 – Parques infantis com uma componente naturalista bem vincada nas suas formas e materiais, o mais à esquerda encontra-se na Suécia e o da direita na Alemanha. (Fonte da esquerda para a direita: www.helsingborg.se; www.flickriver.com)

Desde há uns anos para cá que alguns países da Europa, nomeadamente a Suécia e a Alemanha, têm retomado a componente naturalista na concepção dos parques infantis.

Segundo o testemunho dos técnicos que se encontram na divisão dos parques infantis e jardins de Malmö (a terceira maior cidade da Suécia), “seguimos os padrões europeus e verificamos todos os parques infantis uma vez por semana. A autarquia é responsável por manter todo o equipamento em bom estado. Embora não possamos evitar acidentes, sempre que haja um problema de que tenhamos conhecimento e não façamos nada, o município é responsabilizado. Mas, se alguém cair e partir um braço, isso é apenas uma coisa que acontece. Claro que nos preocupa, mas há sempre algum risco quando se está a brincar e a andar de um lado para o outro (...). Quem lá está, está por sua conta e risco”¹⁰.

Um outro caso é em Freiburg, uma cidade alemã que na década de 90 os seus técnicos resolveram protestar e ir contra aos protótipos de segurança utilizando ladeiras, troncos de árvores, pedregulhos, plantas, areia entre outros elementos proporcionando locais naturalistas. Segundo a opinião de Harald Rabhein¹¹ (2005) são espaços que, comparando-os aos tradicionais, oferecem mais situações de perigo para a criança mas, em contrapartida, as crianças aprendem a ter cuidado e a zelarem pela sua segurança. Por haver esta cautela a percentagem de acidentes dentro destes espaços mais naturalistas não aumentou.

¹⁰ GILL, Tim; *Sem medo: crescer numa sociedade com aversão ao risco*; Lisboa; Principia; 2010; p. 45

¹¹ Vice-Director os parques infantis naturalistas da cidade de Freiburg, Alemanha



Figura 23 – Dois parques infantis naturalistas da Arquitecta Paisagista Helle Nebelong. Em ambos se nota a orgânica ideal das formas e a diversidade de material que os compõem, Dinamarca. (Fonte, da esquerda para a direita: ROJALS, 2006 e ALAMO, 2004)

Na linha dos parques infantis naturalistas, a Arquitecta Paisagista dinamarquesa Helle Nebelong, defende e transmite na sua obra que a uniformização trás os seus próprios perigos. Para ela “quando a distância entre os degraus de uma escada ou de uma rede para trepar é exactamente a mesma, a criança não tem de se concentrar para saber onde vai pôr os pés. A padronização é perigosa, porque o brincar torna-se demasiado simplificado e a criança não tem de se preocupar com os seus movimentos. Essa aprendizagem não poderá ser depois transposta para todas as formas assimétricas e irregulares com que nos confrontamos ao longo da vida”¹².

Num ambiente mais naturalizado a criança depara-se com a própria transformação do meio, das vidas (animais) que nela vivem, e com a possibilidade de serem elas próprias a moldar as formas e tipos de brincadeiras, serem elas próprias a construir a sua base da brincadeira explorando o meio ao mesmo tempo que dão asas à sua imaginação. É no contacto directo com a natureza, e conhecendo os limites que os elementos naturais possuem, que a criança consegue elaborar/construir e até ter o sentido de posse em relação ao seu espaço de brincadeira. Brincadeiras como a casa da árvore, construir cabanas com arbustos, cavar na terra ou trepar às árvores, são actividades lúdicas ao mesmo tempo que fomentam uma componente pedagógica.

3.4. A lei reflectida no mundo da criança

Ao longo dos últimos 30 anos o parque infantil tem sido palco de uma enorme quantidade de investigações suscitando diversas opiniões sobre a sua concepção, segurança e diversidade dos seus materiais e equipamentos, entre os seus fornecedores, as entidades gestoras, reguladoras, organismos de segurança, legisladores, companhias de seguros, advogados, meios de comunicação social, projectistas, pais e até as próprias crianças (pois em alguns países as crianças são mesmo ouvidas sobre a concepção do seu espaço lúdico).

¹² GILL, Tim; *Sem medo: crescer numa sociedade com aversão ao risco*; Lisboa; Principia; 2010; p. 46

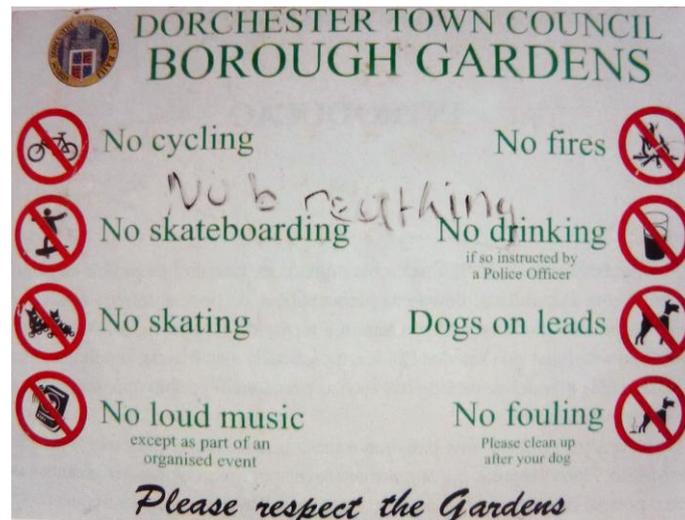


Figura 24 – No meio de tantas proibições num jardim, é inevitável o aparecimento da mensagem a *graffiti* “não respirar”. (Fonte: GILL, 2010)

Nos anos 70 a British Standards Institute (BSI), como foi referido anteriormente, para evitar o aumento e promover a diminuição dos acidentes graves nos parques infantis criou um documento com normas orientadoras e boas práticas no processo de concepção, instalação e manutenção de parques infantis. Esta iniciativa por parte desta entidade fez-se sentir com o progressivo aumento de zelo e preocupação por parte da população e dos órgãos de decisão em introduzir as superfícies de amortecimento de impacto e no aumento da exigência de qualidade no fabrico e instalação dos equipamentos.

Em 1998, o Comité Europeu de Normalização (CEN) apresenta um conjunto de normas com os requisitos gerais de segurança e métodos de ensaios específicos para cada equipamento, para as superfícies do espaço de jogo e recreio e o guia de instalação, inspeção, manutenção e funcionamento. Este documento é, nos dias de hoje, um elemento importante para a fiscalização, manutenção e inspeção dos espaços de jogo e recreio, estando aprovado em 19 países europeus, incluindo Portugal (Normas europeias 1176, que fornece os requisitos gerais dos equipamentos e 1177, que fornece os requisitos gerais das superfícies de amortecimento de impacto dos espaços de jogo e recreio).

Com o decorrer do tempo um novo olhar assinala uma sobrevalorização da segurança destes espaços deixando para trás a questão da ludicidade e pedagogia que é necessário haver neste tipo de locais.

A juntar às normas europeias mencionadas, a segurança destes espaços está reputado pelo Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, que veio alterar o Decreto-Lei nº379/97, de 27 de Dezembro, que veio sufocar a componente criativa dos projectistas e a componente lúdica das crianças.

No que se observa da legislação actual que recai nos espaços de jogo e recreio é que, desde 2009 que estão a ser tomadas medidas anti-coimas por parte das entidades responsáveis dos parques infantis promovendo, em determinadas ocasiões, um risco maior para a criança do que se não tivessem tomado qualquer medida de precaução.

O Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, perante a realidade que se deparam os parques infantis, encontra-se desviado e desequilibrado daquilo que se verifica ser um risco para a segurança da criança e daquilo que é irrelevante à sua segurança e bem-estar.

Assim, vejamos algumas passagens do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, as quais, em nossa opinião, deveriam ser repensadas:

Artigo 3º - Definições – alínea a)

“Espaço de jogo e recreio – área destinada à actividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância”

O espaço de jogo e recreio segundo a legislação em vigor é uma definição demasiado simplificada face às actividades que podem existir dentro de um espaço lúdico. A actividade motora é importante no desenvolvimento da criança e é incentivada nestes espaços mas, não é mais importante e mais estimulada que a actividade social e cognitiva que se regista igualmente nestes espaços de jogo e recreio. É nestes espaços lúdicos que há a interacção com outras crianças e onde a criança aprende a conviver, a desvencilhar-se nas circunstâncias em que se depara e a respeitar os limites e espaço dos outros. Assim pensamos que essa definição deveria ser mais desenvolvida no sentido de considerar, não só a componente motora, mas também a social e a pedagógica pois todos estes elementos são estimulados em conjunto e todos eles são igualmente fundamentais ao desenvolvimento da criança.

Artigo 9º - Protecção dos espaços

“Os espaços de jogo e recreio devem ser protegidos, através de uma vedação ou outro tipo de barreira física de modo a:

- a) Impedir a entrada de animais;
- b) Dificultar os actos de vandalismo;
- c) Impedir acessos directos e intempestivos de crianças às vias de circulação e às zonas de estacionamento de veículos, devendo existir separação física adequada (...).”

Quando se aborda a questão da vedação dos espaços de jogo e recreio a legislação reforça a ideia da obrigatoriedade de uma vedação física que fecha o recinto do espaço lúdico, impedindo que seja uma opção a ser tomada pelo projectista. Para além disso a obrigatoriedade de tal vedação física estabelece descontinuidades físicas e vivenciais, ao impedir que haja uma continuidade entre o espaço de jogo e recreio com a sua envolvente.

No que se refere às características da vedação, segundo a alínea a) do artigo em análise, esta deve impedir a entrada dos animais indesejados. Contudo, torna-se pouco clara uma vez que, uma vedação que proteja o espaço da entrada de animais canídeos tem uma determinada característica, se tiver o propósito de proteger o espaço contra a entrada de outro tipo de animais (como gatos, pombos, ratos, etc.) as exigências terão de ser necessariamente outras. Por outro lado, pode-se dizer que, por mais eficaz que seja a vedação instalada, muito dificilmente consegue ser ela a dificultar os actos de vandalismo, sendo que o que poderá dificultar os actos indesejados nestes locais são as soluções adoptadas à sua envolvente, nomeadamente com espaços direccionados para as diferentes gerações.

Artigo 16º - Conformidade com os requisitos de segurança – alínea 2 a)

“O fabricante ou seu mandatário ou o importador estabelecido na União Europeia de equipamentos destinados a espaços de jogo e recreio devem apor, ainda, de forma visível, legível e indelével, sobre:

a) O equipamento e respectiva embalagem:

(...)

II) A idade mínima e máxima dos utilizadores a quem se destine;

III) O número e data da norma técnica aplicável;

IV) O número máximo de utentes em simultâneo;

V) A altura mínima e máxima dos utilizadores;

(...)”



Figura 25 – Nesta imagem nota-se o quanto é feliz para a criança empurrar uma senhora do baloiço. Respeitando o artigo 16º, do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, esta situação não deveria acontecer (Fonte: ROUARD, 1977)

Todos os equipamentos são previamente testados de forma a conseguirem responder de forma positiva, não só à variação das intempéries, mas também à variação de peso que em cima dele pode surgir.

Ao ser imposto e assinalado no equipamento limites de idade e altura à sua utilização, está-se a promover uma situação de exclusão (que vai contra às normas europeias que defendem espaços inclusivos), uma vez que inibe a utilização de um familiar mais velho que acompanhe a criança. Esta situação, para além de promover a inibição do mais velho em participar com o mais novo de forma espontânea utilizando o brinquedo como via dessas brincadeiras (podendo ouvir represálias), quebra a interacção entre criança/pessoa mais velha (figura 25).

Artigo 23º - Baloços e outros equipamentos que incluam elementos de balanço – alínea 2

“A colocação dos baloiços e de outro equipamento semelhante deve permitir a apreensão do movimento pendular e devem ser implementadas soluções técnicas eficientes que permitam isolar estes equipamentos, a toda a sua volta, de modo a que o livre acesso aos mesmos fique condicionado.”

A solução que obriga esta lei a alterar o isolamento dos baloiços poderá trazer complicações para os parques infantis existentes. Em resposta a este artigo, muitos destes

espaços (por serem obrigados a instalar barreiras físicas nos seus baloiços) ao procurar ir de encontro à lei podem levar à instalação de obstáculo, gerando ainda mais conflito, e a constituírem um perigo para as áreas de segurança de outros equipamentos. Por outro lado, outra resposta que se verifica à lei é a remoção destes equipamentos evitando assim os custos elevados de normalizar os baloiços. Desta forma, a protecção das áreas de utilização deste equipamento deve ser pensada por critérios especializados (a nível de projecto) não sendo, no entanto obrigatório, a colocação de barreiras físicas, já que estas poderão ir contra à própria segurança nestes espaços.

No que diz respeito às contra-ordenações a nova lei veio generalizar as coimas dadas às diversas situações irregulares dentro dos espaços de jogo e recreio.

O Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, engloba numa mesma alínea a questão da falta de acessibilidades, da ausência de protecção do próprio espaço infantil bem como da falta de qualquer informação útil. Assim qualquer falta que ponha em causa o não cumprimento das alíneas referidas, entre outras descritas no artigo 34º, pode atingir valores que rondam os 250€ e os 30 000€. Com esta junção observa-se que este grupo contém tanto a falta de protecção do espaço lúdico, que influencia directamente na segurança vital da criança, como as informações úteis que inclui o caso da lotação máxima do espaço, uma questão que em nada irá influenciar com menor significado a segurança, bem-estar, ou funcionamento dos espaços de jogo e recreio.

Por outro lado, enquanto a este tipo de situações podem adquirir valores de punição entre os 250€ e os 30 000€ (como foi dito em cima), a questão da segurança dos equipamentos, que dita o artigo 19º do mesmo Decreto-Lei, que impede que os equipamentos apresentem fragilidades na sua estabilidade e resistência não devendo constituir obstáculo à segurança e saúde dos seus utilizadores, bem como a presença de material danificado, esteja num grupo de coimas que exerce valores entre os 250€ e os 5 000€.

Com isto, para além de o Decreto-Lei nº119/2009 generalizar as diversas situações, há uma incoerência no que se refere à importância dada aos vários artigos que determinam a segurança, saúde e o bom funcionamento de um espaço de jogo e recreio.

“Joga a bola, menino!
Dá pontapés certos
Na empanturrada imagem
Deste mundo.
Traça no firmamento
Órbitas arbitrarias
Onde os astros fingidos
Percam a majestade.
Brinca, na eterna idade
Que eu já tive
E perdi,
Quando, por imprudência,
Saltei o risco branco da inocência.” (TORGA, 1956, p. 98)

4. Caso de estudo dos parques infantis na cidade de Castelo Branco

4.1. Breve descrição da cidade de Castelo Branco

“A cidade é um sistema com organização de conjunto, funções integradas, mas também é a justaposição de sítios, de pequenos ambientes e, nesse sentido, depende da qualidade das partes.” (LOBO, citado em BRANCO, 2010, p 54)

A cidade de Castelo Branco é a capital de distrito de Castelo Branco e localiza-se na região centro (Beira Baixa), no interior de Portugal, e insere-se na NUT II Centro e NUT III Beira Baixa Interior Sul. Com 1 438.16 km² de área é considerada a sede de um dos maiores municípios portugueses tendo 25 freguesias.



Figura 26 – Evolução urbana na cidade de Castelo Branco. (Fonte: BRANCO, 2010, adaptado pela autora)

A cidade de Castelo Branco surgiu na Época Medieval, desenvolvendo-se a partir do topo do Monte da Cardosa (cota máxima de 475,50 m) pela encosta até à sua base. Actualmente a expansão ocorre já na zona plana que lhe é adjacente (com uma cota média aproximada de 370,00) (Figura 26). Na envolvente do monte do Castelo a cidade desenvolve-se num território com relevo suave a ondulado e zonas de vale também suaves.



Figura 27 - Ruas no centro histórico, estreitas que deixam antever pequenas hortas e vozes altas, que se ouvem ao passar. (Fotografias da autora)

A cidade mais antiga, associada à zona do Castelo, caracteriza-se por ter uma construção densa, compacta (de 1 a 2 pisos), implantada em encostas bastante inclinadas, com arruamentos estreitos e com poucos espaços abertos públicos. Porém, quase todas as habitações têm quintais ou logradouros, os quais asseguram áreas permeáveis na malha urbana bem como a vivência exterior. No topo do monte encontram-se as ruínas do Castelo dos Templários, com uma envolvente arborizada e um domínio visual, não só sobre a cidade, mas também sobre a paisagem envolvente.

Do perfil da cidade sobressai ainda a morfologia do terreno, porem significativamente mais disfarçado devido à construção recente mais altura na zona mais aplanada (Figura 28).



Figura 28 – Da esquerda para a direita: Vista da zona baixa onde se observa o edificado com maior número de pisos na zona mais baixa da cidade; vista do Castelo para a zona mais recente da cidade de Castelo Branco. (Fotografias da autora)

É nas últimas décadas do século XX que, a malha urbana se expandiu para lá da encosta do castelo apresentando edifícios mais altos, ruas mais largas (que possibilitam alinhamentos de árvores), mais espaços abertos que permitem o convívio e a estadia ao ar livre (nomeadamente nas praças, largos, jardins, etc.). No entanto, com a importância crescente do automóvel esses lugares depressa diminuíram de número, de dimensões e significado na malha urbana.

É nesta zona da cidade que se instalam grande parte dos serviços (educação, saúde, administrativos) e onde se desenvolve o comércio, o que determina maiores fluxos e maior vivência urbana.

A rede viária assegura uma grande afluência no centro da cidade e apresenta uma hierarquia de grande expressão, onde as vias atestam e circundam a cidade e articulam as suas principais unidades urbanas. É um trânsito controlado na medida em que opta por uma

velocidade moderada. Esta circunstância juntamente com o facto do terreno ser pouco acidentado, beneficia e incentiva o uso de bicicleta como meio de transporte alternativo ao transporte urbano público ou privado.

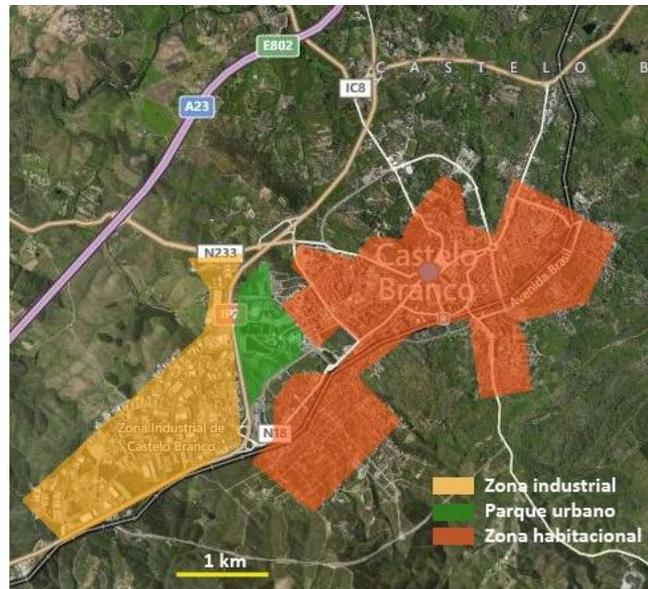


Figura 29 – Mapa que representa o grande zonamento da cidade – Zona industrial, Parque urbano e a Zona habitacional. (Fonte: Bing maps adaptado pela autora)

A paisagem rural envolvente à cidade, compreende extensas áreas de solo ocupado predominantemente com culturas arvenses de sequeiro e por olival, podendo pontualmente aparecer o eucaliptal, o pinhal bravo e a vinha (embora esta sem grande expressão).

Dentro do perímetro urbano, nos espaços associados a pequenas quintas na zona aplanada da cidade notámos a presença de culturas agrícolas de sequeiro bem como pequenas áreas de montado, pinhal bravo e olival.



Figura 30 – Vista do Castelo para a zona industrial. (Fotografia da autora)

A zona industrial começou a desenvolver-se na zona a Oeste da cidade, no decorrer da década de 90. Esta área, ligeiramente afastada da cidade (figuras 29 e 30) e fisicamente separada desta pelo IP2, constitui um núcleo independente. Por ser uma zona apenas destinada aos armazéns, com uma malha pouco organizada e com volumes de interesse arquitectónico muito variável e de grandes dimensões, é muito homogénea com pouco interesse e igual entre si.

No que diz respeito à população do concelho de Castelo Branco, segundo o Censos 2011, tem vindo a diminuir desde 2001 (passando de 208 063 para 196 262 habitantes) e o seu contrário ocorre na cidade (55 708 em 2001 para 56 109, em 2011).

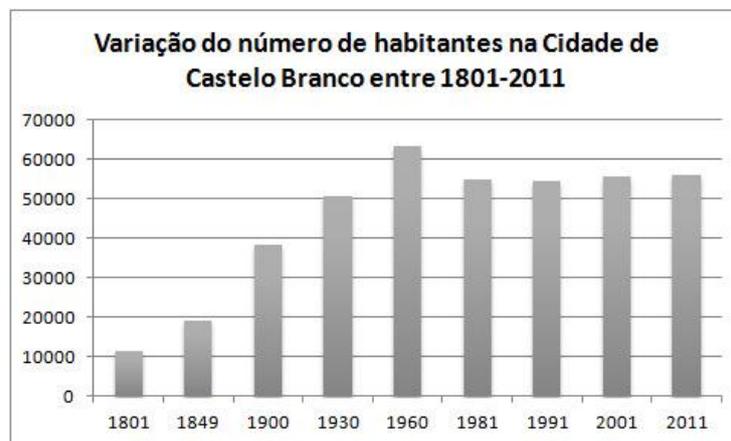


Figura 31 – Variação do número de habitantes na cidade de Castelo Branco entre 1801 e 2011. (Fonte: INE)

Como se observa na figura 31 a população na cidade de Castelo Branco cresceu desde o início do século XIX até à década de 60 do século XX, altura em que o processo se inverte, passando na década de 80 a aproximadamente 55 000 habitantes. Altura em que a população passa a apresentar um número mais ou menos constante.

No que refere à população idosa é um concelho que está a envelhecer ao longo das últimas décadas (segundo o INE, cerca de 22 % da população). Este valor corresponde a cerca e 12 000 pessoas que vive em Castelo Branco com 65 anos, ou mais. Sendo assim, o índice de envelhecimento está nos 168 % o que, apesar de ser um dos valores mais baixos da Beira Interior, é elevado quando comparado com a média nacional com 102 %.



Figura 32 – “Docas” de Castelo Branco. Um lugar central da cidade onde, durante o dia, se encontram esplanadas convidativas para toda a população e, à noite, bares especialmente apetecíveis à faixa mais jovem. (Fotografia da autora)

Castelo Branco é uma cidade que tem vindo a desenvolver-se no sentido de proporcionar um maior conforto e qualidade de vida aos seus habitantes. Entre os equipamentos culturais mais importantes assinalam-se: a Biblioteca Municipal, o Cine-Teatro (ambos junto às “docas”) e, num futuro próximo, o Centro de Arte Contemporânea; entre os espaços públicos ao ar livre

encontram-se o Jardim do Paço Episcopal, as Piscinas-praia, o Parque da Cidade e o parque urbano (em construção). Como acontece um pouco por todo o país, também aqui existem vários centros comerciais localizados na zona plana da cidade (o Fórum Castelo Branco, o Centro Comercial Alegro, o Centro Comercial Nuno Álvares e o Centro Comercial São Tiago).

Quanto aos estabelecimentos de ensino, a cidade de Castelo Branco dispõe de 18 estabelecimentos de educação pré-escolar, 12 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 4 escolas do 2º Ciclo do Ensino Básico e 6 estabelecimentos do Ensino Secundário (PDM, 2004) distribuídas de forma equilibrada na cidade. Ao nível do Ensino Superior, existe o Instituto Politécnico de Castelo Branco (a Escola Superior Agrária, a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, a Escola Superior de Artes Aplicadas, a Escola Superior de Tecnologia e o Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional). Não obstante verifica-se a todos os níveis de ensino um decréscimo de alunos ao longo dos anos, o que só reflecte os números cada vez mais alarmantes da diminuição de crianças e jovens neste município.

Segundo o Censos 2011, na última década a percentagem de famílias aumentou 8% e o número de alojamentos e de edifícios aumentaram 9,6 % e 5,2 %, respectivamente. No entanto e, apesar do número de alojamentos estar a aumentar, o mercado de arrendamento, devido à crise financeira que Portugal hoje atravessa, está a aumentar dando uma nova vida às casas não habitadas, travando o aumento das novas habitações.

Assim há que assinalar que o número de famílias está a aumentar, e o número de filhos a diminuir. Ainda assim, há um interesse, por parte da autarquia, em expandir o tecido urbano com novas habitações (embora as pessoas tenham mais segurança no arrendamento, principalmente devido à corrente instabilidade financeira).

Olhando para estes dados o concelho de Castelo Branco sofre o que se denomina por **duplo envelhecimento**, ou seja, o número de idosos está a aumentar e o número de jovens está a diminuir.



Figura 33 – Esquema da orientação discrepante entre o litoral e o interior de Portugal. (Esquema da autora)¹³

A cidade de Castelo Branco tem ao longo dos últimos anos procurado inverter essa situação, diversificando a indústria, de modo a promover postos de trabalho e apostando nalgumas infra-estruturas como a construção da auto-estrada A23 (ligação entre Torres Novas e a Guarda passando pelos distritos de Castelo Branco, Portalegre e Santarém com o intuito de

¹³ Portugal depara-se com um grave problema demográfico ao nível do ordenamento do território, do litoral para o interior a população diminui de forma significativa. Tendencialmente a população jovem portuguesa dirige-se para os grandes centros urbanos (Porto, Lisboa e Algarve), na esperança de encontrar trabalho (uma vez que nas cidades mais pequenas é mais limitado a nível de oportunidades).

facilitar o acesso a esta cidade); a ligação do gás natural; e a electrificação da linha Beira Baixa até Castelo Branco. Com o desenvolvimento industrial, a população das freguesias envolventes tem-se dirigido para a cidade deslocando-se diariamente para o trabalho. Deste modo a autarquia tem apostado na ligação das freguesias com a cidade de modo a diminuir o tempo de viagem aumentando assim o conforto da sua população.

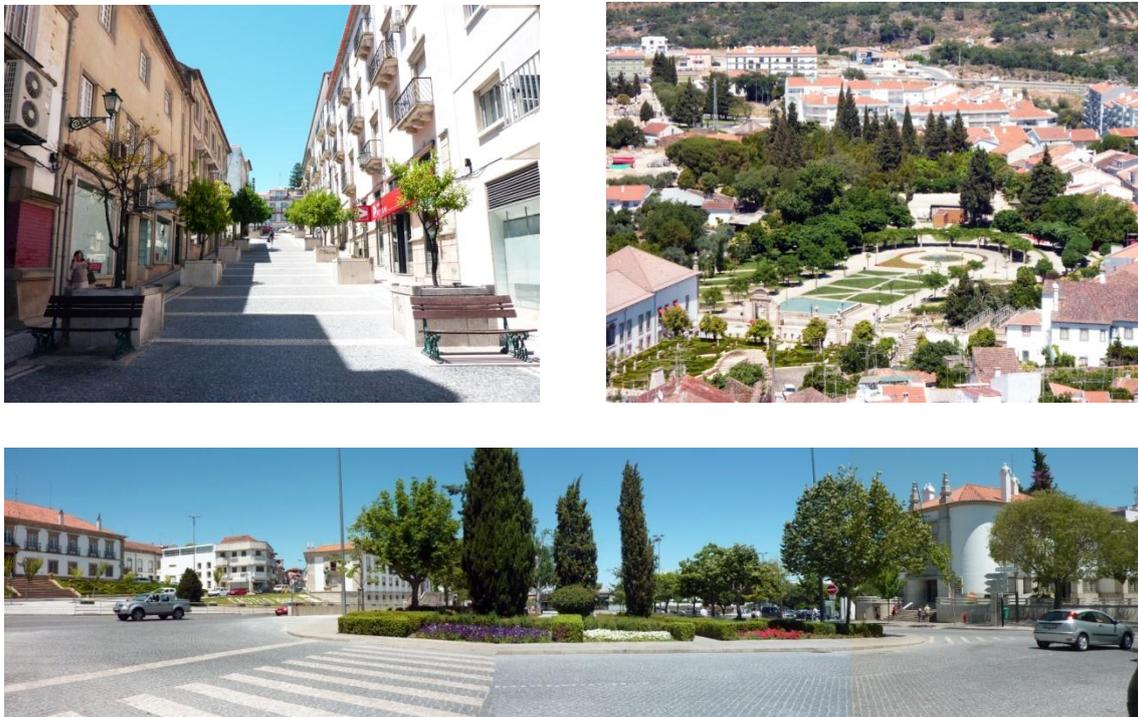


Figura 34 – Uma das subidas para o Castelo; Vista do Castelo para o Parque da Cidade; Entrada Oeste para as Docas da cidade. (Fotografias da autora)

Na última década Castelo Branco com o Programa Polis tornou o centro histórico da cidade um ponto atractivo e dinâmico, “... a modernização da cidade é hoje uma realidade”, diz o actual Presidente Joaquim Morão em relação à cidade de Castelo Branco. O programa teve como objectivo requalificar e revitalizar não só o centro cívico mas também o centro histórico através de várias intervenções nos espaços públicos – o melhoramento de várias ruas e praças, a preocupação em diminuir o tráfego automóvel com a construção de tuneis e a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Entre essas intervenções temos:

- Construção da Praça a Devesa, da Praça Académica e da Praça Postiguinho de Valadares;
- Criação de parques de estacionamento subterrâneo;
- Requalificação da zona verde do Castelo, do Miradouro de S. Gens, do Parque da Cidade/Jardim dos Loureiros e do Jardim do Paço;
- Reestruturação viária do centro cívico – Largo da Defesa e centro histórico;
- Introdução de mobiliário urbano nos espaços públicos, nomeadamente sinaléticas e equipamento urbano variado.

Um dos domínios que a autarquia procura presentemente é o turismo, tendo criado uma empresa de capitais maioritariamente públicos (a NaturTejo), que consiste numa promoção da caça, da beleza natural e do património do concelho de Castelo Branco. Esta empresa foi criada para promover, criar circuitos turísticos e para organizar esta componente de gestão e que poderá dar não só postos de trabalho mas também uma nova dinâmica ao concelho.

Como já mencionámos o parque urbano da cidade (ainda em fase de construção) localiza-se entre a zona habitacional e a área industrial (figura 29). É um espaço com 80 hectares que alberga, piscinas, campos de futebol, uma escola de trânsito, um espaço de jardim público, um skatepark, um lago artificial que atrai muitas pessoas, ciclovias e diversas áreas de lazer.

Gostaríamos por fim de sublinhar que em 2006, a cidade de Castelo Branco, foi considerada pela DECO a segunda capital de distrito do país com melhores condições de vida.

4.2. Os parques infantis na cidade de Castelo Branco, situação actual

A documentação que a Câmara Municipal de Castelo Branco possuía sobre os parques infantis existentes na cidade, era muito reduzida. Para além de haver pouca informação quanto ao conteúdo de cada um, a própria localização e o número dos parques infantis existentes na cidade, era uma informação não totalmente fiável, pois eram documentos desactualizados. Para que fosse possível estabelecer uma comparação entre a documentação disponível com a realidade, e tendo em conta que a cidade de Castelo Branco tem uma dimensão pequena e sem problemas de acessibilidade, percorremos a pé toda a área urbana de forma a encontrar os espaços de jogo infantil e recreio que estavam na documentação fornecida bem como juntar aqueles que entretanto se foram construindo e não se teve em conta a sua informação. Com a ajuda de um mapa, uma fita métrica, uma máquina fotográfica e com uma *check-list* (anexo 1, p 134) feita segundo o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, percorremos a cidade à procura de todos os parques infantis (onde se incluíram tanto da responsabilidade da Câmara Municipal de Castelo Branco como da responsabilidade da Junta de Freguesia).

Nesta fase de levantamento, assinalámos a sua localização num mapa da cidade para, aos poucos, percebermos a sua distribuição na área urbana.

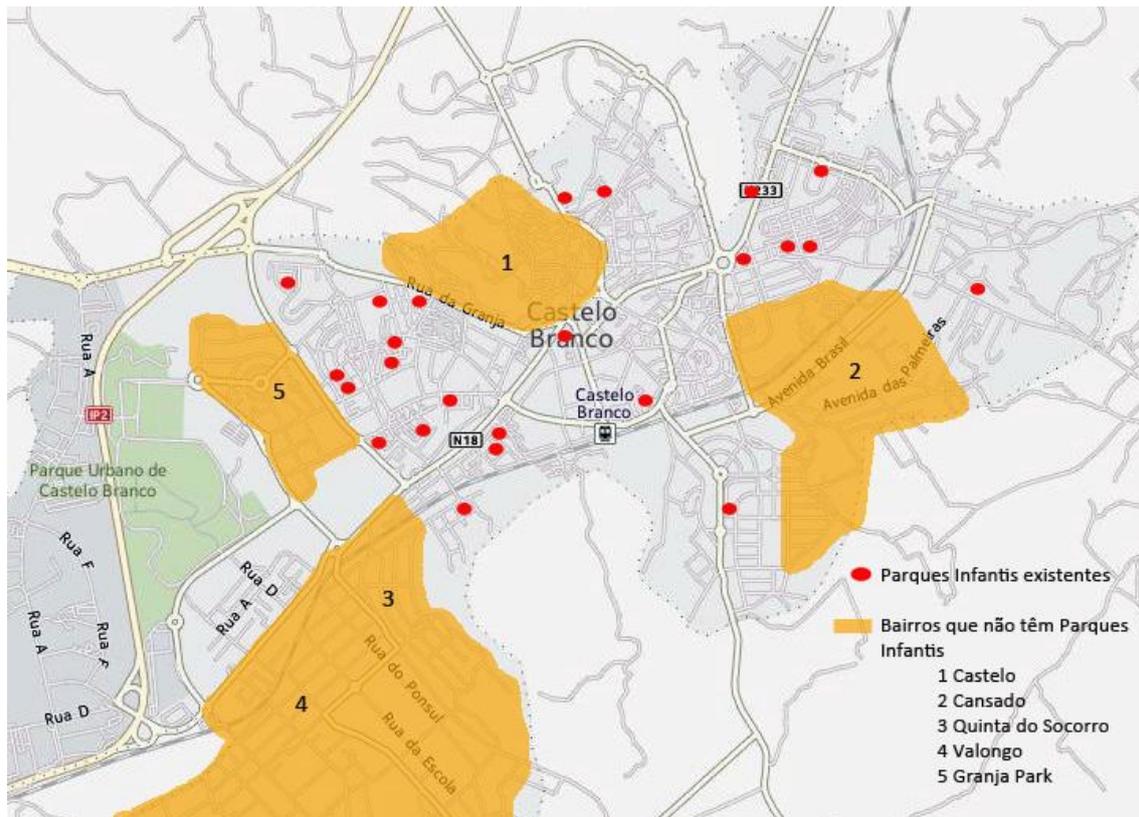


Figura 35 – Localização dos parques infantis na cidade e identificação dos bairros onde estes estavam ausentes. (Fonte: Yahoo maps modificado pela autora)

Como se pode observar na figura 35, existe uma grande concentração de espaços infantis na periferia do bairro do Castelo e na zona mais a Oeste da cidade. Em contra partida, há bairros novos (Granja Park e da Quinta do Socorro), e mais antigos (bairro do Castelo, do Valongo e do Cansado), nos quais não existem quaisquer espaços destinados às brincadeiras infantis (figura 35). Esta ausência está relacionada com os actos de vandalismo que decretam que a Câmara remova por completo os elementos lúdicos.

Na cidade de Castelo Branco existem actualmente 24 parques infantis, estando todos eles inscritos em áreas habitacionais e com sinais de algum vandalismo e necessidade de manutenção (desenhos e assinaturas elaboradas pelos mais jovens). Observou-se que os espaços mais infantis são locais escolhidos pelos mais jovens uma vez que, dentro dos equipamentos há espaços mais recônditos que tanto servem para as actividades mais discriminadas pela sociedade bem como para namorar. Por outro lado, notou-se a falta de manutenção, situação esta que coloca em risco a própria segurança da criança, mas também no que diz respeito à limpeza dos espaços, nomeadamente, dos equipamentos, mobiliário urbano e pavimento.

Quanto à diversidade de oportunidades observamos que os parques infantis oferecem pouca variedade de equipamentos (7 dos 24 parques infantis têm a mesma torre lúdica). Para além disso, são espaços que pouco variam na sua escala, pois são, na sua generalidade, áreas com poucas dimensões (recintos com o mínimo de 63 m² e um máximo de 500 m²) e poucas ofertas (na sua maioria apresentam apenas uma torre lúdica com alguns equipamentos de molas na sua envolvente). Quanto ao pavimento são constituídos na sua totalidade por

pavimento sintético de borracha (3 excepções que possuem areia e relva). Em suma, os parques infantis da cidade de Castelo Branco, na sua generalidade, são pouco estimulantes, uma vez que não oferecem variedade de ambientes bem como de equipamentos, repetem os mesmos materiais, tem problemas de dimensão e escala, e são pobres ao nível de estímulos e desafios.

No que diz respeito a horários de funcionamento, o parque infantil do Parque da Cidade, é que se encontra com horário limitado sendo este das 9:00 às 19:00. Todos os outros não têm qualquer restrição quando ao seu horário de funcionamento.

Assinala-se ainda que, no início de 2012, 3 parques infantis foram requalificados: Parque infantil da Rua António Sérgio, Parque infantil do Parque da Cidade, e o Parque infantil da Quinta das Laranjeiras (Rotunda da Europa).



Figura 36 – Imagem dos parques infantis requalificados no início de 2012. Da esquerda para a direita: Parque infantil da Rua António Sérgio, Parque infantil do Parque da Cidade e o Parque infantil da Quinta das Laranjeiras. (Fotografias da autora)

4.3. Metodologia de trabalho

Como referimos anteriormente, nenhum dos parques infantis da cidade possuía de forma organizada, total e/ou actualizada a documentação que lhe era essencial. De forma a proceder de acordo com o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, toda a informação inerente a cada parque infantil foi organizada por *dossiers* tendo os seguintes separadores e conteúdos:

1. Localização

- 1.1. Listagem dos parques infantis da cidade de Castelo Branco (anexo 2, p 139)
- 1.2. Planta geral dos parques infantis da cidade de Castelo Branco (anexo 3, p 141)
- 1.3. Planta de localização do parque infantil em análise

Por se ter optado por cada *dossier* ser um processo independente, o separador da *localização* é semelhante em todos os documentos, assim há apenas um ajustamento na planta geral dos parques infantis, onde se coloca uma cor diferentes no parque infantil em análise.

2. Projecto

- 2.1. Peças escritas:
 - 2.1.1. Memória descritiva
Identificação do espaço

Apreciação global do espaço
Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados
Infracções detectadas
Correcções necessárias
Constatações intrínsecas às observações directas da actividade lúdica por parte dos utentes
Conclusão

2.2. Peças desenhadas

2.3. Imagens

A segunda parte do *dossier* aborda a parte do projecto do parque infantil. Assim dividiu-se em três partes: as peças escritas, que consistem na memória descritiva de cada parque infantil, foram feitas por nós (uma vez que não existia na Câmara nenhum documento semelhante), considerando o estado de conservação aquando da vistoria e os aspectos a melhorar; as peças desenhadas que, podendo ser apenas constituídas pelo plano geral do parque infantil, caso não houvesse mais informação a completar; e as imagens, as fotografias do parque infantil recolhidas na data da análise.

3. *Dossier* técnico e Livro de manutenção

3.1. Ficha do(s) equipamento(s)

3.2. Livro de manutenção do parque infantil em análise (anexo 4, p 143):

1. Identificação do Espaço de Jogo e Recreio (EJR)
2. Projecto geral de Arquitectura
3. Equipamentos instalados
4. Plano de manutenção
 - 4.1. Inspecção dos equipamentos
 - 4.2. Registo de reparações
 - 4.3. Registo de alterações
 - 4.4. Registo de reclamações
 - 4.5. Registo de Acidentes

Muitos são os parques infantis que não possuem livro de manutenção, como tal, e seguindo-nos por livros de manutenção existentes nos parques infantis mais recentes, elaborámos este documento de forma a conseguir um *dossier* mais completo e que respondesse de forma mais adequada ao artigo 16º, do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

4. Seguro

4.1. Apólice de seguro

Por se tratar de processos independentes, em cada *dossier* consta a apólice de seguro obrigatória segundo o Decreto-Lei acima mencionado.

5. Fiscalização

Quanto à fiscalização, há parques infantis que já foram inspecionados pela ASAE e como tal, já possuem uma ficha de melhoramentos a fazer. Por serem documentos importantes ao historial do parque infantil, considerámos importante que cada *dossier* possuísse um separador próprio onde no futuro possam ser guardados os testemunhos dessas fiscalizações.

6. Proposta

Por fim, em alguns parques infantis da cidade por se apresentarem em mau estado de conservação e segurança e/ou por não responderem de forma eficaz às necessidades da população envolvente, elaborámos uma proposta de requalificação.

4.4. Descrição detalhada dos parques infantis e propostas de requalificação

No decorrer do estágio foram analisados 24 parques infantis. Em cada um deles foi desenvolvido um *dossier* com a estrutura e a informação acima mencionada.

Neste trabalho iremos apenas abordar cinco desses casos por serem os parques infantis que se destacaram e diferenciaram dos restantes pela abordagem e observação feita: o parque infantil da Rua António Sérgio, do Parque da Cidade e da Quinta das Laranjeiras pela possibilidade de observar e acompanhar a sua obra de requalificação; e o parque infantil da Rua Manuel Lopes Louro e da Rua Dr. Francisco José Palmeiro pela incompatibilidade que actualmente existe entre estes e a realidade que os envolve. Dessa forma, para os dois últimos casos, elaborámos um estudo prévio.

PARQUE INFANTIL DA RUA ANTÓNIO SÉRGIO

1. Localização

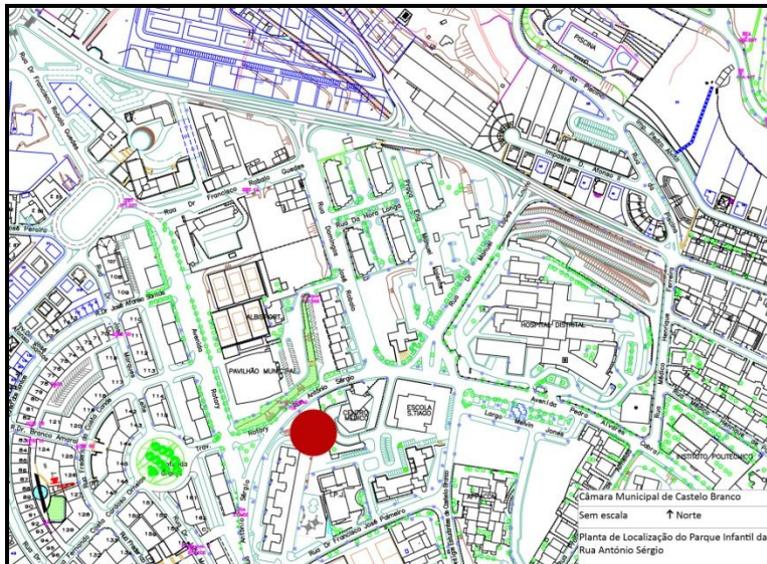


Figura 37 – Planta de localização do Parque Infantil da Rua António Sérgio. (Mapa modificado pela autora)

2. Projecto

2.1. Peça escrita

2.1.1. Memória descritiva

Identificação do espaço



Figura 38 – Vista geral para o parque infantil em análise. (Fotografia da autora)

O parque infantil da Rua António Sérgio apresenta uma área aproximada de 475,43 m² e localiza-se junto ao Centro Médico e ao Pavilhão Municipal. Este equipamento está inserido numa zona habitacional oferecendo maior segurança aos seus utilizadores.

A entidade responsável por este espaço é a Câmara Municipal de Castelo Branco tendo como entidade fiscalizadora a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

A faixa etária prevista à sua utilização é entre os 2 e os 12 anos sendo que o número máximo de utilizadores em simultâneo calculado para esta área lúdica é de 55 utentes.

O parque infantil foi alvo de uma requalificação no início de 2012 entretanto em funcionamento desde Abril de 2012.

Apreciação global do espaço

O parque infantil localiza-se adjacente à rua que lhe dá o nome estando protegido desta via através de uma barreira física de madeira que o cerca em toda a extensão.

A qualidade e conservação dos equipamentos, da vedação e do pavimento, encontram-se, na sua generalidade, em bom estado não apresentando perigo para os seus utilizadores.

- **Acessibilidades**



Figura 39 – Imagem das acessibilidades para o parque infantil. A imagem da esquerda corresponde à entrada Sul, a da direita à entrada Norte. (Fotografias da autora)

O acesso efectua-se por duas entradas, uma a Norte e outra a Sul. A entrada a Sul possui um tipo de pavimento que dificulta a entrada dos utentes com mobilidade condicionada, a entrada a Norte direccionada para a Rua António Sérgio apresenta soluções técnicas para que os utentes com mobilidade reduzida sejam capazes de aceder ao espaço (largura apropriada a receber cadeiras de rodas bem como a receber os meios de socorro e salvamento).

- **Protecção contra o trânsito de veículos**

O parque infantil dista aproximada de 2,50 m da via de distribuição local, a Rua António Sérgio. Por o parque infantil estar devidamente vedado impedindo que as crianças se dirijam de forma intempestiva para esta via, este espaço infantil vai ao encontro do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 119/2009 de 19 de Maio, onde se assinala que esta distância pode ser registada se estiverem “previstas soluções técnicas eficientes de protecção contra o trânsito de veículos”.

- **Protecção contra efeitos climáticos**

O espaço de jogo e recreio encontra-se inscrito numa zona habitacional, o que assegura um fácil abrigo das intempéries. Dentro do recinto existem alguns exemplares arbóreos, no entanto, por serem elementos de tenra idade apresentam uma copa pequena e pouco densa oferecendo pouca sombra ao espaço.

- **Protecção dos espaços**

Possui uma vedação em ripas de madeira com um desenho adequado que impede a entrada dos animais e a saída das crianças deste parque lúdico respeitando assim o artigo 9º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Condições de proximidade e visibilidade**

A localização do parque infantil do lado adjacente à rede de circulação pedonal e viária constitui uma situação que o torna bastante visível a quem por aqui passa.

Para além disso, o espaço está devidamente equipado com iluminação pública, o que o torna visível durante o período nocturno.

- **Concepção e organização funcional**

O parque infantil apresenta 3 equipamentos (uma torre multifuncional e 2 molas) que se distribuem de forma harmoniosa e coerente dentro do espaço, não interferindo com as áreas de segurança.

- **Mobiliário urbano**

O parque infantil possui no seu interior 3 bancos em madeira, 2 mesas com 4 bancos e 2 recipientes de recolha de resíduos sólidos. Não possui telefone de uso público, uma situação que se justifica devido ao facto de se localizar numa zona habitacional com comércio.

- **Informações úteis**

O parque infantil possui uma placa onde constam as informações úteis exigidas pelo artigo 13º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, junto à entrada a Norte do espaço.

- **Circulação interna pedonal**

Os corredores de circulação interna não se encontram identificados na superfície do pavimento (sintético) existindo espaço suficiente à passagem pedonal livre.

- **Conformidade com os requisitos de segurança**

Todos os equipamentos têm uma chapa onde consta: o nome do fabricante, a sua morada, a referência do modelo, o ano de fabrico, a idade e a altura mínima e máxima dos utilizadores, o número máximo de utilizadores em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”. Pelo que respeita o artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Manual de instruções**

A entidade responsável possui, dentro do *dossier* técnico, a identificação dos equipamentos, onde trata da tipologia do equipamento, os modos de execução dos trabalhos de montagem, o esquema de montagem e instalação de cada equipamento, imagens dos equipamentos instalados, as especificações técnicas dos equipamentos, a identificação do pavimento *in situ* instalado e o certificado de segurança e qualidade do pavimento sintético.

- **Segurança dos materiais e equipamentos**

O facto do parque infantil ter sofrido uma requalificação recente justifica as boas condições em que se encontram genericamente os materiais e equipamentos. Há, no entanto a assinalar, que a estrutura multifuncional já está parcialmente danificada, podendo gerar ferimentos aos seus utilizadores e a falta o apoio do pé, no Cavalo Mola, o que proporciona desequilíbrio aos utilizadores mais pequenos.

- **Áreas de utilização dos equipamentos**

As áreas de segurança dos equipamentos existentes no parque infantil encontram-se com uma distância adequada entre eles, não oferecendo pontos de conflito dentro do próprio parque lúdico.

- **Solo de implantação**

Não observámos quaisquer problemas de infiltração nem irregularidades ao nível da superfície do solo.

- **Segurança das superfícies de impacte**

Toda a área directamente relacionada com os equipamentos infantis encontra-se revestida com pavimento sintético, que absorve o impacto da queda da criança.

- **Manutenção dos equipamentos e superfícies de impacte**

Os equipamentos não apresentam deteriorações susceptíveis de colocar em perigo a segurança dos seus utentes e a zona de impacte possui uma superfície adequada à absorção do impacte.

- **Condições higiénico-sanitárias**

Os equipamentos, o mobiliário urbano e o pavimento encontram-se em boas condições de higiene fazendo com que este espaço seja agradável e seguro para os seus utentes.

- **Livro de manutenção**

A entidade responsável possui um livro de manutenção que se encontra inserido no *dossier* técnico que contém uma planta com o projecto geral Plano de Manutenção e a inspeção dos equipamentos com as respectivas fichas, o registo das reparações, o registo das inspeções e fiscalizações, o registo de alterações, o registo das reclamações e o registo dos acidentes.

Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados



Figura 40 – Imagens dos equipamentos: Da esquerda para a direita: Equipamento multifuncional, Cavalo mola, Mota mola. (Fotografias da autora)

O equipamento multifuncional (do fabricante Jolas), o Cavalo mola e a Mota mola (ambos do fabricante Veco Juncal), foram alvo de uma requalificação, não apresentando situações de colocar em perigo os seus utilizadores.

Infracções detectadas

Segundo a alínea 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, “deve ser feita uma marcação evidente das áreas de jogo activo associadas aos diversos equipamentos”, o que não se verifica.

No que diz respeito à documentação, a entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio não possui uma descrição detalhada dos equipamentos instalados no parque infantil não respeitando a alínea 4 do artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

Quanto ao estado da madeira do equipamento multifuncional, em alguns pontos encontra-se danificada necessitando de ser reparada de forma adequada e o Cavalo mola que não possui o apoio do pé promovendo com esta falta o desequilíbrio dos seus utilizadores.

Correcções necessárias

No seguimento da análise efectuada ao parque infantil da Rua António Sérgio foram detectadas infracções ao nível do material que compõem os equipamentos existentes neste espaço lúdico havendo a necessidade de serem reparados.

Constatações intrínsecas à observação directa da actividade lúdica por parte dos utentes

Nas observações feitas *in situ* nota-se um uso constante deste espaço não só ao fim-de-semana mas também durante a semana.

Conclusão

O parque infantil da Rua António Sérgio, de maneira geral, encontra-se em boas condições de segurança, no entanto algumas danificações ao nível do material que compõe os equipamentos. Quanto ao pavimento sintético encontra-se em bom estado de conservação.

2.2. Peça desenhada

Por não haver nenhuma planta do parque infantil da Rua António Sérgio, necessitou-se de fazer uma planta de raiz onde constasse tanto o desenho do espaço bem como os elementos lúdicos e mobiliário urbano que o compõem.

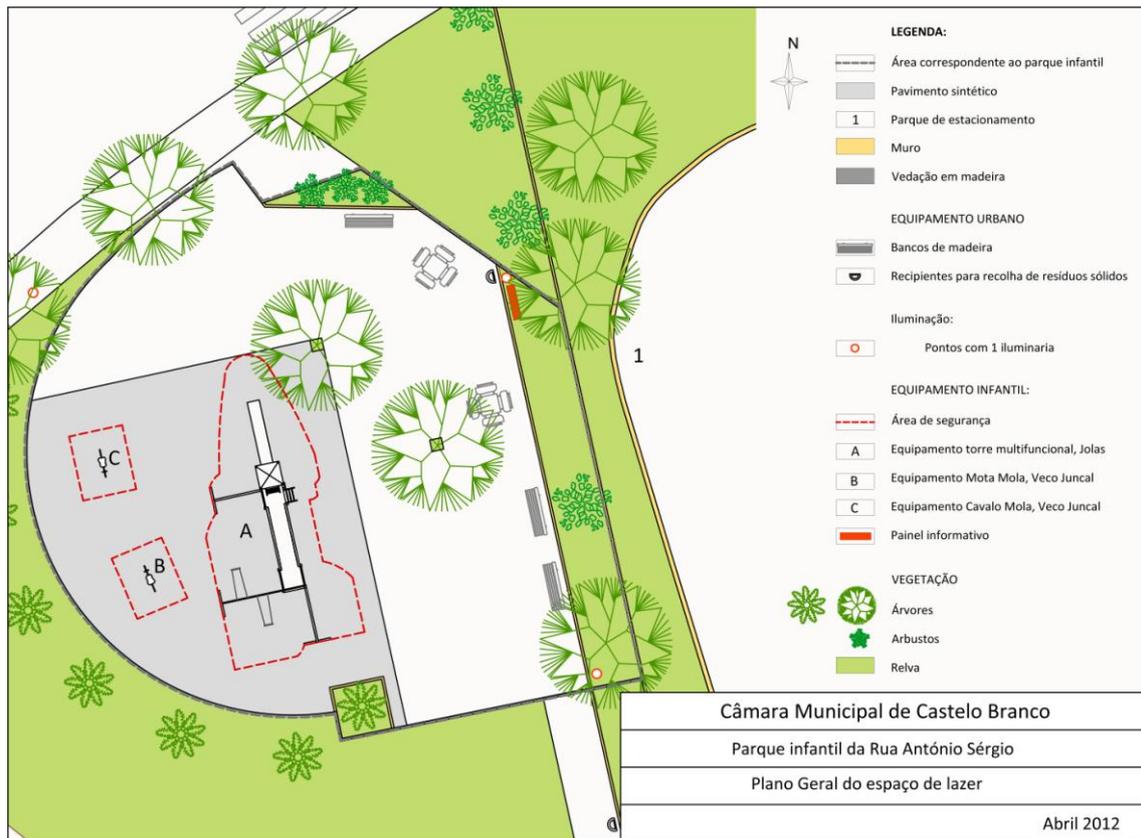


Figura 41 – Planta do parque infantil da Rua António Sérgio. (Planta elaborada pela autora)

2.3. Imagens

Como foi dito anteriormente, o parque infantil foi requalificado durante o tempo que decorreu este estágio, pelo que tivemos o privilégio de acompanhar o desenvolvimento desta obra.



Figura 42 – Imagens do acompanhamento da obra de requalificação do parque infantil. Da esquerda para a direita, de baixo para cima (datas): 12 de Janeiro de 2012; 7 de Fevereiro de 2012; 29 de Fevereiro de 2012; 10 de Abril de 2012. (Fotografias da autora)

Antes da intervenção o parque infantil encontrava-se em mau estado de conservação (equipamento com madeira degradada, pavimento sujo e fundações dos equipamentos à vista).

As alterações feitas no pavimento (passagem de areia para sintético) justificou-se devido ao uso elevado do espaço e ao facto de este não ter adequada manutenção.

PARQUE INFANTIL DO PARQUE DA CIDADE

1. Localização

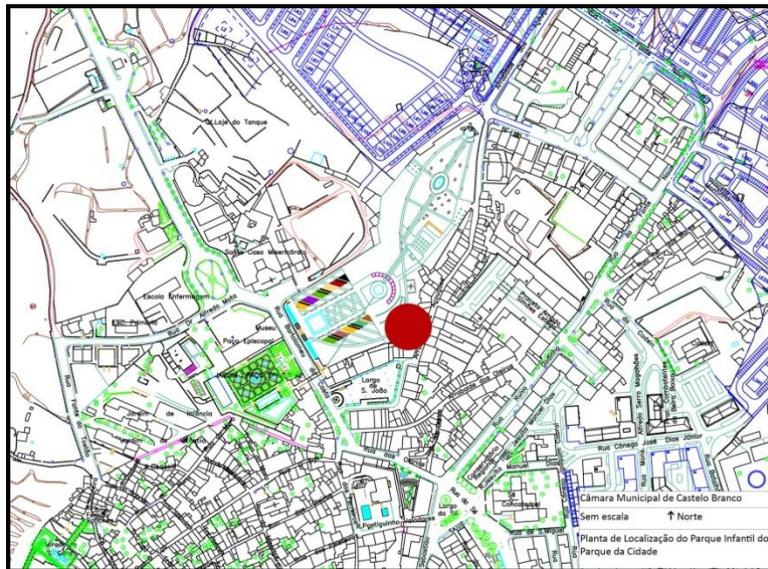


Figura 43 – Planta de localização do Parque Infantil do Parque da Cidade. (Mapa modificado pela autora)

2. Projecto

2.1. Peça escrita

2.1.1. Memória descritiva

Identificação do espaço



Figura 44 – Imagem geral do parque infantil em análise. (Fotografia da autora)

O parque infantil do Parque da Cidade, com uma área aproximada de 500 m², localiza-se no interior do Parque da Cidade que por sua vez fica situado na Rua Bartolomeu da Costa, adjacente a uma zona habitacional.

A entidade responsável por este espaço é a Câmara Municipal de Castelo Branco tendo como entidade fiscalizadora a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

A faixa etária prevista à sua utilização é entre os 3 e os 12 anos sendo que o número máximo de utilizadores em simultâneo calculado para esta área lúdica é de 170 utentes.

O Parque da Cidade, inaugurado a 13 de Agosto de 2003, inclui então o parque infantil, alvo de uma requalificação no início de 2012.

Apreciação global do espaço

O Parque da Cidade tem uma área aproximada de 2,215 ha limitada por muros e está localizado numa zona central, em frente ao Jardim do Paço Episcopal. Possui um horário de funcionamento, o que determina que o parque infantil esteja sujeito ao mesmo. O parque infantil está localizado na extremidade nascente do Parque da Cidade e relaciona-se com os restantes espaços do parque de modo directo (sem qualquer barreira física)

- **Acessibilidades**

O Parque da Cidade tem 3 entradas, duas acessíveis a qualquer utente (a Oeste e a Este) e outra (a que se encontra mais próxima do parque infantil) apresenta degraus dificultando o acesso a utentes com mobilidade condicionada.

Quanto ao acesso ao próprio parque infantil, como se pode observar na figura 43, não oferece qualquer obstáculo, tanto para os utentes com mobilidade condicionada bem como para os meios de socorro e salvamento.

- **Protecção contra o trânsito de veículos**

O parque infantil do Parque da Cidade está a uma distância superior a 100 m da via de distribuição local, a Rua Bartolomeu Costa, fazendo com que esteja de acordo com o Artigo 7º do Decreto-Lei nº 119/2009 de 19 de Maio.

- **Protecção contra efeitos climáticos**

O espaço de jogo e recreio encontra-se inscrito numa zona habitacional, o que assegura um fácil abrigo das intempéries. Dentro e na envolvente à área do parque infantil existem vários exemplares arbóreos que oferecem sombras agradáveis aos utilizadores deste espaço.

- **Protecção dos espaços**

O parque infantil em análise não possui uma vedação que o cerque, no entanto o espaço destinado às crianças encontra-se dentro do Parque da Cidade que, por sua vez, está envolvido por muros que condicionam o acesso dos seus utentes em período nocturno.

- **Condições de proximidade e visibilidade**

O parque infantil em análise foi projectado para um recanto do Parque da Cidade não sendo visível para quem passa na Rua Bartolomeu da Costa.

- **Concepção e organização funcional**

O parque infantil do Parque da Cidade contém sete equipamentos, uma pirâmide de rede, um baloiço, uma torre com escorrega, uma torre de vigia, um equipamento multifuncional e duas molas.

Quanto à distribuição dos equipamentos estão dispostos de forma harmoniosa e coerente dentro do espaço infantil não registando qualquer colisão nas áreas de segurança destinadas a casa equipamento.

- **Mobiliário urbano**

O parque infantil em análise possui perto dos equipamentos, 6 bancos de pedra e 1 recipiente de recolha de resíduos sólidos.

O próprio espaço de jogo e recreio está equipado com bancos amovíveis que estão ao dispor dos seus utilizadores.

Quanto ao telefone de uso público o parque infantil do Parque da Cidade não o possui; porém localiza-se perto de uma zona habitacional.

- **Informações úteis**

O parque infantil do Parque da Cidade possui uma placa de informações úteis perto da entrada a Norte do espaço que se encontra de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Circulação interna pedonal**

Os corredores de circulação interna não se encontram identificados no pavimento sintético, no entanto existe espaço suficiente, entre cada equipamento, livre de qualquer obstáculo.

- **Conformidade com os requisitos de segurança**

Todos os equipamentos têm uma chapa que possui: o nome do fabricante, a sua morada, a referência do modelo, o ano de fabrico, a idade e a altura mínima e máxima dos utilizadores, o número máximo de utilizadores em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”, respeitando assim o artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Manual de instruções**

A entidade responsável possui, dentro do *dossier* técnico a identificação dos equipamentos, onde trata da tipologia do equipamento, os modos de execução dos trabalhos de montagem, o esquema de montagem e instalação de cada equipamento, imagens dos equipamentos instalados, as especificações técnicas dos equipamentos, a identificação do pavimento *in situ* instalado e o certificado de segurança e qualidade correspondente apenas ao pavimento sintético.

- **Segurança dos materiais e equipamentos**



Figura 45 – Pormenores de anomalias do equipamento multifuncional. (Fotografias da autora)

Dado à requalificação recente o material está em boas condições, no entanto, no equipamento multifuncional existem já parafusos sem qualquer protecção, observando-se ainda alguma incoerência na montagem deste equipamento (como se pode observar na figura 44 as extremidades de uma das pontes tem as suas peças montadas de forma discrepantes estando vazio o local da devida montagem).

- **Áreas de utilização dos equipamentos**

As áreas de segurança dos equipamentos existentes no parque infantil em análise encontram-se com uma distância adequada entre eles, não oferecendo pontos de conflito dentro do próprio parque lúdico.

- **Solo de implantação**

Pelo que observado no parque infantil este espaço lúdico não apresenta problemas de infiltração nem quaisquer outras irregularidades.

- **Segurança das superfícies de impacte**

Toda a área destinada aos equipamentos infantis encontra-se devidamente protegida com pavimento sintético que absorve o impacto da queda da criança.

- **Manutenção dos equipamentos e superfícies de impacte**

Os equipamentos não apresentam deteriorações susceptíveis de colocar em perigo a segurança dos seus utentes e a zona de impacte possui uma superficial adequada à absorção do impacte.

- **Condições higiénico-sanitárias**

Os equipamentos, o mobiliário urbano e o pavimento encontram-se em boas condições de higiene fazendo com que este espaço seja agradável e seguro para os seus utentes.

- **Livro de manutenção**

A entidade responsável possui um livro de manutenção que se encontra inserido no *dossier* técnico que contem o projecto geral Plano de Manutenção e a inspeção dos equipamentos com as respectivas fichas, o registo das reparações, o registo das inspeções e fiscalizações, o registo de alterações, o registo das reclamações e o registo dos acidentes. No entanto na alínea que corresponde aos dados gerais do espaço de jogo e recreio assinalando-se o equívoco em torno da designação e localização (em vez de estar escrito na designação “Parque Infantil do Parque da Cidade” e na localização “Parque da Cidade”, está “Parque Infantil da Quinta das Laranjeiras” e “Quinta das Laranjeiras”, respectivamente).

Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados



Figura 46 – Imagens de cada equipamento existente no parque infantil. Da esquerda para a direita, de baixo para cima: Mola cavalo, pirâmide, torre com escorrega, balanço, torre de vigia, equipamento multifuncional e mola pato. (Fotografias da autora)

O equipamento Mola Cavalo (do fabricante Soinca, de referência 2001), o equipamento Pirâmide (do fabricante TP), o equipamento Torre com Escorrega (do fabricante Soinca), o equipamento Baloiço (do fabricante Soinca, com referência 3216 P), o equipamento Torre de Vigia (do fabricante RS), e o equipamento Mola Pato (do fabricante Soinca, com referência 2003), encontram-se em bom estado de conservação não oferecendo situações de perigo para os seus utilizadores.

Quanto ao equipamento Multifuncional (do fabricante LAPPSET, com referência 120008 M), possui alguns pontos frágeis na sua estrutura, como já referido na alínea relacionada com a segurança do material.

Quanto à placa de informação, todos os equipamentos respeitam o artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

Infracções detectadas

Segundo a alínea 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, “deve ser feita uma marcação evidente das áreas de jogo activo associadas aos diversos equipamentos”. Por não haver qualquer sinalização neste sentido, o artigo 20º do Decreto-Lei acima mencionado não foi tido em consideração na recente requalificação – uma situação que entendemos não oferecer qualquer problema.

Quanto à segurança do material, observa-se problemas no equipamento multifuncional uma vez que há parafusos expostos e a dúvida no rigor da montagem deste elemento.

No que diz respeito à documentação, a entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio não possui uma descrição detalhada dos equipamentos instalados no parque infantil do Parque da Cidade não respeitando a alínea 4 do artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

Correcções necessárias

No seguimento da análise efectuada ao parque infantil do Parque da Cidade foram detectadas infracções ao nível do material que compõe equipamento multifuncional.

Quanto à documentação que a entidade responsável possui deste parque infantil nota-se a gralha já mencionada (erro na designação e localização deste espaço de jogo e recreio estando “Parque Infantil da Quinta das Laranjeiras” e “Quinta das Laranjeiras” em vez de “Parque Infantil do Parque da Cidade” e “Parque da Cidade”, respectivamente).

Constatações intrínsecas à observação directa da actividade lúdica por parte dos utentes

Nas observações feitas *in situ* nota-se um uso constante deste espaço, não só durante o fim-de-semana mas também ao longo da semana, uma vez que se trata de um espaço apetecível não só para os mais pequenos mas também para os mais idosos.

Conclusão

O parque infantil do Parque da Cidade, de maneira geral, encontra-se em muito boas condições de segurança, não só ao nível dos equipamentos mas também do pavimento sintético que cobre a área de segurança dos equipamentos.

No que diz respeito ao pavimento do parque infantil, na sequência da requalificação a que esteve sujeito, houve a remoção da areia e a colocação do pavimento sintético de borracha. Desta forma passou-se de um elemento natural para um sintético, de um moldável onde as crianças podiam interagir para um estático sem capacidade de interacção, de um pouco usado nos restantes parques infantis da cidade para outro já banal na oferta da cidade. Perante este olhar e tendo em conta que o parque infantil do Parque da Cidade está localizado numa área fechada com acesso interdito no período nocturno, tornava-se numa mais valia para o desenvolvimento da criança ter mantido o pavimento natural, solto, que caracteriza a areia em vez da alteração feita que só veio salientar a obsessão que a sociedade tem em relação a este tipo de pavimento.

2.2. Peça desenhada

Por não haver nenhuma planta actualizada do parque infantil do Parque da Cidade, necessitou-se de fazer uma planta de raiz onde consistisse tanto o desenho do espaço do Parque da Cidade (figura 47) bem como a planta focada apenas no espaço infantil (figura 48).



Figura 47 – Planta do espaço do Parque da Cidade. (Planta elaborada pela autora)

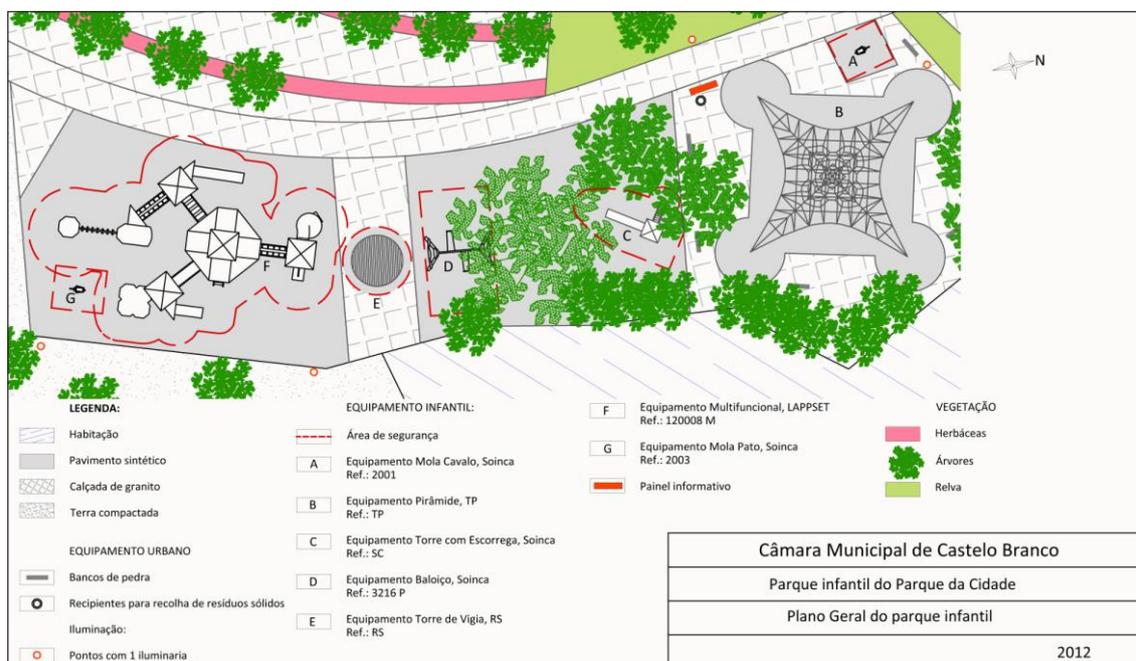


Figura 48 – Planta do parque infantil do Parque da Cidade. (Planta elaborada pela autora)

2.3. Imagens

A requalificação do parque infantil decorreu no período do estágio, desta forma houve o privilégio de acompanhar o desenvolvimento desta obra.

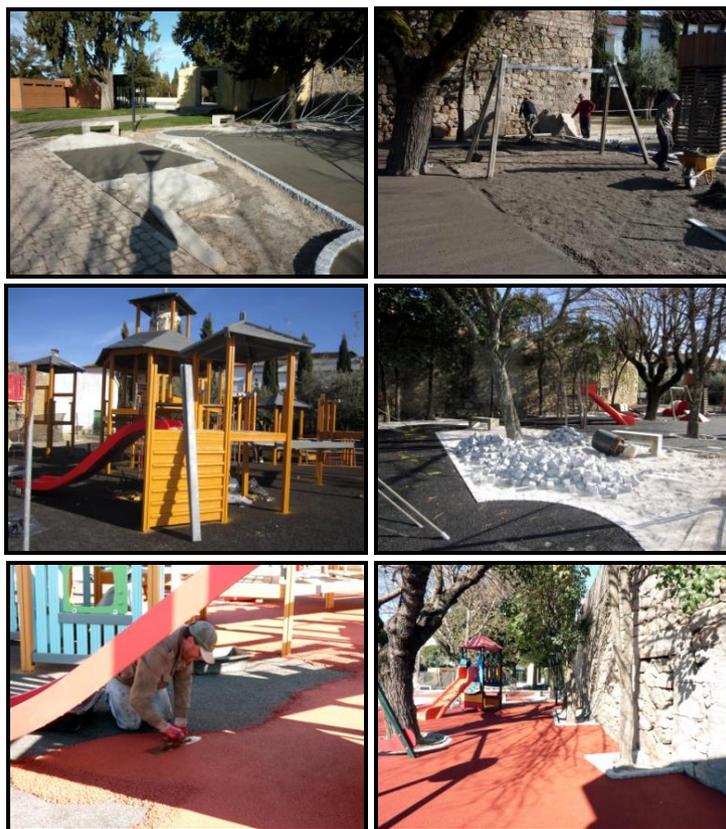


Figura 49 – Imagens da evolução da obra de requalificação. De baixo para cima (data): 18 de Janeiro de 2012, 30 de Janeiro de 2012 e 23 de Fevereiro de 2012. (Fotografias da autora)

A 18 de Janeiro de 2012, o parque infantil do Parque da Cidade já tinha a demarcação o pavimento sintético em calçada e estava-se na fase da colocação do SBR. Como se pode observar na figura 49 (no topo do lado direito), nota-se que a camada inicialmente foi até ao tronco das árvores. Em resultado da vistoria à obra, foi aberto uma caldeira de forma a deixar o tronco da árvore desenvolver-se à sua vontade. Quanto aos equipamentos, o material estava a ser tratado para de seguida ser pintado.

A 30 de Janeiro de 2012 (figura 49) a camada de EPDM estava colocada faltando a calçada. No que diz respeito aos equipamentos, já tinham levado com a pintura final faltando apenas a colocação de algumas peças e materiais de plástico. Quanto às molas, já tinham sido instaladas faltando apenas a estrutura superior.

A 23 de Fevereiro de 2012 procedeu-se à coloração do pavimento sintético. Como se pode observar na figura 49 (em baixo no lado direito), nota-se que as caldeiras das árvores que incidem dentro da área do pavimento sintético, já possuem o respectivo espaço com o remate em calçada. Quanto aos equipamentos, já se encontram na fase final de acabamento.

A 11 de Março de 2012 (figura 46) o parque infantil do Parque da Cidade ficou apto a ser utilizado pelas crianças. A requalificação deste espaço foi importante na medida em que é um lugar infantil localizado numa das zonas mais importantes, visitadas e vividas da cidade. Por

outro lado, há a componente da segurança e manutenção que este tipo de espaços exige e que deve ser feita de forma regular.

PARQUE INFANTIL DA QUINTA DAS LARANJEIRAS (ROTUNDA DA EUROPA)

1. Localização

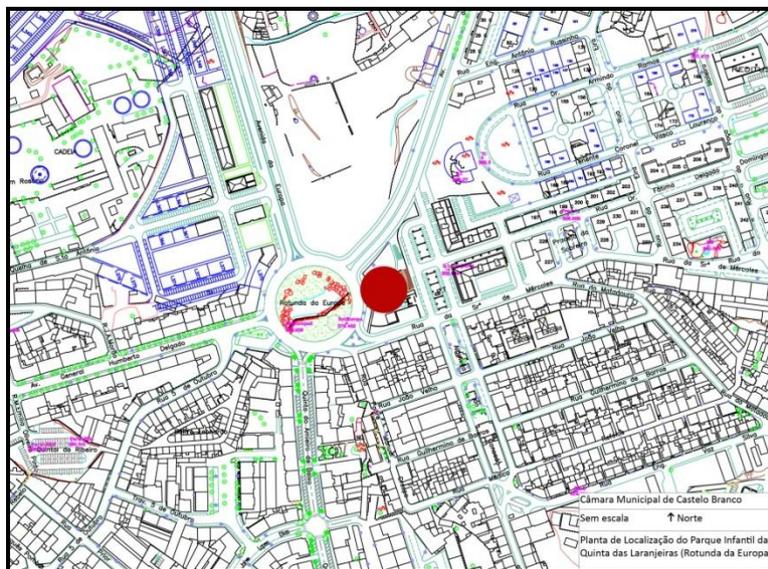


Figura 50 – Planta de localização do Parque infantil da Quinta das Laranjeiras (Rotunda da Europa).
(Mapa modificado pela autora)

2. Projecto

2.1. Peça escrita

2.1.1. Memória descritiva

Identificação do espaço



Figura 51 – Vista geral para o parque infantil em análise. (Fotografia da autora)

O parque infantil da Quinta das Laranjeiras, com uma área aproximada de 280,41 m² e com data de construção desconhecida, localiza-se junto à Rotunda da Europa, entre a Avenida de Espanha e a Rua da Senhora de Mércules, na entrada Norte da cidade.

Este equipamento está perto de uma zona habitacional, de um parque de estacionamento e muito próximo de uma das rotundas mais movimentadas da cidade de Castelo Branco.

A entidade responsável por este espaço é a Câmara Municipal de Castelo Branco tendo como entidade fiscalizadora a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

A faixa etária prevista à sua utilização é entre os 3 e os 12 anos sendo que o número máximo de utilizadores em simultâneo calculado para esta área lúdica é de 116 utentes.

No início deste ano de 2012 foi alvo de uma requalificação.

Apreciação global do espaço

O parque infantil da Quinta das Laranjeiras localiza-se perto de uma rotunda, com trânsito intenso donde está protegido através de vegetação e de uma barreira física de madeira.

A qualidade e conservação dos equipamentos, vedação e pavimento, encontram-se em bom estado não apresentando perigo para os seus utilizadores.

Adjacente à área infantil existe uma zona revestida por um relvado, que oferece aos seus utilizadores um espaço mais livre e versátil. Na zona oposta e com cotas superiores encontra-se uma cafetaria com a sua respectiva esplanada.

- **Acessibilidades**



Figura 52 – Vista das duas entradas do espaço. Da esquerda para a direita: Entrada a Este e entrada a Oeste do espaço. (Fotografias da autora)

O acesso ao parque infantil efectua-se por tem duas entradas, uma a Este e outra a Oeste (figura 52), a primeira, junto ao talude, possui escadas, que impede os utentes com maior dificuldade em movimentarem-se e acederem a este espaço; a entrada a Oeste orientada no sentido da Rotunda, assegura um acesso de nível e possui 2 m de largura (sendo apropriada a receber cadeiras de rodas e os meios de socorro e salvamento).

- **Protecção contra o trânsito de veículos**

O parque infantil está a uma distância aproximada de 11 m da via de distribuição local (Rotunda da Europa) onde a velocidade dos veículos se encontra limitada, respeitando desta forma o artigo 7º do Decreto-Lei nº 119/2009, de 19 de Maio. Para além desta distância, o parque infantil encontra-se cercado por uma vedação em ripas de madeira capaz de conter as crianças no interior do espaço que lhes é destinado.

- **Protecção contra efeitos climáticos**

O espaço de jogo e recreio encontra-se inscrito numa zona habitacional e junto a uma cafetaria, o que assegura um fácil abrigo das intempéries. Dentro e na envolvente à área do parque infantil existem vários exemplares arbóreos que oferecem sombras agradáveis aos utilizadores deste espaço.

- **Protecção dos espaços**

O parque infantil da Quinta das Laranjeiras possui uma vedação em madeira com um desenho adequado que impede a entrada dos animais e a saída das crianças deste parque lúdico.

- **Condições de proximidade e visibilidade**

O parque infantil em análise encontra-se inserido na rede de circulação pedonal sendo por isso um espaço bastante visível a quem por aqui passa. Para além disso é uma área que se encontra perto de uma rotunda e de uma cafetaria, locais movimentados que impedem que a zona infantil seja um espaço isolado.

Em termos de iluminação o espaço está devidamente equipado.

- **Concepção e organização funcional**

O parque infantil possui 4 equipamentos (uma torre multifuncional, uma trave de equilíbrio, um baloiço e um escorrega que se encontra inserido no talude).

Quanto à colocação dos equipamentos, estão distribuídos de forma harmoniosa e coerente. No que se refere à área de segurança dos baloiços encontra-se tecnicamente salvaguarda com a colocação de postes e cordas que vedam a sua área de jogo activo.

- **Mobiliário urbano**

O parque infantil possui 3 bancos em madeira e 2 recipientes de recolha de resíduos sólidos. Fora da área vedada, perto da entrada Oeste deste espaço, está presente um bebedouro.

Quanto ao telefone de uso público o parque infantil da Quinta das Laranjeiras não possui, embora não seja necessário por se localizar numa zona habitacional e junto a uma cafetaria.

- **Informações úteis**

O parque infantil da Quinta das Laranjeiras possui uma placa de informações úteis de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Circulação interna pedonal**

Os corredores de circulação interna não se encontram identificados de forma directa estando definidos através da identificação das áreas de jogo do equipamento multifuncional, do escorrega que está inserido no talude e pela cerca do baloiço.

- **Conformidade com os requisitos de segurança**

Todos os equipamentos têm uma chapa de identificação de acordo com a lei em vigor.

- **Manual de instruções**

A entidade responsável possui, dentro do *dossier* técnico a identificação dos equipamentos, onde trata da tipologia do equipamento, os modos de execução dos trabalhos de montagem, o esquema de montagem e instalação de cada equipamento, imagens dos equipamentos instalados, as especificações técnicas dos equipamentos, a identificação do pavimento *in situ* instalado e o certificado de segurança e qualidade correspondente apenas ao pavimento sintético.

- **Segurança dos materiais e equipamentos**

Os materiais que compõem os equipamentos encontram-se aptos a serem usados e não gerar situações de perigo aos seus utilizadores.

- **Áreas de utilização dos equipamentos**

A área de segurança destinada ao balanço encontram-se devidamente cercada por uma vedação constituída por postes e cordas que não deixam entrar as crianças de forma tempestiva para estas áreas. Para além disso, com este tipo de vedação, há a apreensão do movimento pendular característico do balanço.

- **Solo de implantação**

Não se observaram quaisquer problemas de infiltração ou outras irregularidades no solo.

- **Segurança das superfícies de impacto**

Toda a área destinada aos equipamentos infantis encontra-se devidamente isolada com pavimento sintético que absorve o impacto da queda da criança.

- **Manutenção dos equipamentos e superfícies de impacto**

Os equipamentos não apresentam deteriorações susceptíveis de colocar em risco a segurança dos seus utentes e a zona de impacto possui uma superficial adequada à absorção do impacto.

- **Condições higiénico-sanitárias**

Os equipamentos, o mobiliário urbano e o pavimento encontram-se em boas condições de higiene fazendo com que este espaço seja agradável e seguro para os seus utentes.

- **Livro de manutenção**

A entidade responsável possui um livro de manutenção que se encontra inserido no *dossier* técnico que contem o projecto geral Plano de Manutenção e a inspeção dos equipamentos com as respectivas fichas, o registo das reparações, o registo das inspeções e fiscalizações, o registo de alterações, o registo das reclamações e o registo dos acidentes.

Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados



Figura 53 – Imagens gerais dos equipamentos existentes no parque infantil. Da esquerda para a direita, de baixo para cima: Equipamento multifuncional, trave de equilíbrio, balanço e escorrega. (Fotografias da autora)

O equipamento multifuncional (do fabricante RS de referência TB), o equipamento trave de equilíbrio (do fabricante RS de referência TR), o equipamento balanço (do fabricante RS de referência BA), e o equipamento escorrega (do fabricante RS de referência ES), estão em bom estado não apresentando riscos de segurança para os seus utentes. Quanto às placas de informação dos equipamentos encontram-se segundo o artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

Infracções detectadas

Segundo a alínea 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, “deve ser feita uma marcação evidente das áreas de jogo activo associadas aos diversos equipamentos.” Esta marcação não está presente na trave de equilíbrio (localizado numa zona central no espaço infantil).

No que diz respeito à documentação, a entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio em análise não possui uma descrição detalhada dos equipamentos instalados no parque infantil conforme a alínea 4 do artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

Correcções necessárias

Não foram detectadas infracções que colocassem em situação de perigo os seus utilizadores.

Constatações intrínsecas à observação directa da actividade lúdica por parte dos utentes

A trave de equilíbrio é muito apelativa não só para as crianças mas também para os adolescentes.

No caso do baloiço individual, por se ter optado por apresentar um dos bancos do baloiço mais baixo para evitar que os adolescentes o usassem, este público não os deixam de o fazer, colocando-se de pé em cima do mesmo.

Para além disso, é um espaço muito usado não só ao fim-de-semana e ao final do dia, mas também ao longo da manhã e da tarde por um público muito variado.

Conclusão

De maneira geral o parque infantil da Quinta das Laranjeiras encontra-se em muito boas condições de segurança, apresentando os equipamentos e o pavimento sintético em bom estado de conservação.

2.2. Peça desenhada

Por não haver nenhuma planta actualizada do parque infantil da Quinta das Laranjeiras, necessitou-se de fazer uma planta de raiz onde consistisse tanto o desenho do espaço bem como os elementos lúdico e mobiliário urbano que compõem todo o espaço de jogo e recreio.

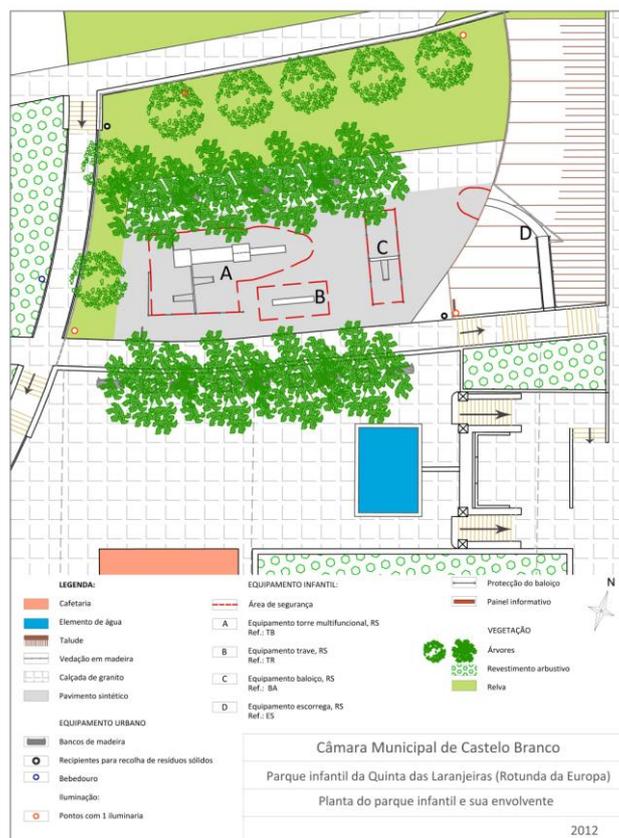


Figura 54 – Planta do parque infantil da Quinta das Laranjeiras (Rotunda da Europa). (Planta elaborada pela autora)

2.3. Imagens

Como foi dito anteriormente, o parque infantil foi requalificado na mesma altura deste estágio, pelo que tivemos o privilégio de acompanhar o desenvolvimento desta obra.



Figura 55 – Imagens da evolução da obra de requalificação do parque infantil. Da esquerda para a direita (datas): 18 de Janeiro de 2012 e 7 de Fevereiro de 2012. (Fotografias da autora)

A 18 de Janeiro de 2012, o parque infantil da Quinta das Laranjeiras apresentava-se com a camada de SPDM do parque infantil à vista, o equipamento já se encontrava pintado faltando alguns acessórios, estava em falta as barras de protecção da área de segurança do baloiço e a remoção do bebedouro que se encontrava no centro do espaço.

Quanto à zona adjacente ao parque infantil, necessitava de ser colocada a terra vegetal.

A 7 de Fevereiro de 2012 já estavam instalados os postes que iriam suportar as cordas para delimitar a área de segurança do baloiço. Par além disso, o bebedouro já tinha sido removido bem como a terra vegetal tinha sido colocada na zona para relvado.

A 24 de Março de 2012 (figura 51) o parque infantil já se encontrava apto a receber as crianças. O relvado já estava instalado e o pavimento sintético já se encontrava colorido. Tendo em conta que este parque infantil é muito utilizado e por o equipamento já se apresentar gasto sem no entanto ter sofrido obras de manutenção de maior, esta intervenção veio oferecer aos utilizadores deste espaço maior segurança (ao nível do material e equipamentos, e também ao nível da higiene do próprio espaço de jogo e recreio).

PARQUE INFANTIL DA RUA MANUEL LOPES LOURO

1. Localização

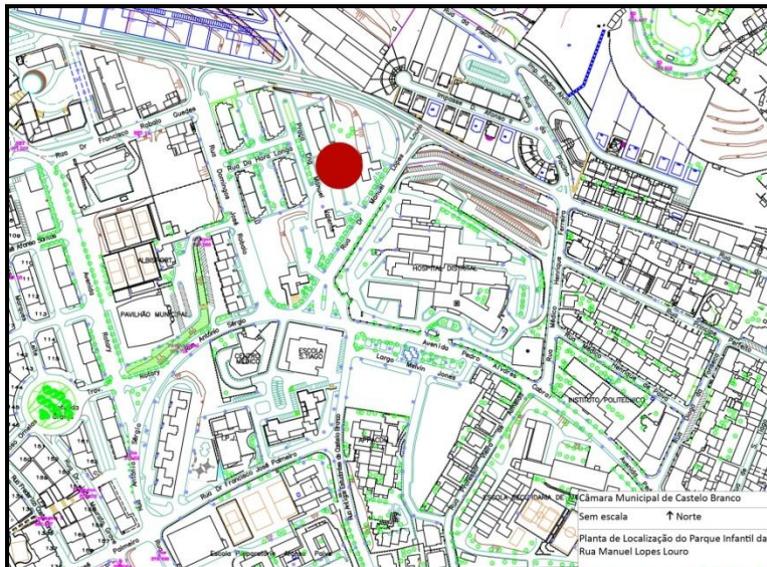


Figura 56 – Planta de localização do Parque Infantil da Rua Manuel Lopes Louro. (Mapa modificado pela autora)

2. Projecto

2.1. Peça escrita

2.1.1. Memória descritiva

Identificação do espaço



Figura 57 – Vista geral para a zona onde existiu o parque infantil bem como a sua envolvente. (Fotografias da autora)

O parque infantil localiza-se na Urbanização S. Tiago, junto à Rua Manuel Lopes Louro, desconhecendo-se o seu ano de construção.

A entidade responsável por este espaço é a Câmara Municipal de Castelo Branco tendo como entidade fiscalizadora a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

O mau estado de conservação deste espaço bem como do equipamento, torna impossível saber com certeza a faixa etária prevista bem como o número máximo de utilizadores em simultâneo.

Apreciação global do espaço

O parque infantil está cercado por prédios habitacionais a 2 m e 20 m de distância, e pela Estrada Nacional 233, a aproximadamente 60 m de distância (muito perto do Hospital Amado Lusitano). Apesar de se localizar numa zona habitacional, o vandalismo é considerável nesta zona da cidade reflectindo-se no estado de conservação do próprio parque infantil (equipamentos soltos e destruídos).

Este espaço de jogo e recreio contém, para além do espaço infantil, um campo de basquetebol.

O terreno onde o espaço de jogo e recreio está implementado, é uma área com declive acentuado (todo ele revestido com relva), uma situação que determinou uma construção em plataformas com cotas diferente entre si.

A urbanização de S. Tiago é um bairro social onde vivem predominantemente famílias de etnia cigana.

- **Acessibilidades**

O acesso a cada plataforma é realizado por um degrau, uma situação que impede os utentes com maior dificuldade acederem ao espaço lúdico, ficando ainda condicionado o acesso dos meios de socorro e salvamento.

- **Protecção contra o trânsito de veículos**

O parque infantil encontra-se a aproximadamente 5 m da via de acesso local não respeitando assim o artigo 7º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio. No entanto, o parque infantil encontra-se a uma cota superior em relação à via.

A situação anterior torna-se mais perigosa ainda devido ao facto de não existir qualquer vedação (que impeça a entrada de animais bem como a saída de crianças do parque infantil). A única barreira física que apresenta é um muro de 0,34 m de altura que cerca cada plataforma.

- **Protecção contra efeitos climáticos**

O espaço de jogo e recreio encontra-se inscrito numa zona habitacional, o que assegura um fácil abrigo das intempéries. Adjacente ao recinto existe alguns exemplares arbóreos que asseguram alguma sombra ao parque infantil.

- **Protecção dos espaços**

O espaço infantil e do campo de basquetebol não estão protegidos de forma adequada dos perigos que o envolvem e que colocam em risco a harmonia e higiene do espaço. O campo de basquetebol apresenta ainda no seu interior, abrigos para cães o que proporciona mau estar, problemas de higiene e insegurança para quem deseja usar este espaço desportivo (figura 57).

- **Condições de proximidade e visibilidade**

O facto do espaço infantil se localizar no meio de prédios, e por estar inserido no meio de uma inclinação (a uma cota inferior à Estrada Nacional 233 e superior à via local), é um espaço pouco visível para quem passa nesta zona.

Em termos de iluminação é um espaço que tem uma inadequada iluminação artificial o que faz com que o espaço seja mais apelativo ao uso indevido e ao vandalismo.

- **Concepção e organização funcional**

Na observação do espaço, o único vestígio que indica que o espaço foi, em tempos, uma área destinada às crianças é o equipamento multifuncional destruído e deslocado para a zona adjacente ao parque infantil.

- **Mobiliário urbano**

No parque infantil não possui qualquer mobiliário urbano que sirva os utentes deste espaço. Assim, e devido a esta ausência, é uma zona que não respeita o artigo 12º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio que diz que “os espaços de jogo e recreio devem estar devidamente equipados, nomeadamente com, iluminação pública, bancos e recipientes para recolha de resíduos sólidos”.

- **Informações úteis**

Não possui qualquer placa com informações úteis em caso de acidente, segundo o artigo 13º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Circulação interna pedonal**

Os equipamentos instalados não têm identificado os corredores de circulação interna pedonal.

- **Conformidade com os requisitos de segurança**

O equipamento na sua totalidade danificado não possuindo a placa que os identifique e defina as suas limitações, não respeitando o artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio.

- **Manual de instruções**

A entidade responsável pelo parque infantil da Rua Manuel Lopes Louro não possui manual de instruções dos equipamentos.

- **Segurança dos materiais e equipamentos**

O equipamento que foi implantado não é seguro dado o material se encontrar em elevado estado de deterioração.

No que diz respeito ao campo de basquetebol, devido à presença de cães na área destinada à sua utilização, encontra-se numa situação desconfortante para os utilizadores.

- **Áreas de utilização dos equipamentos**

O equipamento foi deslocado não nos sendo possível detectar se respeita a área de segurança necessária de acordo com as Normas europeias NP EN 1176.

- **Solo de implantação**

A drenagem superficial não nos parece ser eficiente dado o solo que corresponde ao parque infantil ser impermeável e o número de sumidouros ser reduzido.

- **Segurança das superfícies de impacto**



Figura 58 – Vista para a entrada de uma das plataformas onde se nota o pavimento gasto com a falta de placas. (Fotografia da autora)

Como se pode observar na figura 58, o estado de conservação e a ausência de placas denunciam a falta de manutenção que tem o pavimento da área do parque infantil.

- **Condições higiénico-sanitárias**

O espaço apresenta um elevado nível de deterioração não sendo apropriado ao uso de crianças. Para além disso torna-se impossível a sua estadia por não ter qualquer mobiliário urbano nas suas imediações (bancos, recipientes de recolha de resíduos sólidos, etc.).

- **Livro de manutenção**

A entidade responsável pelo parque infantil não possui o Livro de manutenção (portanto são inexistentes as informações intrínsecas ao equipamento bem como à sua manutenção e a acidentes registados).

Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados



Figura 59 – Estado do equipamento do parque infantil em análise. (Fotografia da autora)

O equipamento que em tempos existiu é da marca Jolas. Como se pode observar na figura 59 o equipamento infantil encontra-se totalmente destruído sendo inadequado o seu uso por qualquer faixa etária.

Infracções detectadas

Detectaram-se infracções a vários níveis, nomeadamente no que se refere à manutenção, segurança, falta de informação, equipamentos, entre outros factores.

Ausência da placa com informações úteis sobre o espaço de jogo e recreio, e das chapas inerentes a cada equipamento.

O equipamento infantil é um elemento que deveria ser alvo de intervenção uma vez que está totalmente danificado e destruído não respondendo de forma satisfatória às necessidades dos seus utilizadores.

A vedação é algo que está em falta neste espaço infantil o que facilita a entrada dos animais canídeos para o espaço infantil.

A iluminação tem uma presença insuficiente. Desta forma, e devido ao tipo de Urbanização onde o parque infantil está inserido, torna-se fundamental a existência de uma adequada iluminação que assegure o conforto e a visibilidade em todo o espaço.

O acesso dos utentes com mobilidade condicionada a este espaço torna-se num factor fundamental à inclusão social. Neste caso o acesso à zona do parque infantil é feito por rampas mas, no que se refere ao acesso à plataforma onde estavam implementados os equipamentos infantis é dificultado com a existência de degraus.

Os animais que os habitantes deixam junto ao campo de basquetebol podem oferecer perigo e um sentimento de mau estar aos utilizadores desta área lúdica.

Correcções necessárias

No seguimento da análise concluiu-se que seriam necessárias várias correcções para que cumpra a oferta como parque infantil.

O estado lamentável geral (ausência de segurança, vandalismo inerente a este bairro e a ambiência pesada que os próprios moradores transmitem) o que se propõe é a mudança da tipologia do espaço avançando-se para uma zona de estadia. Desta forma, propõe-se a colocação de mobiliário urbano fixo e resistente ao vandalismo, como bancos e mesas, e um maior cuidado no que se refere à iluminação deste espaço. Para além do mobiliário é importante sensibilizar a população dos riscos inerentes à colocação dos animais caninos junto ao campo de basquetebol, promovendo uma solução adequada para este caso, respeitando não só os moradores, como os utilizadores do campo desportivo.

Constatações intrínsecas à observação directa da actividade lúdica por parte dos utentes

Trata-se de um lugar muito inseguro e desconfortante não só devido ao vandalismo de que é alvo mas também por estar completamente abandonado.

Conclusão

As más condições de segurança e a vandalização de que foi alvo (vestígios nos seus equipamentos) levam-nos a concluir que necessitava de profundas alterações.

Na tentativa de oferecer um espaço confortável onde todos possam conviver, pensou-se ser necessário a mudança de tipologia. Com esta alteração no espaço procura-se adquirir novas potencialidades, novas vivência e novo público fomentando maior segurança e conforto.

2.2. Peça desenhada

Realizou-se o desenho do espaço com os elementos lúdico e mobiliário urbano que o compõem.

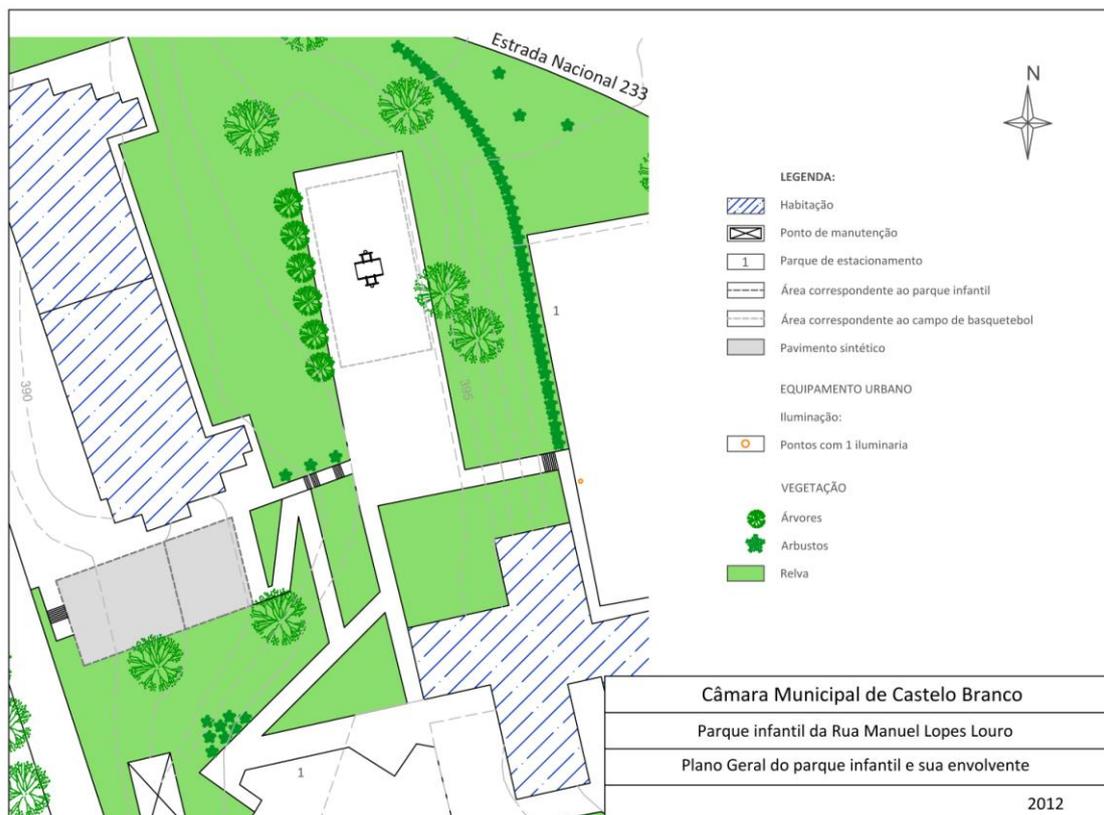


Figura 60 – Planta do parque infantil da Rua Manuel Lopes Louro. (Planta elaborada pela autora)

2.3. Imagens



Figura 61 – Vista geral do parque infantil, da degradação do equipamento e da zona que o envolve. (Fotografias da autora)

3. Dossier técnico e Livro de manutenção

O parque infantil devido à sua antiguidade não possui *dossier* técnico e livro de manutenção. Por se desconhecer o modelo do equipamento infantil e por este se encontrar num elevado estado de degradação, foi impossível elaborar uma ficha com uma fotografia e

com os seus dados. Por outro lado, no anexo 4 (p 143) encontra-se um exemplar do livro de manutenção elaborado para este parque infantil.

4. Proposta

PROPOSTA PARA UMA REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA RUA MANUEL LOPES LOURO

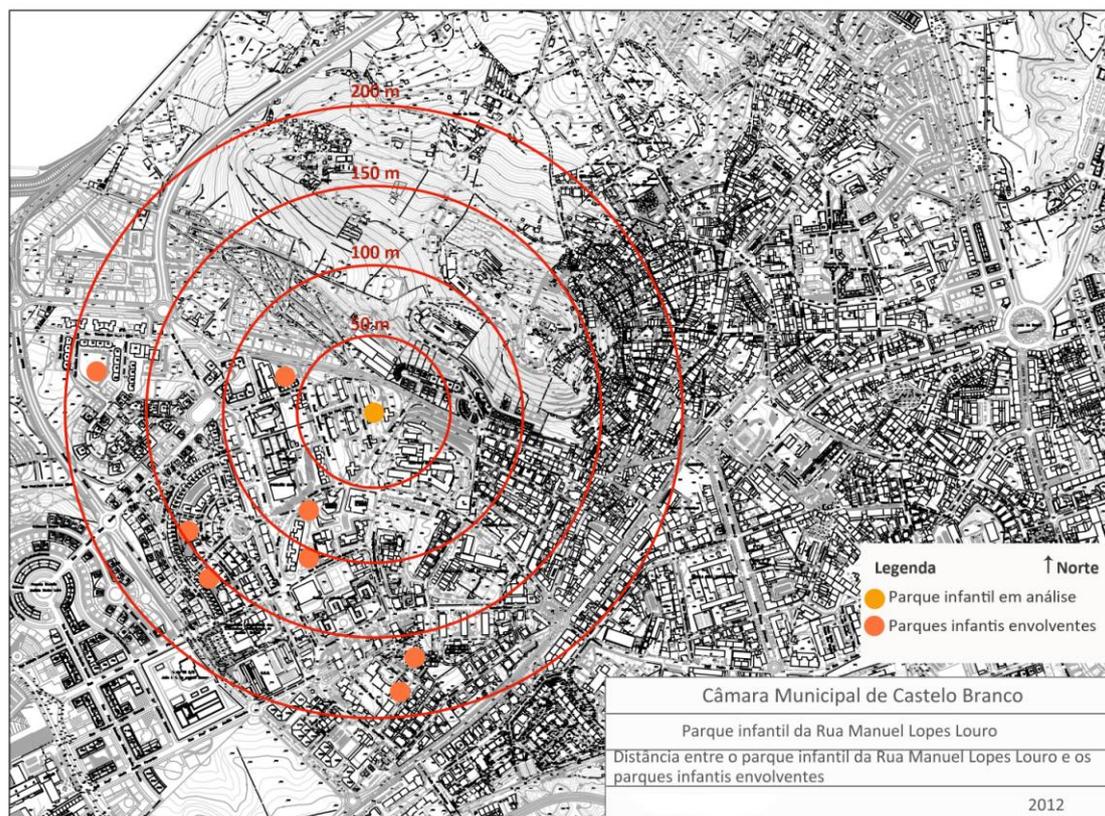


Figura 62 – Distância entre o parque infantil da Rua Manuel Lopes Louro e os parques infantis envolventes. (Mapa modificado pela autora)

Analisados os parques infantis envolventes a esta área (figura 62) e constatamos que a uma distância de 50 a 100 m existem dois parques infantis (o de Entrecaminhos e o da Rua António Sérgio); entre os 100 a 150 m existem mais 2 parques infantis (no Pátio das Laranjeiras, na Quinta da Granja, e na Rua Dr. Francisco José Palmeiro, junto ao IPJ); e à distância compreendida entre os 150 m e os 200 m existem mais 4 parques infantis (Parque das Violetas, o Pátio das Oliveiras, o do Monte do Índio e o da Rua da Rainha D. Amélia).

Perante este conjunto de parques infantis nesta zona da cidade e tendo em atenção a componente financeira e a problemática social existente na Urbanização de S. Tiago, propõe-se a remoção dos vestígios dos equipamentos infantis mantendo o equipamento de basquetebol. Assim, para que a área do antigo parque infantil não seja uma área desagradável de se estar, e uma zona abandonada potencia a continuação do vandalismo, optou-se por avançar para a proposta de uma zona que fomente a estadia.

Tendo em conta os factores económicos e o bem-estar da população, propõe-se então a remoção de uma das plataformas (a que se encontra em cotas superiores), e a colocação de

um revestimento relvado. Na plataforma que se encontra numa cota inferior, que por sua vez sustenta as terras das duas plataformas, propõe-se a manutenção e recuperação do seu pavimento. Para além desta alteração, propõe-se a instalação de um mobiliário urbano, tais como mesas e bancos (resistente aos actos de vandalismo), de modo a oferecer a possibilidade das pessoas poderem estar ao ar livre perto das suas habitações.

Quanto à vegetação propõe-se três exemplares arbóreos semelhantes aos já existentes (*Tilia cordata*) para que haja um espaço contínuo de formas e cores. Estes elementos encontram-se na antiga plataforma de forma a promover zonas de ensombramento. Propõe-se alguns arbustos na zona do campo de basquetebol de forma a conter e proteger este espaço de recreio da Estrada Nacional 233.

Imagens da proposta de intervenção:



Figura 63 – Antiga zona do parque infantil que com a requalificação passou a ser uma área de estadia onde as pessoas podem estar e socializar. (Fotografia e montagem da autora)



Figura 64 – No seguimento da proposta de requalificação houve a remoção das casotas dos cães bem como o prolongamento dos arbustos junto à Estrada Nacional 233 de forma a conter o espaço de recreio. (Fotografia e montagem da autora)

PARQUE INFANTIL DA RUA DR. FRANCISCO JOSÉ PALMEIRO

1. Localização

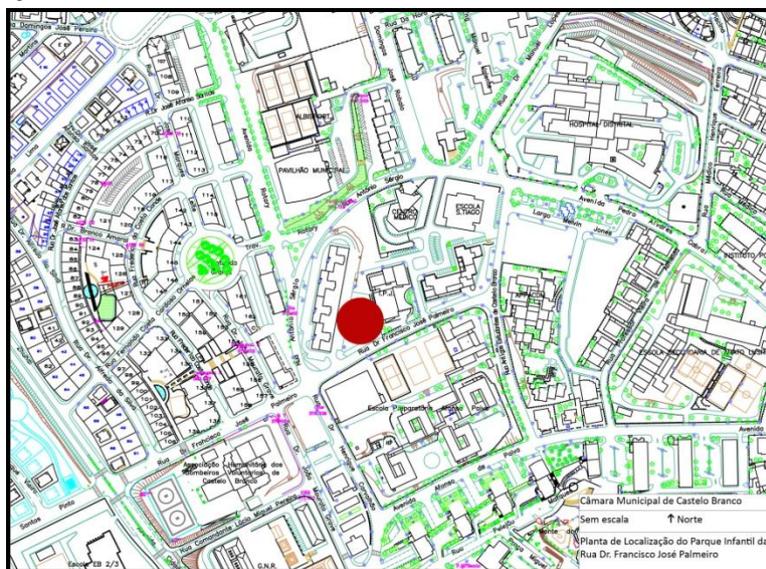


Figura 65 – Planta de localização do Parque Infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro. (Mapa modificado pela autora)

2. Projecto

2.1. Peça escrita

2.1.1. Memória descritiva

Identificação do espaço



Figura 66 – Vista geral para o parque infantil em análise. (Fotografia da autora)

O parque infantil localizado adjacente à Rua Dr. Francisco José Palmeiro, encontra-se perto da Escola EB 2/3 Afonso de Paiva e do Instituto Português da Juventude (I. P. J.), na Rua Dr. Francisco José Palmeiro, desconhecendo-se o ano da sua construção.

A entidade responsável por este espaço é a Junta de Freguesia de Castelo Branco estando neste momento aos cuidados da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Por pertencer à Junta, este espaço de jogo e recreio tem como entidade fiscalizadora a própria Câmara Municipal de Castelo Branco.

Apesar do espaço ter como público-alvo a faixa etária jovem, considerámo-lo no nosso estudo na medida em que a pouca informação que se tinha sobre este espaço estava inserida no *dossier* dos parques infantis da cidade de Castelo Branco.

Apreciação global do espaço

O parque infantil por se localizar perto do I. P. J., de uma escola e de uma zona habitacional tem como público-alvo os jovens que vêm para este espaço nas horas livres e nos intervalos entre aulas.

Este espaço lúdico encontra-se junto de uma rua com trânsito lento e a dois parques de estacionamento, sendo esta zona composta por uma zona de estadia, um parque infantil e um campo de basquetebol.

Quanto aos equipamentos presentes no parque infantil encontram-se a necessitar de reparações uma vez que estão danificados e ausentes de manutenção, daí que possamos afirmar tratar-se de um espaço que se encontra abandonado.

- **Acessibilidades**



Figura 67 – Acessos ao espaço de recreio. Da esquerda para a direita: Entrada a Sudeste e a Sudoeste.
(Fotografias da autora)

O espaço possui 3 entradas (uma a Sudoeste, outra a Sudeste e outra a Norte) todas de nível e com dimensões que asseguram o acesso fácil a todos bem como aos meios de socorro e salvamento.

Quanto à área onde se inserem os equipamentos, devido ao pavimento sintético estar sobrelevado (um degrau em toda a volta), dificulta-se o acesso dos utentes com maior dificuldade na sua mobilidade.

- **Protecção contra o trânsito de veículos**

O parque infantil está distanciada a cerca de 18 m da Rua Dr. Francisco José Palmeiro, a via de acesso local, logo vai ao encontro do artigo 7º do Decreto-Lei em vigor.

- **Protecção contra efeitos climáticos**

O espaço de jogo e recreio encontra-se inscrito numa zona habitacional, o que assegura um fácil abrigo das intempéries. Dentro do espaço de recreio não existe qualquer exemplar arbóreo fazendo deste espaço um lugar árido e pouco convidativo no Verão.

- **Protecção dos espaços**

O espaço não está equipado com vedação, que impeça os utentes de se deslocarem para a via de trânsito bem como a entrada de animais para esta área.

- **Condições de proximidade e visibilidade**

O parque infantil está localizado numa zona aberta e ampla estando visível para quem passa pela Rua Dr. Francisco José Palmeiro.

A iluminação pública existente é feita ao redor do todo o espaço de recreio, considerando-se suficiente.

- **Concepção e organização funcional**

O parque infantil tem dois equipamentos, um de trepar em madeira, outro de trepar com barras de ferro e um campo de basquetebol que asseguram a vertente lúdica nesta zona da cidade de Castelo Branco.

No que diz respeito à distribuição dos equipamentos encontram-se distribuídos de forma adequada não havendo conflitos entre as zonas de passagem e as áreas de jogo activo de cada equipamento.

- **Mobiliário urbano**

O espaço possui no seu interior 6 bancos, 5 recipientes de recolha de resíduos sólidos, um bebedouro (que se encontra inactivo) e uma bancada que está em muito mau estado.

Uma vez que este espaço está localizado numa zona habitacional, e próximo da instituição como o Instituto Português da Juventude e da Escola EB 2/3 Afonso de Paiva, não necessita de ter um telefone de uso público.

- **Informações úteis**

Este espaço e jogo e recreio não possui qualquer placa de informações úteis.

- **Circulação interna pedonal**

Não existem corredores de circulação identificados embora exista espaço suficiente à circulação dos utentes entre os equipamentos.

- **Conformidade com os requisitos de segurança**

Os equipamentos, à excepção do equipamento de trepar de ferro, não possuem a chapa de identificação. Este porém, possui a informação incompleta.

- **Manual de instruções**

A entidade responsável pelo parque infantil não possui manual de instruções dos equipamentos.

- **Segurança dos materiais e equipamentos**

Neste parque infantil os materiais que compõem os equipamentos encontram-se vandalizados e gastos denunciando o abandono por parte da entidade responsável por esta zona lúdica. No caso do equipamento de barras de ferro, devido à sua altura e ao acesso ao seu topo ser feito apenas pelas barras, é difícil um adulto chegar a o seu topo. Desta forma não respeita a alínea 2d) do artigo 19º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, que dos que “os adultos possam aceder a todas as partes do equipamento.”

- **Áreas de utilização dos equipamentos**

As áreas de segurança inerentes a cada equipamento encontram-se desimpedidas de qualquer obstáculo que promovam o perigo dos seus utilizadores.

- **Solo de implantação**

Pelo que observado no parque infantil este espaço lúdico não apresenta problemas de infiltração nem quaisquer outras irregularidades.

- **Segurança das superfícies de impacto**

As placas que constituem o pavimento sintético estão gastas não só pelo uso mas pela sua exposição às intempéries. Desta forma as suas propriedades de amortecimento poderão não responder de forma eficaz às possíveis quedas provenientes das zonas mais altas dos equipamentos.

No caso do campo de basquetebol o tapete de amortecimento que lhe corresponde encontra-se em muito más condições não oferecendo qualquer segurança aos seus utilizadores.

- **Manutenção dos equipamentos e superfícies de impacto**

Os equipamentos apresentam deteriorações susceptíveis de colocar em risco a segurança dos utentes, nomeadamente com a presença de ferrugem no equipamento de ferro.

- **Condições higiénico-sanitárias**

Os equipamentos, o pavimento e o mobiliário urbano apresentam uma limpeza insuficiente tornando-se um espaço pouco atractivo e inseguro ao nível da sua higiene.

- **Livro de manutenção**

A entidade responsável pelo parque infantil não tem Livro de Manutenção.

Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados



Figura 68 – Equipamentos existentes no espaço de jogo e recreio. Da esquerda para a direita: Equipamento de trepar em madeira e equipamento de trepar de ferro. (Fotografias da autora)

O equipamento de trepar em madeira (da marca LAPPSET, desconhece-se o seu modelo), apresenta o seu material gasto, com escritos não oferecendo bem-estar à sua utilização. Para além disso não possui a chapa de identificação.

O equipamento de trepar em ferro (da marca LAPPSET, tem a referência número 112217) encontra-se com alguns problemas de segurança e conforto pois é um equipamento que apresenta ferrugem na sua estrutura e as suas fundações estão à vista. Para além disso é um equipamento ponto estimulante não apresentando diversidade no seu uso. Este equipamento apresenta uma chapa com a menção “Conforme os requisitos de segurança”, com o nome do fabricante, o número máximo de utilizadores em simultâneo, a sua referência a idade mínima e máxima, bem como o Decreto-Lei a que respeita. Segundo o Decreto-Lei em vigor, a chapa

de identificação deste equipamento deveria ter ainda o ano do fabrico do equipamento e a altura mínima e máxima dos seus utilizadores.

Infracções detectadas

A inexistência de qualquer barreira física faz com que os animais entrem sem qualquer dificuldade para dentro deste espaço lúdico.

No caso dos equipamentos existentes pode-se dizer que na sua generalidade não apresentam situações graves que possam causar perigo para os seus utentes embora haja a necessidade de haver uma acção de manutenção. Ainda no que se refere aos equipamentos, a inexistência de um placar adequado faz com que estes elementos não estejam totalmente de acordo com o artigo n 16º do Decreto-Lei nº119/2009 de 19 de Maio.

A identificação do espaço de jogo e recreio é inexistente sendo um elemento obrigatório.

Quanto ao pavimento sintético e ao pavimento que corresponde ao campo de basquetebol necessitam de intervenção por se apresentarem deteriorados não só pelo uso mas também pela sua exposição às intempéries.

Correcções necessárias

Segundo o artigo 9º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, o espaço de jogo e recreio necessita de ter uma vedação ou outro tipo de barreira física que impeça a entrada de animais e que impeça os acessos directos e intempestivos dos utilizadores às vias de circulação.

Necessidade de colocação de placas informativas não só nos equipamentos existentes, mas também a colocação de um placar com informações úteis sobre o próprio espaço lúdico.

Quanto à situação das placas do pavimento sintético de borracha e do pavimento correspondente ao campo de basquetebol não se encontram com um amortecimento adequado para as quedas que aqui poderão existir.

Devido aos equipamentos apresentarem alguns problemas na sua manutenção e por serem pouco utilizados propõe-se a sua remoção promovendo uma zona mais livre, polivalente, que responda de forma mais eficaz às necessidades dos adolescentes da cidade de Castelo Branco.

Constatações intrínsecas à observação directa da actividade lúdica por parte dos utentes

No seguimento da análise efectuada nota-se que este espaço de jogo e recreio é frequentado durante a semana pelos jovens da Escola EB 2/3 Afonso de Paiva que vêm para este espaço passar as suas horas livres. Por este espaço apresentar equipamentos pouco estimulantes ao público que para aqui vem (pouco utilizados), estes adolescentes andam com as suas bicicletas de um lado para o outro, explorando o degrau do próprio pavimento sintético.

Conclusão

De maneira geral o parque infantil encontra-se em razoáveis condições de segurança, apresentando equipamentos seguros mas que, por sua vez, não respondem de forma eficaz ao público que dá vida a este espaço.

2.2. Peça desenhada

Por não haver nenhuma planta do parque infantil, necessitou-se de fazer uma planta de raiz onde consistisse tanto o desenho do espaço bem como os elementos lúdico e mobiliário urbano que compõem todo o espaço de jogo e recreio.

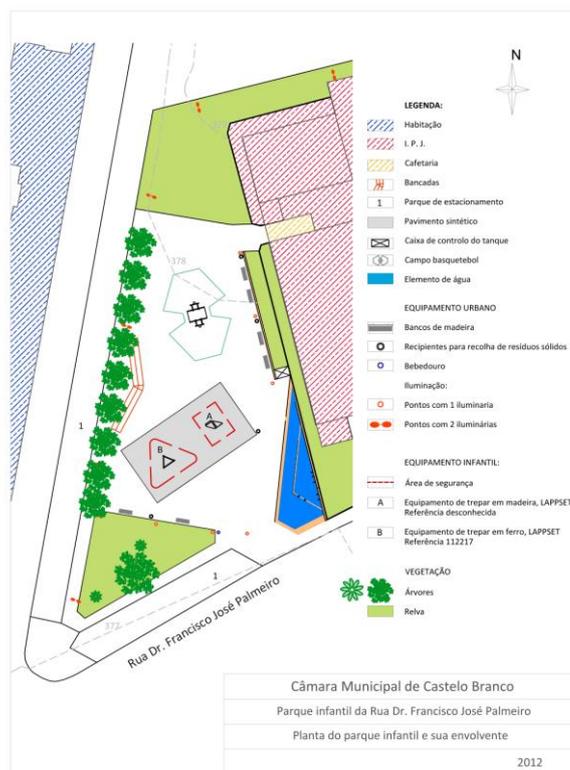


Figura 69 – Planta do parque infantil da Rua Dr. Francisco Palmeiro. (Planta elaborada pela autora)

2.3. Imagens



Figura 70 – Vista para os equipamentos existentes, o campo de basquetebol e para o elemento de água presente neste espaço. (Fotografias da autora)

3. Dossier técnico e Livro de manutenção

O parque infantil não possui *dossier* técnico e livro de manutenção tendo juntado aos seus documentos um livro de manutenção semelhante ao do anexo 4 (p 143).

3.1. Ficha do(s) equipamento(s)

De forma a elaborar um *dossier* o mais completo possível, anexou-se ao processo do parque infantil um documento no qual esclarecia a inexistência de documentação dos equipamentos deste parque infantil devido à antiguidade destes elementos:



Figura 71 – Ficha elaborada com a informação disponível sobre os equipamentos implementados no espaço de recreio. (Fotografias e texto da autora)

4. Proposta

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA RUA DR. FRANCISCO JOSÉ PALMEIRO

Potencialidades

O espaço em análise está envolvido por serviços destinados à faixa etária mais jovem que poderão usufruir especialmente deste espaço. A Escola EB 2/3 Afonso de Paiva, o I. P. J., uma cafetaria e os prédios habitacionais são elementos que envolvem este espaço e que poderão dar apoio às actividades aqui realizadas.

Para além disso é um espaço versátil que por ser amplo poderá receber inúmeros eventos.

Condicionantes

O espaço a intervir localiza-se perto de uma escola secundária o que define à partida o tipo de público que aqui existe e que frequenta este espaço. Para além disso localiza-se perto de uma zona habitacional o que faz com que o barulho seja um factor perturbador para os habitantes desta zona da cidade.

Os equipamentos aqui existentes, para além de não estimularem os jovens devido a serem muito óbvios e limitados no seu uso, são elementos que condicionam as actividades e o carácter versátil do próprio lugar.

Proposta

Analisando a oferta que a cidade de Castelo Branco tem para os adolescentes, é importante considerar um espaço que lhes seja fácil de acesso e que responda de forma eficaz às suas necessidades e estímulos. O que hoje se observa são equipamentos que não correspondem de forma adequada aos gostos e actividades que os adolescentes procuram no meio urbano.

Desta forma, a proposta da requalificação para este espaço procura, responder de forma eficaz ao público-alvo deste espaço (os jovens).

Tendo em conta a parte económica e a componente lúdica que aqui é necessário, foi desenvolvida uma proposta baseada numa pista para skates, bicicletas e patins a articular com a componente de estadia.

Assim, para além de uma modelação de terreno, é proposta uma requalificação do mobiliário urbano (bancos, bebedouro), elemento de água, recipientes de recolha de resíduos sólidos e a bancada, de modo a tornar este espaço de jogo e recreio mais atractivo e seguro.

Para promover uma maior harmonia e continuidade entre esta proposta e a que já estava *in situ* propôs-se uma linha unificadora desenhada no próprio pavimento de modo a haver essa interligação. Por outro lado torna o espaço mais dinâmico, pois a linha, entre as modelações, aparece e desaparece.

A modelação que é proposta tem no máximo dois metros sendo bastante variável ao longo do espaço. Propôs-se ser uma modelação orgânica de modo a realçar a dinâmica e movimento da forma quebrando assim a rigidez e formalidade deste espaço. Desta forma promove-se a existência de alguns lugares recônditos de modo a oferecer alguma intimidade aos jovens que para aqui vêm (Planta geral e pormenores em anexo 5, p 165, e 6, p 167, respectivamente).

5. Outros trabalhos

No decorrer do estágio para a Câmara de Castelo Branco tivemos a oportunidade de realizar outros trabalhos no âmbito da Arquitectura Paisagista.

A componente infantil manteve-se, como veremos, o que permitiu perceber a sua real importância dada a necessidade de constantemente ponderarmos a presença destes utentes. Por outro lado, possibilitou o contacto e a execução de outros projectos distintos na área da Arquitectura Paisagista.

Os trabalhos então realizados foram – projecto de intervenção de um espaço de recreio infantil – a proposta de legalização de um parque infantil – a proposta de requalificação do cemitério de Castelo Branco, a elaboração do plano de plantação para a zona exterior da Escola José Sanches, em Alcains, e a proposta de intervenção – e o projecto de execução para uma praça na Urbanização de Entrecaminhos, Castelo Branco.

5.1. Projecto de intervenção de um espaço de recreio infantil

O projecto de intervenção de um espaço de recreio para uma creche na Quinta das Violetas, na cidade de Castelo Branco, representou na verdade o primeiro contacto com a realidade de projectar espaços destinados a crianças a ser construído.

Este é um projecto simples para um espaço de pequenas dimensões (aproximada de 240m²) associado a uma creche. O objectivo da intervenção constava da selecção dos equipamentos e na sua distribuição espacial.

ANÁLISE

Após o reconhecimento do local, de percebermos o seu contexto e características físicas do espaço, avançámos para a pesquisa do mobiliário/equipamentos que poderiam responder ao universo dos utentes.



Figura 72 – Fotografia aérea da zona Noroeste de Castelo Branco. A – Zona de implementação do espaço de recreio da creche Anas & Bebés (Fonte: Google Earth, adaptado pela autora)

O espaço de recreio a ser desenvolvido situa-se (Figura 72) a Noroeste da cidade de Castelo Branco, no bairro da Quinta das Violetas (um bairro recente ainda em crescimento). Ao seu redor encontra-se, ao nível das actividades ao ar livre, o parque infantil da Quinta das Violetas, que acolhe crianças entre os 2 e os 12 anos, um campo polidesportivo, que está direccionado para a faixa etária jovem, e o parque urbano. Há também a componente do comércio local que tende a dar um pouco de vida e movimento a esta zona da cidade durante o período semanal.

A creche (Anas & Bebés) acolhe crianças até aos 2 anos e está localizada na zona térrea de um dos edifícios do Parque das Violetas. Para além deste espaço, a mesma entidade tem um pré-escolar, perto da praça da Urbanização de Entrecaminhos, que recebe crianças entre os 2 aos 5 anos.



Figura 73 – De cima para baixo, da esquerda para a direita: envolvente do espaço; dimensões e forma do espaço; vista para a entrada da área a intervir; altura em que se encontra o espaço. (Fotografias da autora)

Na análise feita ao espaço verificou-se que para além das reduzidas dimensões a situação de implementação em terraço à altura de 2,40 m iria exigir uma forte protecção assegurado ao nível dos limites do espaço infantil.

Na envolvente do espaço de intervenção a vegetação do parque urbano (a cerca de 50 m de distância) assegura algum contraste com as áreas densamente edificadas.

As superfícies dos espaços envolventes (taludes e cobertura), quando revestidos, são predominantemente com relvado.

PROPOSTA

Como vimos no decorrer da análise feita aos parques infantis da cidade de Castelo Branco um dos aspectos negativos que detectámos foi a rigidez das formas e a aridez associada aos parques infantis devido à pouca presença de vegetação.

Dado a dificuldade de integração entre a componente inerte e vegetal com a afirmação da rigidez das formas e linhas associadas aos equipamentos infantis e à sua implantação, optámos por um projecto mais orgânico que incluisse não só os equipamentos lúdicos, mas também, na medida do possível, a componente vegetal.

A circunstância do terraço limitou desde logo a introdução de elementos arbóreos.

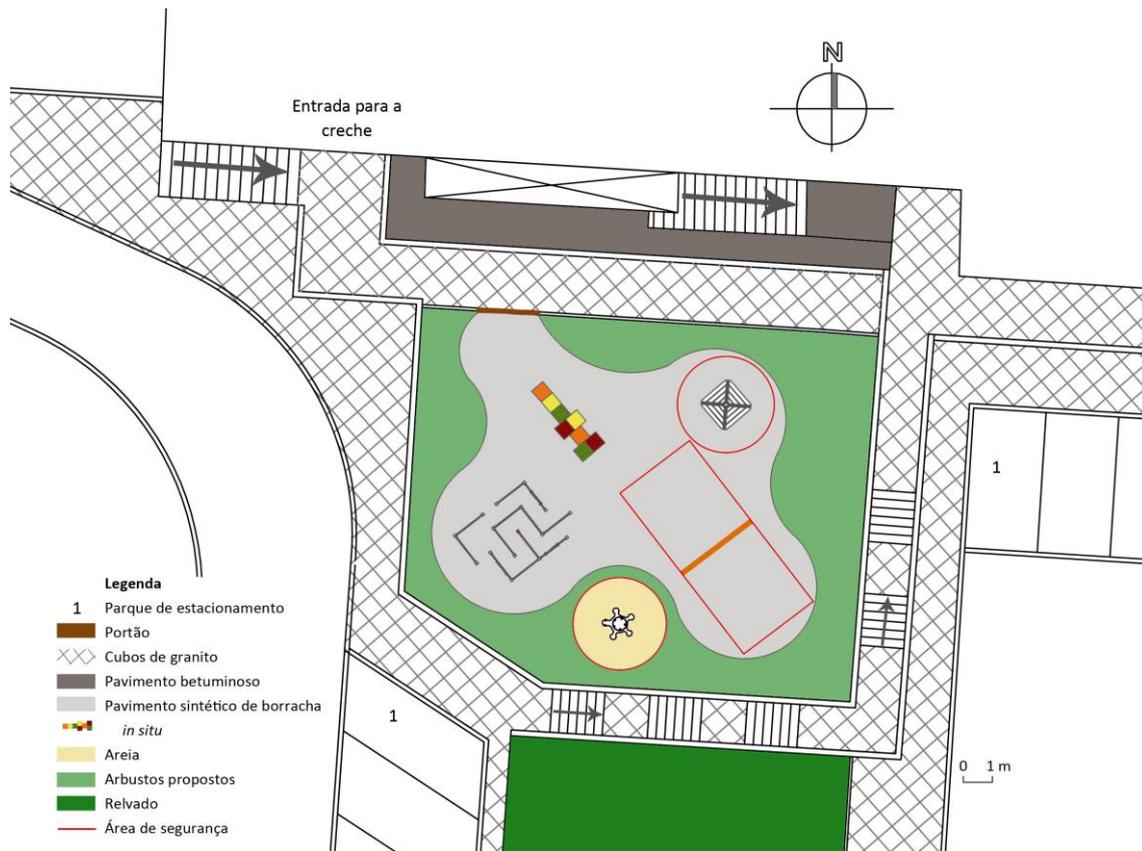


Figura 74 – Planta geral da proposta do espaço de recreio associado à creche. (Planta elaborada pela autora)

Os espaços de recreio dentro de uma instituição sejam elas creches ou pré-escolares, são áreas fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, social e físico de uma criança. Para que este tipo de actividades pedagógicas se desenvolvam é necessário criar espaços adequados, apelativos e agradáveis de se estar. Tendo em conta a normatização dos parques destinados às crianças dentro cidade de Castelo Branco e tendo em conta a componente lúdica que este tipo de locais deve ter, optou-se por projectar um espaço onde o factor **diversidade**, tanto de situações e materiais, bem como da forma estivesse bem vincado ao nível da composição. Assim para além dos equipamentos instalados onde a criança poderá interagir com outros colegas, há a possibilidade da mesma usufruir de materiais diferentes, como é o caso da areia e da presença de superfícies e/ou elementos vegetais.

Dentro da variedade de situações foi importante promover a **continuidade espacial** evitando a fragmentação associada à implantação dos equipamentos. A ideia de introduzir esta característica passa por salientar a potencialidade de todo o espaço evitando os pequenos pontos lúdicos destinados apenas aos equipamentos. Todo o espaço é uma diversão, esteja ela no equipamento, no pavimento ou na sua forma. A ideia de promover a continuidade no espaço passa, essencialmente, por olhar e utilizar o espaço como um todo.

Outro factor que se teve em consideração na elaboração do desenho do projecto foi a componente da **acessibilidade**. Para que haja inclusão das crianças que irão usar este recreio é necessário planear um espaço para todos, a pensar na facilidade de acessos no seu interior e optar por equipamentos que possam ser utilizados por qualquer criança.

No que diz respeito à selecção dos **equipamentos**, preferiu-se elementos colectivos de forma a despertar o sentido de partilha e de equipa na criança. Assim, escolheu-se o Samba com suporte de mãos (da Lappset), a Tortuga (da Mader Play), o Columpio (da Mader Play), por serem estruturas que movimentam o corpo e necessitam de mais que uma pessoa ou criança para fazer movimentar o equipamento, e o Labirinto (da Lappset), por ser um elemento simples que tanto serve para jogar às escondidas, como à apanhada, ou ainda favorecer a existência de pequenos recantos importantes à brincadeira da criança (figura 75).

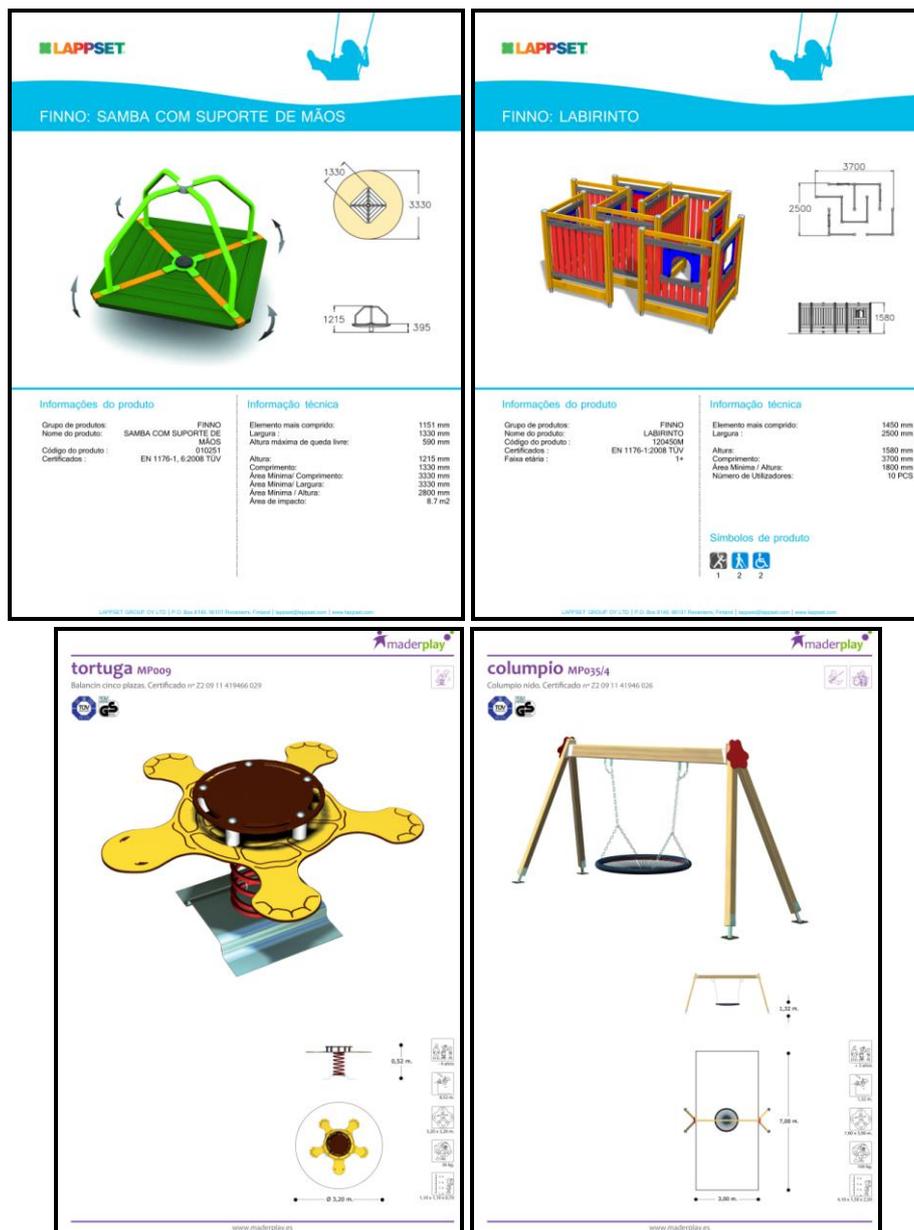


Figura 75 – Equipamentos escolhidos para o espaço de recreio. (Fonte: www.lappset.pt, www.maderplay.com)

No que se refere à **vegetação** houve a tentativa de atenuar todo o material inerte onde este espaço de recreio está inserido e incluir algumas espécies arbustivas. Com a introdução de diferentes espécies promove-se um jogo de volumes vegetais onde a criança pode interagir e

conhecer melhor os vários elementos vegetais. Por outro lado, com a introdução de diversas espécies quebra-se com a monotonia da cor, da forma ou da textura, e promove-se a variedade e o dinamismo dentro do espaço de recreio. Desta forma, escolheu-se o *Cistus populifolius* (Estevão), a *Hebe speciosa* (Hebe), o *Rosmarinus officinalis* (Alecrim), a *Rhaphiolepis delacouri* (Rafiolepis) e o *Argyranthemum frutescens* (Marmequer) para assegurar a componente viva do espaço lúdico.

Quanto ao pavimento inerte, projectou-se para este espaço dois tipos de coberturas, o pavimento sintético de borracha *in situ* e a areia. Para haver uma maior liberdade de movimentos, propôs-se pavimento sintético na grande plataforma evitando assim que haja armadilhas e pontas soltas que sejam alvo de tropeções e quedas. Para oferecer nova textura de material à criança projectou-se a areia como revestimento da área de segurança do equipamento Tortuga uma vez que este material tem óptimas características de amortecimento. Aproveitando a coloração que é possível fazer com o pavimento sintético propôs-se a introdução de um jogo da macaca, para possibilitar que a criança interaja com a própria cor do pavimento.

Quanto à vedação seria de grades brancas, com 2 m de altura, tendo sido esta escolha definida antes da entrega deste trabalho.

Para merecer a aprovação do Chefe de Divisão a proposta teria que ser mais simples e mais económica. Segundo algumas das suas orientações o número de equipamentos e a área de pavimento sintético teria de diminuir, a vegetação teria que ser retirada (a rega e a manutenção que exige foram aqui determinantes) e a área do espaço de recreio teria que aumentar. Efectuaram-se então as alterações e a proposta da figura 76 é a que iria avançar para obra:

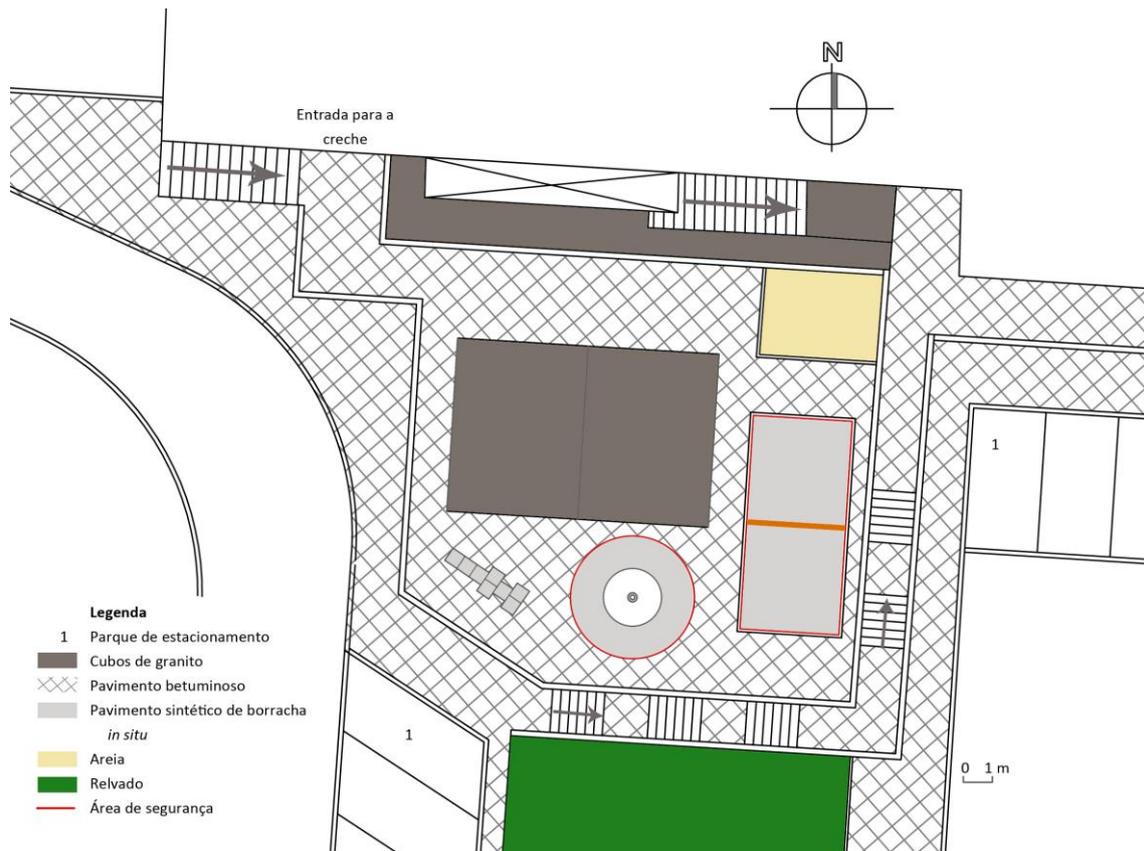


Figura 76 – Planta geral final da proposta de intervenção do espaço de recreio. (Planta elaborada pela autora)

A proposta de intervenção do espaço de recreio resultou num espaço apenas constituído por inertes onde a diversão se dispunha ao longo da área, como ilhas separadas por uma superfície construída em cubos de granito. Assim colocou-se uma caixa de areia num canto, o equipamento Columpio (da Mader Play) manteve-se e adicionou-se o equipamento de referência 629 (da Yor) (figura 70), por ser mais económico do que aqueles propostos no projecto inicial. Manteve-se o jogo da macaca e adicionou-se uma zona central em pavimento betuminoso de forma a proporcionar uma área versátil que pudesse acolher várias brincadeiras.

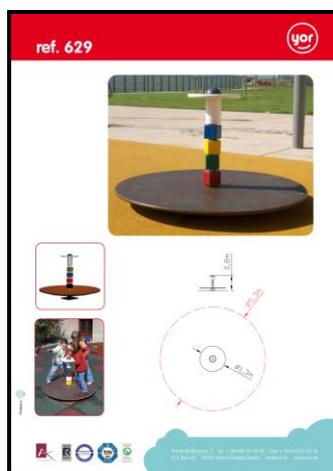


Figura 77 – Imagem do equipamento implementado no espaço de recreio. (Fonte: www.yor.es)

Pouco tempo depois do projecto ter sido aceite, a obra iniciou. Como aconteceu em alguns parques infantis, houve um acompanhamento da evolução dos trabalhos no terreno por nós bem como de outros técnicos da Câmara. Esse desenvolvimento ficou registado por imagens:



Figura 78 – Evolução da obra de um espaço de recreio para uma creche. (Fotografias da autora)

A obra iniciou-se e concluiu-se durante o mês de Maio. O primeiro trabalho incidiu na colocação da calçada com os devidos remates de forma a limitar as áreas onde iria ser colocado o pavimento sintético e a areia. Quando à vedação, por uma questão de facilidade, não foi introduzida na sua totalidade, deixando um abertura para a entrada dos materiais e equipamentos.

Seguiu-se a colocação das camadas de SBR (borracha de butadieno estireno) de e de EPDM (borracha de etileno propileno dieno) nas suas respectivas áreas, o jogo da macaca e nos locais dos equipamentos. Foi nesta altura em que se concluiu a vedação.

Quando fomos confrontados com a obrigatoriedade de retirar a vegetação e com a simplificação do projecto, apercebemo-nos de imediato que o espaço de recreio iria empobrecer muito, não só ao nível das formas, da diversão, mas também ao nível dos materiais que o iriam compor. Uma ideia também partilhada pela Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo.

O que se sente quando se está neste espaço de recreio é a sua aridez e a sua fragmentação. Por ser uma área em que está ausente a vegetação, sem cor e sem vida, é um espaço desagradável ao estar, pelo menos por muito tempo. Por outro lado, há a divisão em pequenos locais de brincadeira separados pela diferença dos pavimentos. A ideia geral com que se fica do espaço de recreio associado à creche Anas & Bebés é de que apenas houve na sua

concepção a disposição de diversos elementos lúdicos para as crianças sem olhar à sua conjugação, interligação e à componente pedagógica que este tipo de espaços deveria possuir. Infelizmente foi o que nos permitiram realizar; uma situação que é claramente frustrante para nós face ao estudo e pesquisa que realizámos.

Com a realização deste trabalho podemos tomar conhecimento e sentir o papel e a reduzida importância que um Arquitecto Paisagista tem na Câmara Municipal de Castelo Branco. Não basta ter um projecto bem defendido e justificado, com uma ideia forte e criativa. Impera a determinação dos superiores e a componente orçamental, como o demonstrou a reformulação do projecto.

5.2. Proposta de legalização de um parque infantil



Figura 79 – Imagem geral do parque infantil do Supercains. (Fotografia da autora)

A proposta de legalização de um parque infantil surgiu através da Engenheira Civil Maria Otília Caetano (Chefe de Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida), que tendo em conta o trabalho desenvolvido relativo a este tema, sugeriu-nos uma elaboração de uma proposta de legalização do parque infantil do Supercains, SA., em Alcains.

O parque infantil localiza-se de modo paralelo à Estrada S. Domingos em Alcains, adjacente à superfície comercial do Intermarché. A entidade responsável por este espaço é a Supercains, SA. e a entidade responsável pela fiscalização é a Câmara Municipal de Castelo Branco.

Para a elaboração da proposta de legalização, foi necessário fazer uma vistoria ao espaço com o objectivo de identificar pontos que pudessem colocar em perigo a segurança da criança, bem como situações que infringissem o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, na altura em vigor. Após o seu reconhecimento, elaborámos um documento (anexo 7, p 169) onde se fez constar e se descreveram as anomalias registadas bem como a sua possível solução.

Outro dos aspectos tidos em conta para a elaboração da proposta de legalização do espaço infantil, foi o estado legal em que se encontrava a documentação associado ao parque infantil. Como se pode observar no mesmo anexo, apenas foi exigida à entidade responsável pelo parque infantil a melhoria da planta geral do espaço, devido à pouca informação que possuía.

Com a elaboração deste trabalho, tivemos a possibilidade de contactar com a parte mais burocrática associada à legalização deste tipo de equipamentos.

5.3. Proposta de requalificação do cemitério de Castelo Branco



Figura 80 – Várias imagens do cemitério. De cima para baixo, da esquerda para a direita tem-se: a entrada do cemitério; o alinhamento arbóreo de cupressos na zona Este do espaço; um dos percursos principais; percursos da entrada principal; a zona do poço; vista para o alinhamento do género de Cupressus- itálico na zona Oeste. (Fotografias da autora)

O cemitério de Castelo Branco localiza-se na Rua Arrabalde dos Açougues na zona a Norte da cidade numa área habitacional constituído por moradias. Por se localizar na periferia da cidade, as ruas que lhe são adjacentes não têm muito movimento, tanto de automóvel como de peões.

O cemitério tem uma área total aproximada de 19 000 m², limitado por muros altos. Apresenta 16 cantões com diferentes tamanhos, 7 locais de diferentes tamanhos com jazigos, quatro gavetões/ossários, uma capela, um edifício, uma sacristia e um poço.

No que diz respeito à vegetação é um elemento que confere a este local uma ambiência agradável e até acolhedora. Tal deve-se à presença de vários elementos vegetais, tanto arbóreos como arbustivos, o que faz com que haja pássaros que oferecem a este espaço o seu cantar.

O espaço a intervir é altamente comprometido devido à sua tipologia e ao tipo de intervenção, o que dificulta o ajustamento das linhas orientadoras do desenho.

Apesar desta limitação a proposta de requalificação incidirá numa reestruturação geral da vegetação do cemitério, do poço (actualmente tapado por uma grelha) existente na zona a Oeste, na substituição do mobiliário urbano (actualmente bastante degradado) e, na zona dos

gavetões/ossários, a Oeste do espaço, uma vez que é lá que se prevê a construção de mais duas estruturas idênticas às já existentes.

POTENCIALIDADES

Como dissemos o espaço possui muita vegetação uma situação que oferece sombra, uma ambiência mais fresca e de contraste assegurado pela cor predominantemente verde escura, dos aromas característicos e agradáveis que atraem aves que ficam e “enchem” o ar com o seu cantar. Estas características conferem uma ambiência mais agradável ao estar.

Junto aos gavetões encontra-se um poço, esta existência poderá constituir um local a valorizar.

CONDICIONANTES

A intervenção é bastante limitada pelas pré-existências donde a área a intervir se circunscribe essencialmente nos caminhos e na área onde se encontra o poço.

Quanto à vegetação, a maioria das árvores são adultas com grande porte, o que faz com que sejam elementos a ponderar na proposta. Exemplar que, pela sua qualidade e distribuição se encontram a responder globalmente de modo significativo à situação de intervenção.

PROPOSTA

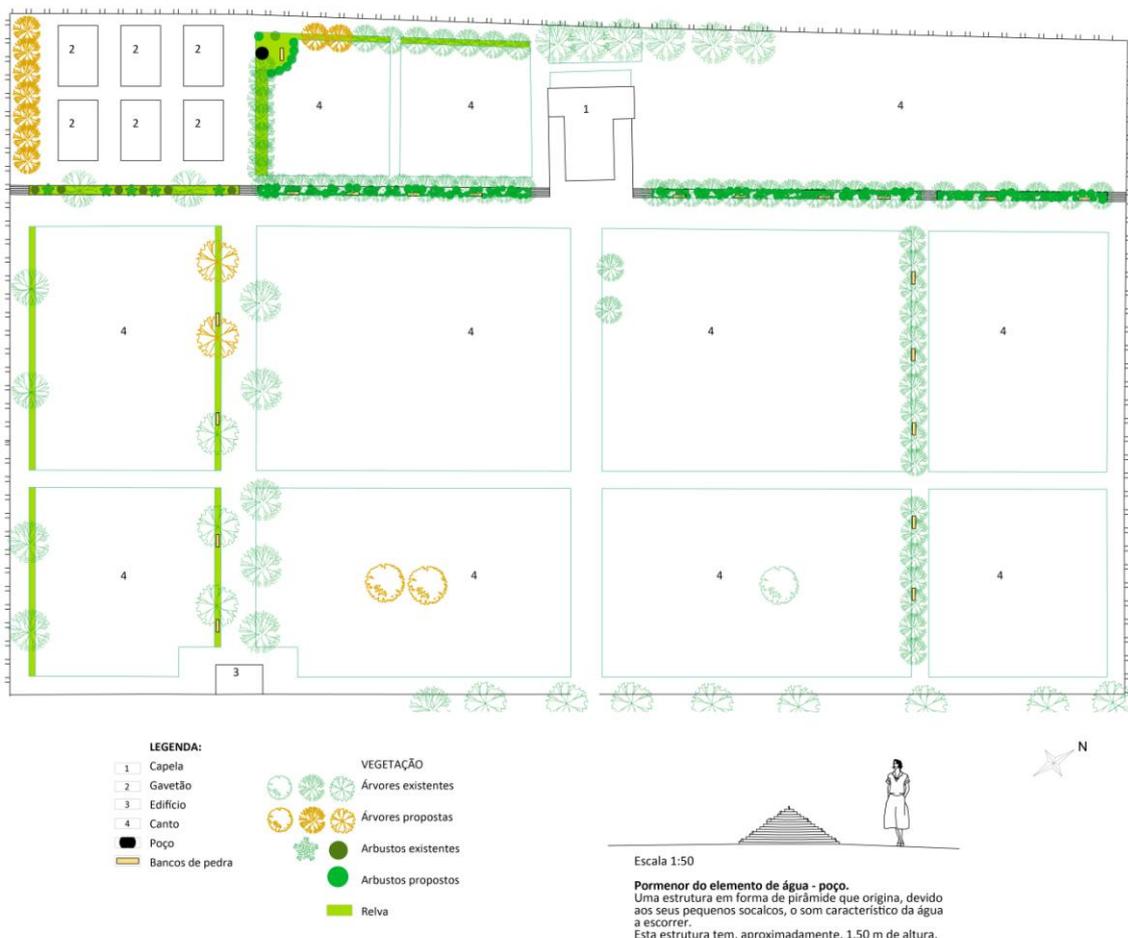


Figura 81 – Planta geral da proposta de requalificação para o cemitério. (Planta elaborada pela autora)

A proposta baseou-se, essencialmente, em realçar a componente de apoio à estadia. As funções que desempenha (religiosas e simbólicas) e as características de amenidade e sossego propiciam ao desenvolvimento de um espaço calmo, que poderá ser visto como um refúgio de sentimentos, criando não só diversidade nas suas ambiências, mas também reforçando a continuidade e união dentro do próprio espaço.

Analisando os caminhos que existem dentro do cemitério, todos eles necessitam de uma intervenção com o propósito de melhorar as condições do pavimento uma vez que todos eles se encontram destruídos pelas raízes das árvores. Para além dos próprios caminhos, as valas laterais e os próprios canteiros deparam-se com o mesmo problema.

Quanto à vegetação, pretende-se realçar o alinhamento já existente (ao longo dos eixos secundários), e tirar um maior partido da sua sombra e cheiro, aromas (característicos do género *Cupressus*-itálico) pelo que se propôs a colocação de vários bancos para promover a oportunidade de se estar um pouco por todo o espaço (anexo 8, p 175). Esta opção à estadia preconiza-se apenas ao longo dos caminhos secundários, deixando o caminho principal, o que faz a ligação da entrada à capela, apenas para passagem.

Quanto ao poço, pretende-se realçar não só a sua presença nesta zona do cemitério, mas também procurar oferecer às pessoas um lugar diferente que possa apaziguar a angústia e tristeza que carregam quando vêm para este lugar. Desta forma propôs-se uma estrutura em forma de pirâmide com pequenos socalcos para assim oferecer o som do movimento da água quanto esta desce. Com esta solução quebra-se o silêncio deste espaço e promove-se um ponto-chave para o bem-estar das pessoas. Por ser um espaço que se encontra muito perto do local onde estão sepultados os bebés, criou-se uma barreira com arbustos de forma a existir uma barreira tanto física como visual.

Com a elaboração deste trabalho deparamo-nos com uma realidade bastante diferente daquela que trabalhámos até então na Câmara Municipal de Castelo Branco.

Quando se aborda o tema dos cemitérios as opiniões são muito divergentes de indivíduo para indivíduo. Para uns há incómodo só de ouvir tal palavra, para outros, é indiferente, e para outros, cemitério significa paz.

Das visitas ao local e das observações feitas, detectámos diversas maneiras de viver este espaço e com base nesses exemplos, ponderámos em criar algo mais do que o “ir e vir”. Com esta proposta proporciona-se o “poder ficar” nem que seja por alguns momentos perto do familiar querido, ao som da natureza e com os seus aromas.

5.4. Elaboração do Plano de Plantação para a zona exterior da Escola José Sanches, em Alcains

A elaboração do Plano de Plantação para a zona exterior da Escola José Sanches situada em Alcains surgiu associado ao Projecto de requalificação dos seus espaços exteriores realizados pelo município. Este trabalho consistiu num melhoramento dos espaços de recreio nomeadamente, no melhorar das condições da vegetação e infraestruturas, mais

especificamente, o pavimento, o mobiliário urbano e a drenagem de águas pluviais, já existentes neste espaço.

A nossa participação no plano de plantação teve a duração de apenas dois dias, o que fez com que houvesse um aceleração das ideias bem como das decisões a tomar: elementos a retirar, a reaproveitar ou a proteger.

Para este trabalho, trabalhamos com dois técnicos da Câmara, o Engenheiro Civil Hugo Silva e a Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo.

No presente relatório irá apenas constar a memória descritiva e as peças desenhadas (anexo 9 e 10, p 177 e p 179, respectivamente) realizados.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE IMPLANTAÇÃO



Figura 82 – Várias imagens do exterior da Escola José Sanches. De cima para baixo, da esquerda para a direita tem-se: um dos grandes canteiros quadrangulares que ocupam o espaço; estado de conservação das lixeiras; vegetação que limita o espaço; pátio; estado das caleiras. (Fotografias da autora)

O espaço a intervir está sujeito a um uso intensivo e variado por parte dos mais jovens dos elementos que têm ao seu dispor.

A área da plantação inclui os canteiros contínuos adjacentes aos limites vedados com gradeamento, bem como nas várias floreiras existentes perto do edifício principal.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A intervenção proposta tem como alvo principal o bem-estar dos funcionários e alunos desta instituição bem como promover uma unificação das ambiências dentro do recinto escolar, uma vez que, tanto o pavimento como a vegetação necessitavam de uma urgente substituição. Assim sendo, propôs-se a limpeza dos sumidouros e caleiras, a reparação e substituição dos pavimentos e mobiliário urbano danificado, e a limpeza e plantação de vegetação de forma criar uma imagem harmoniosa dentro do espaço escolar.

VEGETAÇÃO

No que diz respeito à vegetação arbórea, as espécies propostas foram escolhidas de forma a procurar um equilíbrio entre as já existentes dentro da escola e as que se encontram no

arruamento adjacente à entrada da mesma. Ao longo do eixo viário, ou seja, na entrada principal do recinto escolar, é proposto um alinhamento de *Acer pseudoplatanus*. Uma escolha que se fundamentou no seu rápido crescimento e no facto de ser caduca e apresentar uma variação cromática interessante. Para realçar a dita entrada, e tendo em atenção a espécie já existente no arruamento do outro lado da via, propôs-se a espécie *Celtis australis*. No interior da escola, propôs-se a remoção das espécies secas e/ou doentes, das espécies que se encontram a danificar o pavimento e das toijas. De forma a promover as zonas de ensombramento propôs-se a plantação das mesmas espécies antes mencionadas (*Acer pseudoplatanus* e *Celtis australis*) em diversos pontos do espaço.

Quanto à vegetação arbustiva propôs-se a remoção das espécies mortas e doentes, a limpeza nas que sejam necessárias e a colocação de novos exemplares de forma a diversificar o espaço não só a nível de espécies mas também a nível de cor.

Com o objectivo de servir de barreira visual ao equipamento do gás e ao edifício do posto de transformação existentes junto ao pavilhão desportivo, foi proposta a colocação de *Dombeya cayeuxii* e da *Malva umbellata*, respectivamente.

As restantes espécies foram escolhidas com o objectivo de oferecer ao espaço cor e diversidade de espécies dentro do recinto numa perspectiva também pedagógica.

As herbáceas propostas estão localizadas na zona central do espaço, no pátio entre os blocos de edifícios, sendo a *Viola odorata* e a *Paeonia broteroi* (que irão substituir as rosas e os buxos existentes).



Figura 83 – Horta pedagógica. (Fotografia da autora)

A horta pedagógica que existe no espaço (figura 83) irá ser reposicionada numa zona perto do campo, num local onde a exposição solar é maior e onde o espaço livre apresente maiores dimensões de cultivo.

5.5. Proposta de intervenção e projecto de execução para uma praceta na Urbanização de Entrecaminhos, Castelo Branco (Estudo prévio e Projecto de Execução)

O presente trabalho, e o último realizado no estágio da Câmara Municipal de Castelo Branco, consistiu na elaboração de um estudo prévio de Arquitectura Paisagista bem como todo o Projecto de Execução para uma praceta em Castelo Branco. Foi um trabalho que levou aproximadamente 2 meses a ser realizado pois, para além de sermos os únicos responsáveis pela proposta, todas as peças escritas e desenhadas são da nossa autoria, tendo contado sempre com o apoio dos técnicos da Câmara. Por outro lado, houve algumas interrupções para dar lugar a trabalhos mais urgentes.

Quanto às exigências programáticas apenas foi imposta um parque de estacionamento na zona Este do espaço.

ANÁLISE

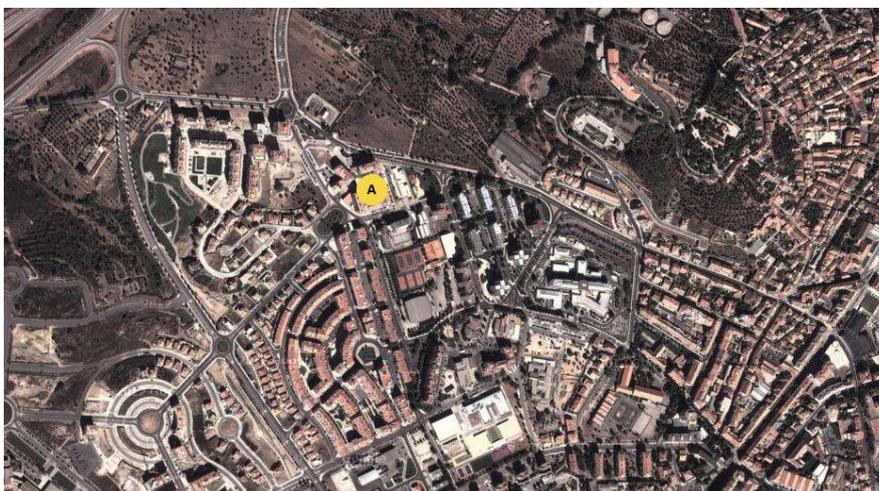


Figura 84 – Vista aérea para o espaço de intervenção. (Fonte: Google Earth, adaptado pela autora)

O lugar a intervir localiza-se no Bairro de Entrecaminhos, a Oeste do centro histórico da cidade de Castelo Branco, a aproximadamente 100 m do parque urbano, numa situação limite do perímetro urbano, muito próximo do espaço rural envolvente (figura 84). O espaço da construção arquitectónica que o envolve e que o transformou, tratando-se hoje de um espaço expectante.

O espaço, com aproximadamente 2740 m², rodeado pelas traseiras de edifícios com 6 andares que fazem deste espaço uma zona confinada, cercada por barreiras, tanto visuais, como físicas. No entanto, e apesar desse confinamento, na zona Este do espaço, conseguimos ter uma vista para a elevação onde se localiza as ruínas do Castelo da cidade.

O terreno tem uma pendente para Sul, sendo a cota mais elevada 377,59 a Norte, e a mais baixa 373,14, a Sul, com uma inclinação 9%, sensivelmente.



Figura 85 – Várias imagens do espaço a intervir. Da esquerda para a direita tem-se: a entrada a Oeste; vista da entrada Oeste para o espaço; vista para o monte do Castelo. (Fotografias da autora)

Nas diversas idas ao espaço, registou-se um fluente uso na travessia do espaço por parte da população residente.

Quanto à vegetação esta é inexistente, fazendo deste espaço um local árido e solarengo, como se observa na figura 85, estando ainda ausente qualquer tipo de limpeza e/ou manutenção. Apesar disso existem dois exemplares arbóreos (*Acer pseudoplatanus*) na entrada a Noroeste do espaço.

Por fim, quando ao mobiliário urbano é um elemento que apenas é registado com alguns candeeiros de pé alto dispersos um pouco por todo o espaço.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O objectivo da intervenção constituiu na promoção de uma área de estadia respondendo à passagem habitual dos residentes por este espaço. O espaço foi concebido de modo a valorizar as características de polivalência e de ambiência mais agradável de modo a torna-lo mais atractivo e mais apto à ocorrência de várias actividades.

O desenho da proposta baseia-se nas linhas geométricas euclidianas que envolvem o espaço. A disposição da vegetação arbórea é feita de forma mais orgânica para que haja, não só uma quebra com a regularidade e geometria, mas também para oferecer uma dinâmica e uma forma mais natural ao espaço. Quanto à disposição dos elementos arbustivos e herbáceos seguem essencialmente o traçado do projecto, realçando-o.

O facto de se tratar de um bairro residencial teve-se em atenção à diversificada faixa etária que aqui existe não esquecendo, desta forma, a componente versátil que este espaço deveria ter.

A proposta de uma zona central do espaço, foi pensada como uma área principal de estadia acolhendo as pessoas que se encontram de passagem. A rede de percursos vai ao encontro dessa zona central que assegura ainda a passagem nos limites do espaço. O objectivo, não só o de criar percursos directos dentro do espaço, mas também evitar que, as pessoas que não queiram passar na zona central não sejam obrigadas a tal percurso, resguardando por sua vez, aquela zona de estadia.

Quanto ao desenho proposto para a modelação de terreno teve em vista proteger o espaço de forma visual da via de comunicação que existe na zona mais a Este.

Para promover um espaço mais acolhedor e não tão exposto para quem passa na zona do parque de estacionamento, a Este, propôs-se modelações de terreno que podem atingir 1,20 m de altura.

Na área livre que envolve o espaço central propôs-se o revestimento em prado com o objectivo de proporcionar uma ambiência mais naturalizada e com um uso mais versátil que responda de forma mais eficaz às actividades das diversas faixas etárias e à sua interacção.

No que diz respeito à restante vegetação, para além de se dar seguimento às árvores existentes de modo a dar continuidade ao espaço que lhe é adjacente propõem-se diversos alinhamentos com estas e outras espécies. Os arbustos são colocados de forma estratégica servindo, não só para proteger o revestimento vegetal das pisadelas indesejadas (os chamados “corta-matos”), mas também como barreiras evitando a colocação de redes gradeamentos de protecção de locais mais altos. Quanto às herbáceas, também elas são colocadas de forma estratégica com o intuito de fazer realçar a orientação dada às linhas orientadoras originadas pelo pavimento inerte.



Figura 86 – Estudo prévio para uma praqueta na Urbanização de Entrecaminhos.

PROJECTO DE EXECUÇÃO

O projecto da Praqueta da Urbanização de Entrecaminhos enquanto Projecto de Execução, foi o primeiro a ser realizado no âmbito do estágio. Foi uma experiência muito enriquecedora por nos ter sido dada uma grande liberdade, o que realçou e fez-nos sentir uma enorme responsabilidade sobre cada peça.

No decorrer da elaboração do Projecto de Execução foram vividas várias dificuldades, não só por ser o primeiro trabalho do género feito fora do percurso académico, mas também pela pouca experiência neste tipo de trabalhos. Ainda durante o decorrer deste trabalho foram feitos ajustes naturais próprios do amadurecimento de todo o processo (reajuste das curvas de nível, pavimentos e vegetação).

O Projecto de Execução foi acompanhado por uma breve memória descritiva, com as descrições e justificações mais importantes para a compreensão da parte desenhada. Para além disso, houve a elaboração do orçamento, um documento chave à aprovação deste projecto.

Trabalhos Preparatórios (anexo 11, p 181)

A peça de trabalhos preparatórios consiste nos elementos a manter, proteger ou a demolir. Para haver uma melhor compreensão sobre o que iria sair e o que iria ficar, teve que haver a sobreposição da planta em questão com a planta geral da proposta. Aconteceu, nessa sobreposição, os mesmos elementos ficarem coincidentes mas, devido à degradação em que se encontrava o material no local, optou-se pela sua remoção e substituição. Na elaboração de certas peças desenhadas este elemento foi importante para a localização dos elementos existentes mas também, ao longo desse trabalho, houve a necessidade de alterar alguns aspectos na própria, pela dos trabalhos preparatórios de forma a coincidir com os ajustes feitos no decorrer do trabalho.

Modelação do terreno (anexos 12 e 13, p 183 e 185, respectivamente)

A modelação geral do terreno engloba trabalhos de escavação, aterro, compactação e a regularização do terreno. Para efeitos de cálculo do volume de terras foi adoptado o método dos perfis, com espaçamentos de 4 metros. Em cada perfil foi calculado a área de aterro e escavação para assim calcular os valores do somatório do volume de terra em aterro e do volume de terra em escavação a serem utilizados, donde se determinaram os valores de terras de empréstimo necessários e respectivos orçamentos.

Esta peça, com os ajustes feitos ao longo do Projecto de Execução, foi alvo de pequenas reparações de forma a não haver erros, nem de orçamento nem na própria obra.

Implantação Planimétrica e Altimétrica (anexos 14, 15 e 16, p 187, 189 e 191, respectivamente)

A planta de implantação planimétrica indica os dimensionamentos dos elementos propostos e bem como os relaciona-os entre si (com o edifício existente e com os limites dos diferentes pavimentos propostos). Esta informação ajuda na transposição dos vários elementos da proposta para o terreno.

Por ter um desenho muito recordado e complexo, foi necessário subdividir esta peça em distâncias e ângulos para que a leitura da mesma fosse clara e pouco confusa.

Drenagem (anexo 17, p 193)

Para que não haja situações de encharcamento a drenagem pondera as várias situações ao nível das diversas superfícies, declives e transições de pavimentos propostos.

Na situação onde o revestimento é constituído por misturas de herbáceas (prado) a solução é a colocação de um geodreno na zona baixa do desnivelamento. Este geodreno é envolto em manta geotêxtil e acompanhado por uma camada de brita lavada.

Na situação de revestimento impermeável, a opção tomada foi assegurar a inclinação superficial das superfícies e escoamento no sentido dos pontos de recolha – sumidouros com grelha em ferro fundido.

Para que haja maior controlo e facilidade de acesso ao sistema de drenagem propôs-se diversas caixas de ligação e de visita ao longo do espaço. Dois tipos de caixas foram propostas: a primeira é de tampa de enchimento; a segunda é do tipo redondo de metal. Soluções, que se justificam no facto das zonas onde a primeira tampa se encontra, estarem demasiado expostas e, por motivos estéticos e de segurança, não se justifica optar pela tampa redonda metálica.

Na fase inicial desta peça houve algumas dificuldades na elaboração do traçado da tubagem bem como na distribuição das caixas de ligação e de visita pelo espaço. Para esclarecer estas dúvidas contámos com o esclarecimento da Engenheira Civil Margarida Azevedo e a Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo. No que se referiu às dúvidas sobre o escoamento das águas pluviais, a mesma contou com a ajuda do Engenheiro Civil Aníbal Natividade que no terreno, nos fez ver a solução.

Pavimentos (anexos 18 e 19, p 195 e 197, respectivamente)

Na zona a Norte do espaço propôs-se um estacionamento com 12 lugares. É uma zona que terá uma largura de 30 metros de comprimento e o pavimento proposto são os cubos de granito de Alpalhão (0,11 x 0,11 x 0,11 m) de primeira escolha. Nas laterais do parque de estacionamento localizam-se duas das entradas para o espaço sendo estas revestidas a cubos de calcário branco e preto (com o desenho do município). Este material encontra-se não só nesta entrada mas também na entrada a Oeste e a Noroeste do espaço, bem como nos limites do local de intervenção de forma a facilitar o acesso e a circulação pedonal neste espaço.

A zona central, mais ampla, a proposta inclui as lajetas do tipo “Figueira de Castelo Rodrigo”. No acesso a este espaço é proposto lajeta tosca (com acabamento em seixo do rio) como solução de pavimento de forma a marcar esta diferença de ambiência. Para salientar a continuidade do espaço o lancil destes caminhos será feito em granito do tipo “Figueira de Castelo Rodrigo”, o mesmo material que a zona central.

Quanto às dificuldades sentidas estiveram essencialmente na escolha dos materiais, tendo existido muitas incompatibilidades de ideias com o Chefe de Divisão.

Vegetação (anexos 20 e 21, p 199 e 201, respectivamente)

No que diz respeito à vegetação, a localização e definição das espécies arbóreas a adoptar, tiveram por base critérios funcionais e estéticos. Assim, e por haver a necessidade de assegurar zonas de sombra associadas a zonas de circulação ou de estadia, propôs-se a introdução de alinhamentos de árvores de modo a valorizar esses locais. A *Tipuana tipu* foi escolhida para o limite Nascente do espaço na zona do estacionamento para a oferecer alguma sombra aos carros mas também às pessoas que por aqui passam. Os alinhamentos distintos (*Prunus cerasifera*, *Acer pseudoplatanus*, *Magnolia grandiflora* e *Morus alba*) envolvem todo o espaço. Para além disso, estes alinhamentos surgem, por um lado, para contextualizar os dois *Acer pseudoplatanus* que já existem no espaço, e por outro lado, para abrirem o enfiamento visual para o relevo montanhoso onde se inserem as ruínas do castelo. Para além dos volumes decorrentes do desenvolvimento dos alinhamentos arbóreos já mencionados, surgem outras árvores (de forma pontual) como a *Ausculus carnea*, outro *Acer pseudoplatanus* e uma *Magnolia grandiflora*.

Os revestimentos arbustivos surgem de forma pontual, ora associados a alguma vegetação herbácea (no caso da área central), ora em pontos estratégicos de modo a evitar

comportamentos indevidos, como o pisoteio constante em zonas indesejáveis. Para este efeito utilizou-se ou seguintes arbustos: *Argyranthemum frutescens*, *Crassula ovata*, *Cotoneaster horizontalis*, *Cuphea hyssopifolia*, *Cotoneaster microphylla*, *Coronilla valentina*, *Escallonia rubra*, *Hebe speciosa*, *Jasminum primulinum*, *Lavandula angustifolia*, *Lantana montevidensis*, *Spiraea cantoniensis* e a *Salvia microphylla*.

No caso das herbáceas, propõe-se *Agapanthus africanus*, *Amarilis beladona*, *Achillea filipendulina*, *Arctotis hybrida*, *Achillea millefolium*, *Begonia semperflorens*, *Dianthus barbatus*, *Felicia amelloides*, *Festuca glauca*, *Gazania hybrida*, *Iris germanica*, *Salvia splendens*, *Tagetes patula* e *Verbena hybrida*.

A área com maiores dimensões é toda ela revestida por estrato herbáceo – prado – uma vez que, em comparação ao relvado, é o elemento vegetal que menos exige, tanto de água como de manutenção. Este revestimento é constituído por 70% de *Festuca arundinacea*, 20% de *Ray Grass Nvi* e 10% de *Poa pratensis brooklawn*.

Rega (anexos 22 e 23, p 203 e 205, respectivamente)

Para proporcionar e sustentar uma vegetação saudável é necessário propor um sistema de rega que englobe toda a área plantada.

Devido à sua complexidade, o plano da rega foi aquele onde se registou mais dúvidas e onde se necessitou de mais tempo para a sua elaboração.

Na elaboração desta peça contamos com a ajuda da Arquitecta Paisagista Carla Figueiredo.

Iluminação (anexo 24, p 207)

O plano da iluminação consistiu apenas na selecção das iluminarias a serem retiradas, a manter e na localização de outras idênticas (conforme definidas pelo Chefe de Divisão).

Mobiliário Urbano (Anexo 25, p 209)

A peça do mobiliário urbano consiste essencialmente na distribuição dos bancos e dos recipientes de recolha de resíduos sólidos.

Quanto ao critério da distribuição dos elementos, os bancos foram propostos para o espaço central de forma a salientar as linhas orientadoras do próprio desenho do projecto. Assim, foram propostos blocos de pedra com 2,40 m de comprimento sendo colocados de 2 em 2, lado a lado obtendo um comprimento total de 4,80 m. No que diz respeito aos recipientes de recolha de resíduos sólidos a sua distribuição foi orientada segundo as entradas do espaço.

FINALIZAÇÃO DO PROCESSO

Com o fim do Projecto de Execução seguiu-se a elaboração do orçamento (anexo 26, p 211), peça fundamental à aceitação da proposta.

Na altura em que se deu por finalizado o estágio curricular na Câmara Municipal de Castelo Branco, tanto a proposta como o valor orçamental da obra tinham sido aceites pelo Chefe de Divisão, o Engenheiro Civil Aníbal Natividade, estando-se a aguardar a aprovação pelo Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

6. Conclusão

Quando iniciámos o estágio na Câmara Municipal de Castelo Branco, a Janeiro de 2012, a questão dos parques infantis era um tema que nunca tínhamos abordado de uma forma aprofundada no percurso académico. Para que fosse possível trabalhar sobre os parques infantis, uma vez que o estágio iria incidir sobre estes espaços de jogo e recreio, houve a necessidade de desenvolver um conhecimento prévio sobre o tema, através de pesquisas designadamente: informação sobre a realidade actual, a lei em vigor (com os seus prós e contras), conferências a decorrer, tipo de manutenção destes espaços, a sua importância para a criança, os riscos desde locais (tanto físicos como mentais), etc.

Após os 6 meses de estágio na Câmara Municipal de Castelo Branco e juntamente com a elaboração do presente relatório, o balanço é muito positivo, não só ao nível da evolução pessoal como a nível profissional, tendo a experiência vivida atingindo todos os objectivos previamente delineados.

O facto de ter havido a oportunidade de realizar mais trabalhos (espaço de recreio infantil, cemitério da cidade, espaço exterior de uma escola e espaço público), proporcionou o contacto com diversas realidades, programas e metodologias de trabalho e consequentemente uma experiência muito mais rica.

O trabalho realizado para os parques infantis foi uma experiência extremamente gratificante pela abordagem e pelo conhecimento adquirido. A pesquisa realizada, aliada ao contacto directo com a realidade, as conferências assistidas relacionadas com a temática, foram preponderantes para o sucesso do percurso desenvolvido no estágio.

Num mercado cada vez mais competitivo e qualificado é fundamental que o Arquitecto Paisagista possua um leque variado de conhecimentos que, de forma directa ou indirecta, estejam ligados à sua área de formação. A temática dos parques infantis não é explorada no percurso académico sendo esta uma componente importante nas autarquias.

Como consequência da evolução das cidades e por sua vez, da mentalidade humana, a criança tem visto o seu direito de brincar reduzido a espaços pouco estimulantes, sem variedade e pouco criativos, um caminho que tem vindo a ser traçado em nome da sua segurança. Por outro lado (e ainda devido ao crescimento irracional das cidades) vemos os espaços de jogo e recreio mais dispersos entre si, em alguns casos longe demais das habitações, levando a que haja poucas crianças a poderem brincar na rua. No entanto acredito que, se houvesse uma distribuição equilibrada de espaços de jogo e recreio dentro da cidade, haveria menos receio por parte dos pais e mais crianças a brincarem e a conviverem nos espaços perto das suas habitações.

Assim sendo, penso que a evolução passa por uma **mudança global**, onde haja a sensibilização da sociedade e autarquias da importância e influência que este tipo de espaços tem no crescimento da criança. Possivelmente a nossa participação enquanto Arquitectos Paisagistas pode começar por participarmos mais e ir ao encontro da sensibilização da sociedade no mencionado sentido.

“As cidades que construímos são o reflexo daquilo que somos, das prioridades que temos e do que valorizamos” (COSTA, 2012, p. 164) e se aquilo que queremos passa por uma sociedade

sustentável, equilibrada em termos físicos e mentais e próspera para o futuro então, um dos caminhos a traçar passa por valorizar os espaços destinados à criança proporcionando locais ricos em variedade, não só de vivências mas também de materiais, de estímulos e de aprendizagem. Para que isso seja possível a legislação inerente aos espaços de jogo e recreio teria que ser revista e efectuado um trabalho de sensibilização das Autarquias, para a importância deste tipo de espaços, de forma a desenvolver uma cidade mais completa e uma sociedade mais satisfeita e mais respeitadora do meio.

No caso específico dos parques infantis da cidade de Castelo Branco apesar de termos assistido a três obras de requalificação, notou-se uma grande ausência de manutenção. Há a preocupação em assegurar a componente lúdica infantil nos espaços públicos mas não existe a preocupação em manter limpo ou ausente de perigos provenientes do gasto das estruturas. Por outro lado sentimos que a diversidade de oferta é algo que não se tem em consideração, sendo o factor principal o orçamento. Este tipo de situações leva a que actualmente haja 7 parques infantis (dos 24 existentes na cidade) com equipamentos semelhantes.

Na experiência de acompanhamento da obra de requalificação dos parques infantis, podemos destacar a importância que um Arquitecto Paisagista tem neste tipo de obras. É um profissional mais sensibilizado para a componente vegetal bem como para as suas necessidades (como foi com o caso do parque infantil do Parque da Cidade que tivemos que mandar retirar parte do pavimento sintético por estar colocado até ao tronco de uma árvore), e tem uma visão global do espaço realçando a querencia funcional e ambiental (no caso do mesmo parque infantil onde houve a recolocação de uma das molas de forma a ficar mais equilibrado o uso do espaço).

Durante as caminhadas realizadas pela cidade de Castelo Branco, notou-se ainda, a ausência de espaços para os jovens. Para muitos indivíduos esta faixa etária é o problema da sociedade que destrói, ocupa e perturba. Ideia falsa e que não deveria existir! A geração jovem é um grupo pouco trabalhado e pouco compreendido na cidade. É um grupo que, por não ter alguns espaços em vários pontos da cidade com que se identifiquem e não se sintam observados, ocupam os parques infantis para as crianças, os bancos para pessoas de idade e os passeios para o resto dos cidadãos passarem. Acredito que, se os jovens tivessem espaços mais adequados às suas exigências, os actos de vandalismo e o uso impróprio dos equipamentos infantis era algo que diminuiria drasticamente.

Como resultado das realidades apresentadas, a visão holística e a consciência da importância que a componente natural tem para a vida cidadina que o Arquitecto Paisagista tem, fá-lo um profissional fundamental na participação necessária ao equilíbrio sustentável da cidade e do homem.

No entanto, e contrariando todo este raciocínio, no decorrer do estágio na Câmara Municipal de Castelo Branco foi sentido em diversas alturas, o desprezo pelo papel e conhecimento do Arquitecto Paisagista bem como pela sua visão global sobre a cidade. Não adianta ter ideias inovadoras, demonstrar argumentos válidos para projectos ou até defender determinados conhecimentos/elementos mais relacionados com a nossa área (benefícios na vegetação dentro da cidade ou a escolha de determinadas espécies autóctones de forma a diminuir os gastos com manutenção), se quem tem a opinião final não nos quer ouvir. O curto

tempo de estágio e as oportunidades que tivemos não foram suficientes para reafirmarmos a perspectiva do Arquitecto Paisagista de modo mais satisfatório.

“...Construir sim, mas um mundo claro e humano, “ser bons construtores”. Construir com todos os instrumentos oferecidos pelo progresso da técnica e da indústria, porém lembrando que o homem necessita de “ar”, de “sol”, de “verde” e de um espaço para os seus movimentos” (GUIDUCCI, 1975, p. 47)

Referências bibliográficas

Livros:

- ALAMO, Marta; *Nuevo diseño en parques infantiles*; Barcelona: Links; 2004
- ALVES, Rubem; *Por uma questão romântica*; São Paulo: Papirus; 2002
- ANDERSEN, Sophia de Mello Breyner; *A floresta*; Porto: Figueirinha; 2001
- CUNHA, Nyelse Helena Silva; *Brinquedoteca: um mergulho no brincar*; São Paulo: Maltese; 1994
- GILL, Tim; *Sem medo: crescer numa sociedade com aversão ao risco*; Lisboa: Principia; 2010
- GUIDUCCI, Roberto; *A cidade dos cidadãos*; São Paulo: Brasiliense; 1975
- JANSON, H. W.; *História da arte*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisbon; 1989
- LYNCH, Kevin; *A imagem da cidade*; Edições 70; Porto; 1982
- MAGALHÃES, Manuela Raposo; *Espaços Verdes Urbanos*; Lisboa: Direcção Geral de Ordenamento do Território; 1992
- NETO, Carlos (ed.); *Jogo e desenvolvimento da criança*; Lisboa: FMH edições; Dezembro, 2003
- PIAGET, Jean; *Play, dreams and imagination in children*; New York: Norton; 1962
- ROJALS, Marta; *Diseñar el espacio de juegos*; Barcelona: Links; 2006
- ROUARD, Marguerite, SIMON, Jacques; *Children's play spaces*; Woodstock; 1977
- TAMARO, Susanna; *Tobias e o Anjo*; Lisboa: Editorial Presença; 1998
- TORGA, Miguel; *Diário VII*; Coimbra; 1956
- VIGOTSKY, L. S.; *Aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*; São Paulo: Scipione; 1997

Trabalhos:

- ABIKO, A.; ALMEIDA, M., BARREIROS, M.; *Urbanismo: História e desenvolvimento*; Departamento de Engenharia de Construção Civil; Escola Politécnica de São Paulo; São Paulo; 1995
- ALMEIDA, Marco Teodorico Pinheiro; *Os Jogos Tradicionais Infantis em Brinquedotecas Cubanas e Brasileiras*; Tese de Mestrado; São Paulo: USP; 2000

BRANCO, Catarina; *Intervenções no espaço urbano*; Relatório de estágio para o grau de mestre em Arquitectura Paisagista; Universidade de Évora; Évora; 2010

COSTA, Soraia; *A criança e a cidade: do parque infantil à paisagem lúdica*; Tese de Mestrado em Arquitectura Paisagista; Universidade de Évora; Évora; 2012

JORGE, Marta Sofia da Conceição; *Estudo do espaço de jogo e recreio: Objectivo e fenómeno de repetição*; Relatório de final de Curso de Arquitectura Paisagista; Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia; Lisboa; 2009

RAMOS, Maria da Conceição (s.d.); *Jogar e brincar – Representando papéis, a criança constrói o próprio conhecimento e, conseqüentemente, a sua própria personalidade*; Curso de Especialização em Psicopedagogia; Instituto Catarinense de Pós-Graduação

RODRIGUES, Maria Dulce Cunha Figueiredo ; *Espaços exteriores de recreio infantil*; Trabalho de final de curso em Arquitectura Paisagista; Universidade de Évora; Évora; 1999

SANTOS, Ellen Costa Machado dos; SILVA, Aline Fernandes Felix da (2009); *A importância do brincar na educação infantil*; Decanato de pesquisa e pós-graduação no Curso de especialização “Desafios do trabalho cotidiano: A educação das crianças de 0 a 10 anos”; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; 2009

Revistas:

BAPTISTA, Luís Vicente (1989, Dezembro); *A propósito de Lisboa: o local e o global, reflexão preliminar*; Revista *Sociedade e território*; Número 10/11; pág. 144-150

LOBADA, Carlos Roberto, ANGELIS, Bruno Luiz (2005, Janeiro/Junho); *Áreas verdes Públicas Urbanas: Conceitos, usos e Funções*; *Ambiências – Revista de Ciências Agrárias e Ambiências*; Vol.1; Número 1, pág. 125-139

SCARDUA, Valéria (2009, Julho/Dezembro); *Criança e meio ambiente: A importância da educação ambiental na -educação infantil*; Revista FACEVV; Número 3; pág. 57-64

Decretos-Lei, normas e PDM:

Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio (Alteração ao DL nº379/97 de 27 de Dezembro – Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte)

Normas europeias 1176 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio:

- EN 1176-2 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio: Requisitos de segurança e métodos de ensaios adicionais, específicos para baloiços.
- EN 1176-3 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio: Requisitos de segurança e métodos de ensaios adicionais, específicos para escorregas.

- EN 1176-5 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio: Requisitos de segurança e métodos de ensaios adicionais, específicos para carrosséis.
- EN 1176-6 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio: Requisitos de segurança e métodos de ensaios adicionais, específicos para oscilantes.
- EN 1176-7 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio: Guia de instalação, inspeção, manutenção e funcionamento.
- EN 1176-11 – Equipamentos e superfícies para espaços de jogo e recreio: Requisitos de segurança e métodos de ensaios adicionais, específicos para redes espaciais.

Revisão do Plano Director Municipal de Castelo Branco; Agosto 2004; Câmara Municipal de Castelo Branco.

Documentos online:

ATIÉ, Lourdes; *Para início de conversa: brincar para quê?*; Disponível em: <<http://www.omotiro.com.br>>; Acesso a: 24 de Março de 2012

MIRANDA, Daiane Vanessa de; *Breve histórico das áreas verdes urbanas e sua funcionalidade ambiental e social na cidade de Belo Horizonte: Estudo de caso do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado*; Unicentro Newton Paiva; Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/95fbd393b7acf24fd3149cd0cbb455f3.pdf>>; Acesso a: 6 de Abril de 2012

NETO, Armando Correa de Siqueira; *O brincar no desenvolvimento infantil*; Disponível em: <<http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl59.htm>>; Acesso a: 12 de Abril de 2012

TERRA, Márcia Regina; *O desenvolvimento humano na teoria de Piaget*; Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/>>; Acesso a: 11 de Março de 2012

WHITE, Randy (2004); *Young children's relationship with nature: Its importance to children's development & the earth's future*; Disponível em: <<http://www.childrenatureandyou.org/Young%20Children's%20Relationship%20with%20Nature-%20White.pdf>>; Acesso a: 8 de Maio de 2012

WHITE, Randy, VICKI, Stoecklin (1998) *Children's outdoor play and learning environments: returning to nature*; Disponível em: <http://www.naturalplaygrounds.com/documents/NaturalPlaygroundsDotCom_Outdoor_Play_Environments.pdf>; Acesso a: 24 de Abril de 2012

Outros sites:

www.spaic.pt

www.naturalplaygrounds.com

www.whitehutchinson.com

www.parqueexpo.pt

www.municipios-regioes.planetaclix.pt

www.censos.ine.pt

www.ine.pt

www.iidac.org

www.playengland.org.uk

www.lisboaverde.cm-lisboa.pt

Anexos

Anexo 1

Check-list para os parques infantis

Check - List para os parques infantis

1.	Identificação	
1.1	Nome, número	
1.2	Ano da sua construção	
1.3	Entidade responsável	
1.4	Localização (Área, rua etc.)	
1.5	Área total destinada ao uso recreativo (m ²)	
1.6	Faixa etária prevista à sua utilização	
1.7	Número máximo de utilizadores	
2.	Envolvente	
2.1	Descrição da envolvente	
2.1.1	Existência de zona degradada?	
2.1.2	Zona perigosa?	
2.1.3	Existência de ruído que dificulte a comunicação?	
2.2	Faixa etária predominante	
3.	Acessibilidades	
3.1	Está prevista o acesso a utentes com mobilidade condicionada?	
3.2	Existe o acesso facilitado à entrada de meios de socorros e salvamento?	
3.2	Está inserido na rede de circulação de peões?	
3.2.1	Caso esteja fora da rede de circulação de peões, encontra-se devidamente sinalizado? (placas sinalizadoras, passadeiras e iluminação artificial)	

3.3	Encontra-se afastado das zonas de circulação e estacionamento de veículos?	
4.	Protecção contra o trânsito de veículos	
4.1	Distância do parque infantil às vias de acesso local (m)	
4.2	Distância do parque infantil às vias de distribuição local (m)	
4.3	Distância do parque infantil às vias de circulação com maior intensidade (m)	
5.	Protecção contra efeitos climáticos	
5.1	Caso não se situe na zona adjacente à habitação, possui abrigo das intempéries?	
6.	Protecção dos espaços	
6.1	Descrição da vedação ou barreira física (material, fabricante)	
6.2	É eficaz a impedir a entrada de animais, dificulta os actos de vandalismo e impede os acessos directos das crianças?	
7.	Condições de proximidade e visibilidade	
7.1	Estado da iluminação artificial (descrição e quantidade de equipamentos)	
8.	Mobiliário urbano e instalações de apoio	
8.1	Existência e quantidade de equipamentos:	
8.1.1	Bancos	
8.1.2	Recipientes para recolha de	

	resíduos sólidos	
8.1.3	Bebedouros	
8.1.4	Telefone de uso público	
9.	Informações úteis	
9.1	Informação legível que contenha:	
9.1.1	Identificação e número de telefone da entidade responsável	
9.1.2	Localização e número de urgência do hospital mais próximo	
9.1.3	Número nacional de socorro	
9.1.4	Lotação máxima do espaço de jogo e recreio	
10.	Circulação interna pedonal	
10.1	Dentro do espaço de jogo e recreio existe corredores identificados e livres de quaisquer obstáculos? (largura mínima de 1,60m)	
11.	Equipamentos	
11.1	Nome do fabricante	
11.2	Número total de equipamentos	
11.3	Tipo (material, volumetria, fabricante)	
11.4	Número máximo de utilizadores em cada equipamento	
12.	Segurança dos equipamentos	
12.1	Verificar a existência de:	
12.1.1	Arestas viva, rebarbas ou superfícies perigosas	
12.1.2	Lascas, pregos, parafusos	

12.1.3	Fixações ao solo salientes não protegidos	
12.1.4	Cabos ou cordas pouco resistentes	
12.1.5	Superfícies que provoquem queimaduras	
12.1.6	O acesso a todo o equipamento por um adulto	
12.1.7	Protecção nas zonas mais altas do equipamento	
12.1.8	Área do equipamento onde inclua a zona de impacto fora do qualquer outro obstáculo	
12.2	No caso dos escorregas, este contem:	
12.2.1	O seu desenho permite uma redução de velocidade no final da trajectória?	
12.2.2	Barreiras laterias?	
12.2.3	Toda a parte deslizante é de fácil acesso?	
12.3	No caso dos baloiços, existe um impedimento ao acesso pela retaguarda?	
12.4	Marcação visível do limite na área destinada aos jogos activos	
13.	Solo	
13.1	Drenagem (identificação de equipamentos e de problemas)	
14.	Observações	

Anexo 2

Parques infantis existentes na cidade de Castelo Branco

PARQUES INFANTIS

Parques infantis existentes na Cidade de Castelo Branco

Entidade responsável: Câmara Municipal de Castelo Branco:

1. Parque Infantil da Praça do Centenário
2. Parque Infantil da Rua António Sérgio
3. Parque Infantil do Monte do Índio
4. Parque Infantil da Rua Rainha D. Amélia
5. Parque Infantil da Praça das Águas Férreas
6. Parque Infantil da Rua Manuel Lopes Louro
7. Parque Infantil de Entrecaminhos
8. Parque Infantil do Parque das Violetas
9. Parque Infantil do Pátio das Oliveiras
10. Parque Infantil do Pátio das Laranjeiras
11. Parque Infantil da Quinta do Socorro
12. Parque Infantil da Quinta da Carpalha
13. Parque Infantil da Quinta das Pedras
14. Parque Infantil de Buenos Aires (Avenida de Espanha)
15. Parque Infantil da Praceta do Sobreiro
16. Parque Infantil de Nossa Senhora de Mércoles
17. Parque Infantil no Parque da Cidade
18. Parque Infantil das Laranjeiras (Rotunda da Europa)

Entidade responsável: Junta de Freguesia de Castelo Branco:

19. Parque Infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro
20. Parque Infantil da Rua António Trindade
21. Parque Infantil da Rua Dr. Frade Correia
22. Parque Infantil da Rua da Fonte Nova
23. Parque Infantil do Largo do Carvalhal
24. Parque Infantil da Estrada da Senhora de Mércoles (Quinta do Leonardo)

Anexo 3

Planta de localização dos parques infantis

[Documento na pasta]

Anexo 4

Livro de Manutenção dos parques infantis



LIVRO DE MANUTENÇÃO

do

Parque Infantil --

(Segundo o Artigo 30º do Decreto-Lei nº 119/2009 de 19 de Maio)

Índice

1. Identificação do Espaço de Jogo e Recreio (EJR)
2. Projecto geral de Arquitectura
3. Equipamentos instalados
4. Plano de Manutenção
 - 4.1. Inspeção dos Equipamentos
 - 4.2. Registo de Reparações
 - 4.3. Registo de Alterações
 - 4.4. Registo de Reclamações
 - 4.5. Registo de Acidentes

1. Identificação do Espaço de Jogo e Recreio

Localização: --

Número da apólice: 201359001

Entidade Proprietária: --

Entidade Fiscalizadora: --

Área útil: --

Faixa etária prevista: --

2. Projecto Geral de arquitectura

[PLANTA DO PARQUE INFANTIL]

3.Equipamentos Instalados

Equipamentos lúdicos:

Identificação	Fornecedores	Código	Ano de aquisição	Responsável pela manutenção
--	--	--	--	--
--	--	--	--	--

Outros equipamentos:

- --Recipiente de recolha de resíduos sólidos dentro do parque infantil;
- -- Bebedouros;
- -- Bancos;
- -- Postes de iluminação.

4. Plano de Manutenção

Os procedimentos de manutenção dos espaços de jogo e recreio aumentam o tempo de vida útil dos equipamentos.

Inspeções regulares e a reparação imediata do equipamento danificado ou vandalizado são eficazes para manter a segurança dos espaços de jogo e recreio.

- A entidade responsável pelo EJR deve assegurar uma manutenção regular e periódica dos equipamentos e da superfície de impacto;
- Sempre que se verifiquem deteriorações susceptíveis de colocar em risco a segurança dos utentes, a entidade responsável deve diligenciar a sua reparação e/ou substituição.

É obrigatória pelo menos uma fiscalização anual de cada espaço efectuada pelas entidades oficiais reconhecidas para o efeito.

A garantia dos equipamentos só será considerada válida se forem cumpridas as seguintes manutenções/inspeções recomendadas pelo fornecedor:

Inspeção visual de rotina (Mensal)

Objectivo: Identificar perigos óbvios que podem resultar de vandalismo ou de condições climatéricas adversas.

Deve-se observar:

- Limpeza de todo o espaço de jogo e recreio;
- Distâncias livres dos equipamentos e respeito pela sua área de segurança;
- Nível de profundidade da camada de amortecimento e/ou desgaste dos pavimentos;
- Fundações expostas e integridade estrutural;
- Verificação de elementos ligação e reajuste se necessário;
- Controlo de todos os elementos sujeitos ao desgaste e identificação de peças danificadas e/ou em falta.

Inspeção operacional (Trimestral)

Objectivo: Verificar o funcionamento e a estabilidade dos equipamentos.

Deve-se observar:

- Verificação de eventuais formações de ângulos, aberturas ou fissuras perigosas do equipamento devido a actos de vandalismo ou uso indevido dos equipamentos;
- Controlo de todos os elementos sujeitos ao desgaste e identificação das peças danificadas;
- Controlo da estabilidade do equipamento, nomeadamente, através das suas fixações;
- Verificação de elementos de ligação e reajuste, se necessário;
- Reposição de eventuais capas de protecção aos parafusos em falta;
- Identificação das peças em falta e/ou partidas;
- Inspeção de redes e cordas para apertar e esticar e identificação das partes danificadas;
- Identificação de eventuais superfícies de madeira com maior desgaste de pintura para lixar e pintar;
- Verificação do estado do pavimento sintético e da sua espessura.

Inspeção Principal Anual

Objectivo: Verificar nível global dos equipamentos, fundações e pavimentos.

Deve-se observar:

- Inspeção das estruturas de suporte e fundações;
- Inspeções dos componentes (madeiras, cordas, acessórios);
- Identificar sinais de deterioração ou corrosão;
- Eventual mudança ao nível de segurança dos equipamentos resultante de reparações efectuadas ou de componentes adicionais e/ou substituídas;
- Necessidade de aplicação de novo tratamento da madeira e pintura;
- Capacidade de amortecimento de impacto do pavimento.

Inspeção Trienal

Objectivo: Verificar o estado global das madeiras e componentes metálicos para a manutenção das condições originais dos materiais, nomeadamente o reforço da protecção da madeira contra o apodrecimento e fungos, mantendo o mesmo tipo de tratamento utilizado no original.

Deve-se observar:

- Necessidade de beneficiação do equipamento, nomeadamente ao nível do tratamento das madeiras secas e fissuras e do reforço e reaplicação de produtos anti fúngicos;
- Necessidade de beneficiação do equipamento nomeadamente ao nível do tratamento de todos os componentes metálicos com desgaste.

O procedimento a adoptar deverá ser o seguinte:

- Lixar toda a superfície da madeira com uma lixa de grão 80;
- Betumar todas as fendas existentes na madeira;
- Lixar novamente toda a superfície com uma lixa de grão de 120;
- Limpar e escovar as poeiras existentes na madeira;
- Aplicar imobilizador para madeiras, para protecção contra intempéries e fungos;
- Pintar todas as estruturas que compõem o equipamento; aplicar quatro demãos de velaturas da cor pretendida às madeiras.

4.1. Inspeção dos Equipamentos

INSPECÇÃO VISUAL DE ROTINA:

- Limpeza de todo o espaço de jogo e recreio;
- Áreas de segurança livres de obstáculos;
- Verificação do estado de pavimento e da sua espessura;
- Existência de fundações expostas e integridade estrutural;
- Verificação de elementos de ligação e reajuste;
- Controlo de todos os elementos sujeitos a desgaste e identificação de peças danificadas e/ou em falta.

1ª Vistoria	Observações:
Ass: _____ / /	Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)	Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

2ª Vistoria	Observações:
Ass: _____ / /	Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)	Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

INSPECÇÃO OPERACIONAL:

- Verificação de eventuais formações de ângulos, aberturas ou fissuras perigosas devido a actos de vandalismo ou uso indevido dos equipamentos;
- Controlo da estabilidade do equipamento, nomeadamente, através das suas fixações, estruturas de suporte e fundações;
- Verificação de elementos de ligação e reajuste se necessário;
- Reposição de eventuais capas de protecção aos parafusos em falta;
- Identificação de peças em falta e/ou danificadas;
- Inspeção dos componentes de madeira pintados, de contraplacados e de peças metálicas, para aplicar nova camada de pintura, se necessário;
- Verificação do estado do pavimento e da sua espessura.

1ª Vistoria	Observações:
Ass: _____ / /	Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)	Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

2ª Vistoria	Observações:
Ass: _____ / /	Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)	Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

INSPECÇÃO PRINCIPAL:

- Inspeção das estruturas de suporte e fundações;
- Inspeção de todos os componentes (madeiras, cordas, acessórios);
- Identificação de sinais de corrosão e deterioração;
- Reposição de eventuais capas de protecção aos parafusos em falta;
- Identificação de peças em falta e/ou danificadas;
- Inspeção dos componentes de madeira pintados, de contraplacado e de peças metálicas, para aplicar nova camada de pintura, se necessário;
- Verificação do estado do pavimento e da sua espessura.

1ª Vistoria	Observações:	
Ass: _____ / /		Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)		Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

2ª Vistoria	Observações:	
Ass: _____ / /		Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)		Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

INSPECÇÃO TRIENAL:

- Lixar as madeiras com maior desgaste;
- Betumar as fendas existentes na madeira;
- Limpar e escovar as poeiras existentes na madeira;
- Aplicar imobilizador para madeiras de protecção contra intempéries e fungos;
- Pintura das madeiras às cores originais;
- Lixar as peças metálicas com maior desgaste;
- Aplicação de decante e pintura das peças metálicas.

1ª Vistoria	Observações:
Ass: _____ / /	Ass: _____ / /
Inspeção Realizada por (Técnico de Manutenção)	Inspeção aprovada por (Responsável pelo EJR)

4.2. Registo de Reclamações

Data	Descrição das Reclamações	Nome e Assinatura do responsável pela intervenção

4.3. Registo de Alterações

Data	Descrição	Nome e Assinatura do responsável pela alteração

4.4. Registo de Reclamações

1. Identificação do reclamante

Nome completo

Morada, Código Postal e Localidade

Telefone/ Telemóvel

Endereço Electrónico

2. Reclamação

Assunto

Reclamação (descrever detalhadamente a reclamação, identificação do EJR, local e do equipamento envolvido)

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Nota: Sempre que se verifique uma reclamação deve ser dado conhecimento à entidade fiscalizadora.

Registo de Acidentes

1. Identificação

Nome: _____

Idade: _____

Data: ___/_____/_____ Sexo: F__ M__

Hora: _____

2. Ocorrência

a) Tipo de roupa e calçado utilizados:

b) Número de crianças no EJR no momento do acidente _____

c) Descrição do acidente (altura da queda, tipo de superfícies)

d) Equipamento envolvido (identificação, marca, modelo)

e) Actividade desenvolvida na altura do acidente (escorregar, andar, sair do baloiço, etc.)

f) Equipamento causador da lesão (parte do equipamento/qual? Superfície/ que tipo)

g) Tipo de lesão e parte(s) do corpo afectada (s)

h) Procedimento no local, acções

i) Tratamento: local (identificação do hospital, centro de saúde, tipo de tratamento, internamento – sim, não, nº de dias)

j) Declarações e contactos de testemunhas

i) Qualquer modificação subsequente do equipamento ou superfície

m) Identificação da pessoa que fez o registo:

Nome: _____

Data: _____

Nota: Sempre que se verifique um acidente deve ser dado conhecimento à entidade fiscalizadora.

Anexo 5

Planta geral da proposta de requalificação do parque infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro

[Documento na pasta]

Anexo 6

Pormenores da proposta de requalificação do parque infantil da Rua Dr. Francisco José Palmeiro

[Documento na pasta]

Anexo 7

Legalização do parque infantil da Superalcains, Alcains



LEGALIZAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA SUPERALCAINS – SUPERMERCADOS SA. – ALCAINS

Com vista à legalização do parque infantil, sito na Estrada S. Domingos, 6000-010 Alcains, propriedade da Supercalcains – Supermercados SA., e após vistoria efectuada a 2 de Maio de 2012, a Câmara Municipal de Castelo Branco vem por este meio informar a Entidade Responsável pelo espaço de jogo e recreio da Supercalcains das seguintes anomalias:

- Nem todos os equipamentos instalados possuem a chapa a que obriga o artigo 16º do Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, sendo que os que a possuem estão desactualizadas (ver documento 1);
- As áreas de seguranças dos equipamentos são respeitadas, à excepção feita do escorrega e do balancé, sendo que a área livre deve ser de 2 metros à saída e 1 metro à sua volta, respectivamente. Desta forma regista-se a sobreposição das áreas de segurança;
- No que se refere ao mobiliário urbano existente no espaço de jogo e recreio em análise encontra-se na sua generalidade em boas condições de segurança e conforto. No entanto o bebedouro padece de uma peça fundamental ao seu funcionamento estando a substituí-la um pequeno ramo de um elemento vegetal (ver documento 2);
- Quanto à documentação entregue pela entidade responsável pelo espaços de jogo e recreio, há necessidade de identificar a escala da planta de localização bem como proceder à correcção da respectiva legenda, indispensável para a percepção real do espaço em questão (ver documento 3).

A Chefe de Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida

Maria Otília Santos Pires Caetano (Eng.^a Civil)

DOCUMENTO 1:

Fiscalização periódica – 2 de Maio de 2012

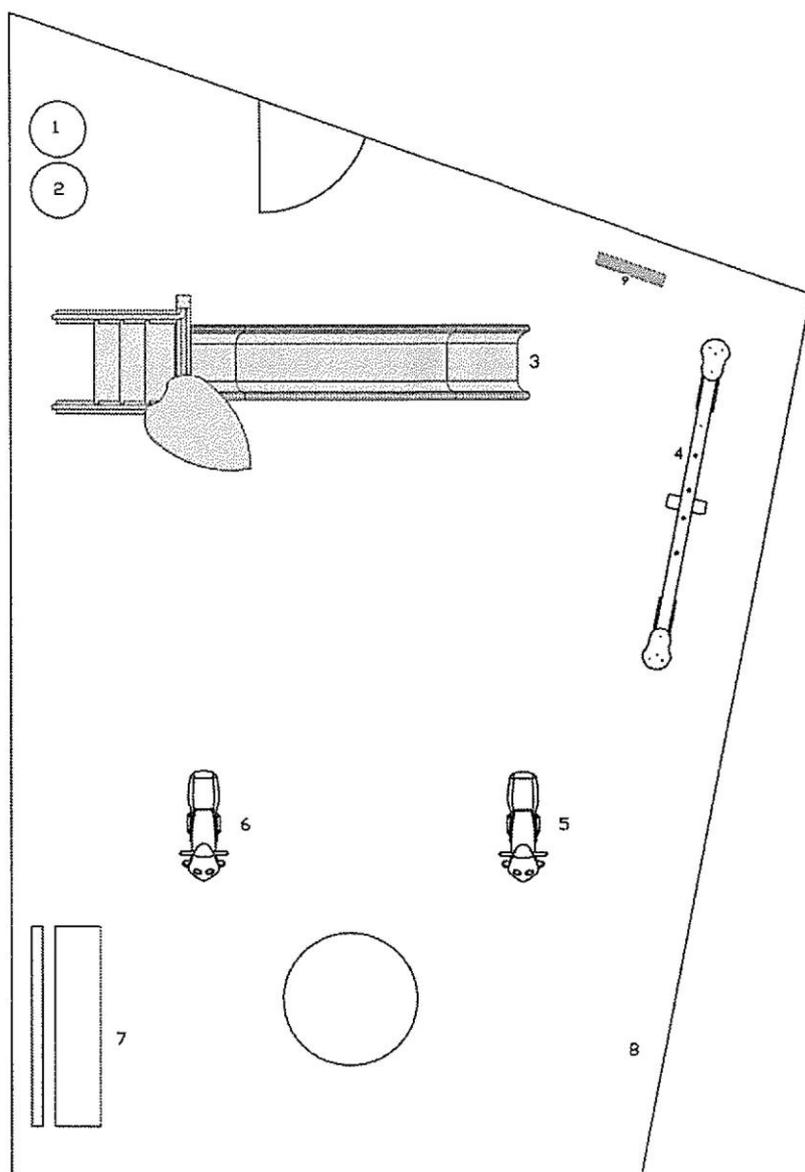
Imagem do equipamento infantil	Designação
	<p>O equipamento escorrega da marca Veco Juncal, com referência 211, encontra-se em bom estado de conservação não necessitando de qualquer intervenção. No entanto a chapa anexa ao equipamento não se encontra de acordo com o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, que no seu artigo 16º obriga a que a referida chapa indique o nome, a marca, o endereço, e identificação do modelo e o ano de fabrico, a idade e altura mínima e máxima dos utilizadores, o número máximo de utentes em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”.</p>
	<p>O equipamento balancé da marca Veco Juncal, com referência JR 13, encontra-se em bom estado de conservação não necessitando de qualquer intervenção. No entanto a chapa anexa ao equipamento não se encontra de acordo com o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, que no seu artigo 16º obriga a que a referida chapa indique o nome, a marca, o endereço, e identificação do modelo e o ano de fabrico, a idade e altura mínima e máxima dos utilizadores, o número máximo de utentes em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”.</p>
	<p>O equipamento mola porquinha Piggy, da marca Soinca, com referência XFAM 15, encontra-se em bom estado de conservação não necessitando de qualquer intervenção. Segundo o artigo 16º do Decreto-Lei nº 119/2009, de 19 de Maio, o equipamento deveria possuir uma chapa a indicar o nome, a marca, o endereço, e identificação do modelo e o ano de fabrico, a idade e altura mínima e máxima dos utilizadores, o número</p>

	<p>máximo de utentes em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”.</p>
	<p>O equipamento mola burro Donky, da marca Soinca, com referência XFAM 13, encontra-se em bom estado de conservação não necessitando de qualquer intervenção. No entanto a chapa anexa ao equipamento não se encontra de acordo com o Decreto-Lei nº119/2009, de 19 de Maio, que no seu artigo 16º obriga a que a referida chapa indique o nome, a marca, o endereço, e identificação do modelo e o ano de fabrico, a idade e altura mínima e máxima dos utilizadores, o número máximo de utentes em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”.</p>
	<p>O equipamento jogo do galo, com referência AC/AL, encontra-se em bom estado de conservação não necessitando de qualquer intervenção. Segundo o artigo 16º do Decreto-Lei nº 199/2009, de 19 de Maio, o equipamento deveria possuir uma chapa a indicar o nome, a marca, o endereço, e identificação do modelo e o ano de fabrico, a idade e altura mínima e máxima dos utilizadores, o número máximo de utentes em simultâneo, o número e data da norma técnica aplicável e a menção “Conforme com os requisitos de segurança”.</p>

DOCUMENTO 2:

Imagem que elucida a ausência de uma peça fundamental à utilização deste equipamento urbano.

DOCUMENTO 3:



- 1- PAPELEIRA REF PA11A
- 2- BEBEDOURO REFC- 12 HPL
- 3- SCORREGA REF 211
- 4- PRANCHA REF JR 13
- 5- BURRO REF XFAM 13
- 6- PORCO REF XFAM 15
- 7 BANCO REF BA 08A
- 8 PAINEL INFORMATIVO REF JR 52
- 9 Jogo do galo *AR/AL*

Anexo 8

Plano de plantação da proposta de requalificação do cemitério

[Documento na pasta]

Anexo 9

Plano de vegetação existente da Escola José Sanches

[Documento na pasta]

Anexo 10

Plano de vegetação proposta para a Escola José Sanches

[Documento na pasta]

Anexo 11

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Trabalhos preparatórios

[Documento na pasta]

Anexo 12

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Modelação de terreno

[Documento na pasta]

Anexo 13

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Modelação de terreno

[Documento na pasta]

Anexo 14

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Implantação planimetria – distâncias

[Documento na pasta]

Anexo 15

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Implantação planimetria – ângulos

[Documento na pasta]

Anexo 16

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Implantação altimetria

[Documento na pasta]

Anexo 17

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Drenagem

[Documento na pasta]

Anexo 18

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Pavimentos – plano e remates

[Documento na pasta]

Anexo 19

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Pavimentos –
pormenores

[Documento na pasta]

Anexo 20

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de vegetação – plano das árvores propostas e existentes

[Documento na pasta]

Anexo 21

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de vegetação – plano dos arbustos, herbáceas e revestimento vegetal proposta

[Documento na pasta]

Anexo 22

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de rega –
geometria de rega

[Documento na pasta]

Anexo 23

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Plano de rega –
tubagem e equipamentos de rega

[Documento na pasta]

Anexo 24

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Iluminação

[Documento na pasta]

Anexo 25

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Mobiliário urbano

[Documento na pasta]

Anexo 26

Projecto de Execução da Praceta da Urbanização de Entrecaminhos – Orçamento

ORÇAMENTO

CÓD.	DESIGNAÇÃO	UNID.	QUANT.	Preço unit.	Preço total
1.	TRABALHOS PREPARATÓRIOS E LEVANTAMENTOS				
1.1.	Montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro para execução da empreitada, incluindo rede provisória de águas, saneamento, electricidade e sinalização temporária de trabalhos, de acordo com projecto elaborado, nos termos do DL 33/88 de 12 de Setembro, referente a sinalização vertical, horizontal e outros equipamentos necessários, incluindo fornecimento, implantação e colocação.	v.g.	1,00	1.000,00	1.000,00 €
1.2.	Plano de Segurança, Saúde e Higiene no trabalho e sua implementação em obra de acordo com a legislação vigente.	v.g.	1,00	100,00	100,00 €
1.3.	Placas de Identificação dos intervenientes e características fundamentais da obra, em réguas de alumínio lacado.	v.g.	1,00	100,00	100,00 €
1.4.	Levantamento de pavimento existente em calçada de pedra calcária, incluindo transporte da pedra para estaleiro municipal e dos produtos resultantes para vazadouro autorizado, e todos os materiais e trabalhos complementares.	m²	670,00	1,00 €	670,00 €
1.5.	Levantamento de pavimento existente em betão nas escadas, incluindo transporte para vazadouro autorizado, e todos os materiais e trabalhos complementares.	m²	40,00	1,00 €	40,00 €

1.6	Levantamento de pavimento existente em brita, incluindo transporte da pedra para estaleiro municipal e dos produtos resultantes para vazadouro autorizado, e todos os materiais e trabalhos complementares.	m ²	15,00	1,00 €	15,00 €
1.7	Levantamento de lancis existentes, incluindo carga e transporte dos produtos sobrantes para vazadouro autorizado e todos os materiais e trabalhos complementares.	m	280,00	0,75 €	210,00 €
1.8	Remoção de toda a vegetação, toijas, raízes, folhas ou matéria morta, entulho ou outras substâncias impróprias existentes, incluindo transporte dos materiais para local a indicar pela fiscalização, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m ²	2.350,00	0,75 €	1.762,50 €
1.9	Demolição de sumidouros existentes, incluindo reposição das ligações às caixas de visita existentes, transporte dos produtos sobrantes a vazadouro autorizado e todos os materiais e trabalhos necessários.	un	3,00	30,00 €	90,00 €
1.10	Demolição de caleira existente, incluindo transporte dos produtos sobrantes a vazadouro autorizado e todos os materiais e trabalhos necessários.	m	12,00	1,00 €	12,00 €
Total					3.999,50 €
2	MODELAÇÃO DE TERRENO				
2.1	Execução de escavação, de acordo com o indicado no plano de implantação altimétrica, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m ³	35,00	3,50 €	122,50 €
2.2	Obtenção de terras de empréstimo, incluindo fornecimento, transportes, espalhamento, compactação e todos os materiais e trabalhos necessários.	m ³	190,00	3,00 €	570,00 €

2.3	Execução de aterro devidamente compactado, utilizando produtos de escavação directamente transportados do local da obra, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	m ³	225,00	3,00 €	675,00 €
	Total				1.367,50 €
3	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
3.1	Fornecimento e instalação de tubagem de PVC rígido de 0,4 Mpa, incluindo abertura e tapamento de valas, ligação às caixas de visita e/ou sumidouros e todos os materiais e trabalhos necessários, com os seguintes diâmetros:				
	315mm	m	95,00	27,00 €	2.565,00 €
3.2	Fornecimento e aplicação de brita lavada nº4 com 1.00 m x 0.20 m de espessura, incluindo abertura de caixa, nivelamento e compactação do terreno, tela anti-infestantes com 90 gr e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ³	15,00	10,00 €	150,00 €
3.3	Fornecimento e instalação de geodreno com Ø110 mm envolto em manta geotêxtil, incluindo abertura e tapamento de valas, ligação às caixas de visita e todos os materiais e trabalhos necessários.	m	120,00	12,00 €	1.440,00 €
3.4	Fornecimento e instalação de caixa de ligação com 0.30m x 0.30m x 0.40m com tampa de enchimento e todos os materiais e trabalhos necessários.	un	4,00	150,00 €	600,00 €
3.5	Fornecimento e instalação de caixas de visita de secção circular, troncoconica, d=1,20 m, incluindo abertura de caixa, transporte de material sobranete para vazadouro autorizado, soleira em betão simples com tampas e aros em ferro fundido e todos os materiais e trabalhos necessários.	un	5,00	250,00 €	1.250,00 €
3.6	Fornecimento e aplicação de sumidouros, incluindo aro e grelha móvel de ferro fundido, abertura de caixa, compactação e todos os materiais e trabalhos necessários.	un	6,00	150,00 €	900,00 €
3.7	Fornecimento e instalação de caleira tipo Aco Drain mod. N100K e grelha em aço galvanizado mod. A15, incluindo todos os	m	35,00	40,00 €	1.400,00 €

	materiais e trabalhos necessários.				
	Total				10.505,00 €
4	PAVIMENTOS E LANCIS				
4.1	Fornecimento e assentamento de pavimento em cubos de granito de Alpalhão de 1ª escolha, com 0.11 m x 0.11 m, incluindo abertura, compactação e nivelamento do fundo da caixa, carga e transporte dos produtos sobranes a vazadouro, camada de 0.15 m de tout-venant, camada de 0.10 m de areia e todos os materiais e trabalhos necessários.	m²	580,00	22,00 €	12.760,00 €
4.2	Fornecimento e assentamento de pavimento em cubos de calcário branco e preto, de qualidade, incluindo desenhos figurativos, abertura, compactação e nivelamento do fundo da caixa, carga e transporte dos produtos sobranes a vazadouro, camada de 0.10 m de tout-venant, camada de 0.05 m de areia, ensaibramento com traço de cimento e todos os materiais e trabalhos necessários.	m²	160,00	25,00 €	4.000,00 €
4.3	Fornecimento e execução de pavimento em lajeta tosca com acabamento seixo do rio, do tipo Alcupel ref.ª LT 10 ou equivalente, com dimensões 0,40 m x 0.60 m x 0.035 m, com base em betão simples com malhasol com 0.10m de espessura, tout-venant com 0.06 m de espessura e todos os materiais e trabalhos complementares.	m²	95,00	20,00 €	1.900,00 €
4.4	Fornecimento e assentamento de pavimento em lajetas de granito do tipo "Figueira de Castelo Rodrigo" com a estereotomia assinalada na peça desenhada 5A, incluindo camada de betonilha com 0.07m de espessura armada com malhasol CQ 30, assentamento sobre camada de tout-venant com 0.10m de espessura e todos os materiais e trabalhos necessários.	m²	345,00	45,00 €	15.525,00 €
4.5	Fornecimento e aplicação de guia em betão, com 0.10 m x 0.25 m x 1.00 m, incluindo abertura de caixa, carga e transporte de material sobranes para vazadouro, fundação em betão ciclópico, preenchimento de juntas e todos os materiais e trabalhos necessários.	m	210,00	11,00 €	2.310,00 €

4.6	Fornecimento e aplicação de lancil em betão, com 0.15 m x 0.25 m x 1.00 m, incluindo abertura de caixa, carga e transporte de material sobranete para vazadouro, fundação em betão ciclópico, preenchimento de juntas e todos os materiais e trabalhos necessários.	m	50,00	12,00 €	600,00 €
4.7	Fornecimento e aplicação de guia de granito do tipo "Figueira de Castelo Rodrigo", com 0.10 m x 0.25 m x 1.00 m, incluindo abertura de caixa, carga e transporte de material sobranete para vazadouro, fundação em betão ciclópico, preenchimento de juntas e todos os materiais e trabalhos necessários.	m	215,00	25,00 €	5.375,00 €
4.8	Fornecimento e aplicação de elementos de betão em cinza, tipo Artebel, modelo "Paliçada" ou equivalente, com 0.172 m x 0.115 m x 0,40 m, incluindo abertura de caixa, carga e transporte de material sobranete para vazadouro, fundação em betão ciclópico, preenchimento de juntas e todos os materiais e trabalhos necessários.	uni	350,00	2,50 €	875,00 €
	Total				43.345,00 €
5	VEGETAÇÃO				
5.1	Preparação geral do terreno nas áreas com vegetação, incluindo mobilização para destorroamento, despedrega, limpeza, transporte a vazadouro de lixos e todos os materiais e trabalhos necessários.	m ²	1.780,00	1,50 €	2.670,00 €
5.2	Fornecimento e instalação de horizonte com 0,20m de espessura de terra vegetal, incluindo fertilização, regularização final e todos os materiais e trabalhos necessários.	m ³	360,00	4,00 €	1.440,00 €
5.3	Fornecimento e plantação das seguintes árvores, incluindo abertura de cova com 1,00 m x 1,00 m x 1,00 m, colocação de terra vegetal, estrume, fertilizantes, tutor com h/mín.=3 m em madeira tratada e todos os materiais e trabalhos complementares de acordo com plano de plantação:				
	<i>Aesculus carnea</i> (PAP 18/20)	un	1,00	120,00 €	120,00 €
	<i>Acer pseudoplatanus</i> (PAP 18/20)	un	4,00	100,00 €	400,00 €
	<i>Morus alba</i> (PAP 18/20)	un	4,00	100,00 €	400,00 €

5.4	Fornecimento e plantação dos seguintes arbustos, incluindo abertura de cova, fertilização e colocação de tutores e todos os materiais e trabalhos complementares, de acordo com plano de plantação:	<i>Magnolia grandiflora</i> (PAP 18/20)	un	3,00	120,00 €	360,00 €
		<i>Prunus cerasifera pissardii</i> (PAP 16/18)	un	3,00	90,00 €	270,00 €
		<i>Tipuana tipu</i> (PAP 18/20)	un	5,00	100,00 €	500,00 €
		<i>Argyranthemum frutescens</i> (h=0.40 m)	un	20,00	2,50 €	50,00 €
		<i>Crassula avata</i> (h= 0.20 m)	un	20,00	1,20 €	24,00 €
		<i>Cotoneaster horizontalis</i> (h= 0.40 m)	un	6,00	2,50 €	15,00 €
		<i>Cuphea hyssopifolia</i> (h= 0.20 m)	un	41,00	1,00 €	41,00 €
		<i>Cotoneaster microphylla</i> (h= 0.40 m)	un	13,00	2,50 €	32,50 €
		<i>Coronilla valentina</i> (h= 0.40 m)	un	8,00	3,00 €	24,00 €
		<i>Escallonia rubra</i> (h=0.60 m)	un	6,00	2,70 €	16,20 €
		<i>Hebe speciosa</i> (h= 0.40 m)	un	19,00	3,00 €	57,00 €
		<i>Jasminum primulinum</i> (h= 0.60 m)	un	6,00	4,50 €	27,00 €
		<i>Lavandula angustifolia</i> (h= 0.40 m)	un	5,00	3,50 €	17,50 €
<i>Lantana montevidensis</i> (h= 0.40 m)	un	19,00	2,70 €	51,30 €		
<i>Spiraea cantoniensis</i> (h= 0.60 m)	un	10,00	2,50 €	25,00 €		
<i>Salvia microphylla</i> (h= 0.60 m)	un	16,00	2,20 €	35,20 €		

5.5	Fornecimento e plantação das seguintes herbáceas, incluindo abertura de cova e fertilização, de acordo com plano de plantação:				
	<i>Agapanthus africanus</i> (9 plantas/m ²)	un	13,00	1,00 €	13,00 €
	<i>Amarilis beladona</i> (10 plantas/m ²)	un	13,00	1,00 €	13,00 €
	<i>Achillea filipendulina</i> (10 plantas/m ²)	un	27,00	1,00 €	27,00 €
	<i>Arctotis hybrida</i> (12 plantas/m ²)	un	41,00	1,00 €	41,00 €
	<i>Achillea millefolium</i> (15 plantas/m ²)	un	60,00	1,00 €	60,00 €
	<i>Begonia semperflorens</i> (15 plantas/m ²)	un	40,00	1,00 €	40,00 €
	<i>Dianthus barbatus</i> (10 plantas/m ²)	un	28,00	1,00 €	28,00 €
	<i>Felicia amelloides</i> (10 plantas/m ²)	un	14,00	1,00 €	14,00 €
	<i>Festuca glauca</i> (10 plantas/m ²)	un	73,00	0,75 €	54,75 €
	<i>Gazania hybrida</i> (10 plantas/m ²)	un	75,00	1,00 €	75,00 €
	<i>Iris germanica</i> (10 plantas/m ²)	un	36,00	1,00 €	36,00 €
	<i>Salvia splendens</i> (10 plantas/m ²)	un	23,00	1,00 €	23,00 €
	<i>Tagetes patula</i> (10 plantas/m ²)	un	45,00	1,00 €	45,00 €
	<i>Verbena hybrida</i> (15 plantas/m ²)	un	27,00	1,00 €	27,00 €
5.6	Fornecimento e sementeira de prado com uma mistura de 70% <i>Festuca arundinacea</i> 'Lucky Selen', 20% <i>Ray grass nui</i> e 10% <i>Poa pratensis</i> 'Brooklawn' com uma densidade de 60g/m ² .	m ²	1.590,00	1,00 €	1.590,00 €
5.7	Execução de todos os trabalhos necessários à manutenção mensal das zonas verdes durante o período de garantia, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	12,00	200,00 €	2.400,00 €
	Total				11.062,45 €
6	SISTEMA DE REGA				
6.1	Abertura e fecho de valas para instalação da tubagem, incluindo o transporte para vazadouro dos materiais e terras sobrantes.	m	500,00	2,00 €	1.000,00 €

6.2	Fornecimento e instalação de tubagem de rega em PEAD PN10, com os seguintes diâmetros:				
	Conduto principal de Ø 75 mm	m	55,00	5,00 €	275,00 €
	Tubagem secundária de Ø 50 mm	m	202,00	3,15 €	636,30 €
	Tubagem secundária de Ø 40 mm	m	288,00	2,50 €	720,00 €
	Tubagem secundária de Ø 32 mm	m	96,36	1,30 €	125,27 €
	Tubagem secundária de Ø 16 mm	m	27,00	1,00 €	27,00 €
6.3	Fornecimento e instalação de tubagem PVC do tipo Civilil 10 kg/cm ² , incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos necessários.				
	Ø 110 mm	m	54,00	6,50 €	351,00 €
	Ø 63 mm	m	10,00	3,80 €	38,00 €
	Ø 50 mm	m	5,00	3,20 €	16,00 €
	Ø 40 mm	m	7,00	2,80 €	19,60 €
	Ø 32 mm	m	25,00	2,40 €	60,00 €
6.4	Fornecimento e instalação de aspersores emergentes turbina do tipo série 3500, bicos Rain Curtain da Rain Bird, ou equivalente, com as seguintes denominações:				
	Bico 0,75	un	29,00	13,50 €	391,50 €
	Bico 1,0	un	4,00	13,50 €	54,00 €
	Bico 1,5	un	12,00	13,50 €	162,00 €
	Bico 2,0	un	6,00	13,50 €	81,00 €
	Bico 4,0	un	2,00	13,50 €	27,00 €
6.5	Fornecimento e instalação de pulverizadores da série 10-Van da Rain Bird, ou equivalente, com os seguintes ângulos:				
	90°	un	4,00	5,00 €	20,00 €
	180°	un	10,00	5,00 €	50,00 €
	270°	un	1,00	5,00 €	5,00 €
	360°	un	2,00	5,00 €	10,00 €
6.6	Fornecimento e instalação de tubo com gotejadores integrados, tipo modelo Dripline, com um espaçamento de 33 cm entre gotejadores, da Rain Bird ou equivalente.	m	330,00	109,00 €	436,00 €
6.7	Fornecimento e instalação de electroválvulas de modelo 200-PGA com solenoide da Rain Bird ou equivalente, com regulador de pressão e uma válvula de seccionamento.	un	2,00	195,00 €	390,00 €
6.8	Fornecimento e instalação de electroválvulas de modelo 100-PGA com solenoide da Rain Bird ou equivalente, com regulador de pressão e uma válvula de seccionamento.	un	1,00	140,00 €	140,00 €

6.9	Fornecimento e instalação de consola de programação TBOS com 4 estações, da Rain Bird, ou equivalente.	un	1,00	225,00 €	225,00 €
6.10	Fornecimento e instalação de caixa rectangular para válvulas com tampa e parafusos, modelo VBA 02675 da Rain Bird, ou equivalente.	un	1,00	50,00 €	50,00 €
6.11	Fornecimento e aplicação de todos os acessórios, ligações e todos os materiais e trabalhos complementares, de forma a garantir o bom funcionamento do sistema.	v.g.	1,00		796,45 €
	Total				6.106,12 €
7	MOBILIÁRIO URBANO				
7.1	Fornecimento e execução de banco em granito negro com 2,40 m x 0,06 m x 0,45 m, sem costas, referência BM. 6/425 da AMOP, ou equivalente, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	8,00	550,00 €	4.400,00 €
7.2	Fornecimento e colocação de papeleira em aço metalizado tipo Bricantel modelo Paco refª MUPP0140L ou equivalente, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários.	un	5,00	250,00 €	1.250,00 €
7.3	Construção e instalação de grelha rectangular para a árvore em caldeira, modelo C49H, tipo Bricantel, ou equivalente.	un	1,00	300,00 €	300,00 €
	Total				5.950,00 €
8	ILUMINAÇÃO				
8.1	Fornecimento e montagem de candeeiros identicos aos existentes incluindo cabos, ligações e restantes trabalhos complementares.	un	6,00	1.000,00 €	6.000,00 €
8.2	Levantamento e recolocação da iluminação existente, na nova localização identificada no projecto, incluindo pintura das colunas na cor a definir pela fiscalização, cabos, ligações e restantes trabalhos complementares.	un	6,00	300,00 €	1.800,00 €
	Total				7.800,00 €

		TOTAL DA EMPREITADA			90.135,57 €